

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

LUÍS CÉSAR SCHIAVETTO

**FERNÃO MENDES PINTO, UM PEREGRINO NA SALA DE
AULA: O SÉCULO 16 NO ORIENTE *EXTREMO* DA
PEREGRINAÇÃO**

ALFENAS/MG

2016

LUÍS CÉSAR SCHIAVETTO

**FERNÃO MENDES PINTO, UM PEREGRINO NA SALA DE
AULA:O SÉCULO 16 NO ORIENTE *EXTREMO* DA
PEREGRINAÇÃO**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Alfenas – Unifal/MG. Área de concentração: História Ibérica. Orientador: Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski.

ALFENAS/MG

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Alfenas

Schiavetto, Luís César

Fernão Mendes Pinto, um peregrino na sala de aula: o século 16
no Oriente extremo da Peregrinação / Luís César Schiavetto. --
Alfenas/MG, 2016.
85 f.

Orientador: Carlos Tadeu Siepierski
Dissertação (Mestrado em História Ibérica) - Universidade Federal
de Alfenas, 2016.
Bibliografia.

1. Pinto, Fernão Mendes-1509-1583. 2. Viagens marítimas.
3. Ensino - História. I. Siepierski, Carlos Tadeu. II. Título.

CDD-946.0009

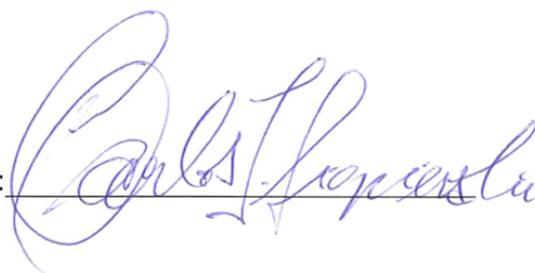
Luís César Schiavetto

“Fernão Mendes Pinto, um peregrino na sala de aula – o século 16 no Oriente extremo da Peregrinação”.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Ensino e Pesquisa de História Ibérica

Aprovado em: 31/06/2016

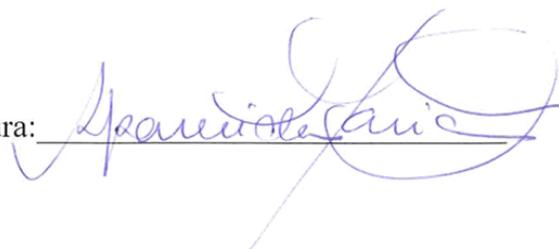
Prof. Dr. Carlos Tadeu Siepierski
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Prof. Dr. Gérson Pereira Filho
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais PUC-MINAS

Assinatura: 

Profa. Dra. Aparecida Maria Nunes
Instituição: Universidade Federal de Alfenas
UNIFAL-MG

Assinatura: 

Para Sol e Sofia, companheiras na vida e a estibordo...

Agradecimentos

“A paciência é a arte de esperar”... Nesta altura do campeonato é ao modo de Luc de Clapiers, o Marquês de Vauvenargues, que me vejo na orientação de meu orientador, o professor e *mestre* Tadeu. Reconhecimento pela “paciência” e pelos “toques” que, pra ficar numa expressão portuguesa, “ao fim e ao cabo” deram corpo e estrutura à dissertação. Aos companheiros do grupo de pesquisa *Sociedade e Cultura Contemporâneas*, conduzido igualmente pelo professor, também os meus reconhecimentos... Os professores Gérson Pereira Filho e Adailson José Rui, grato pela leitura e contribuições inestimáveis por ocasião do exame de qualificação. E, “como diz o outro”, “se um amigo é mais chegado que um irmão”, o provérbio bíblico que está na “na boca do povo” veste bem o companheiro de viagem Bruno Hermes, amigo tão chegado quanto meus irmãos. E, se “perguntar não ofende”, tantas vezes me perguntou o amigo Diego Andrade sobre estas linhas que de certa forma me fez voltar a elas com estímulo redobrado. Entre tantas outras coisas, obrigado também por isso! À Solange e Sofia “um sem números de palavras” por acreditarem e creditarem meus esforços em cada uma das palavras deste texto. Por fim, minha mãe Armelinda Luísa é presença constante, pois sempre quis ser historiadora! Penso que conseguiu, afinal, “enquanto corria a barca”...

“Porque não
viver?

Não viver este mundo

Porque não viver?

Se não há outro mundo

Porque não viver?

Não viver outro mundo”

(Moraes Moreira / Pepeu Gomes / Luis Galvão, 1972)

RESUMO

A pesquisa tem o objetivo de averiguar o potencial temático da Peregrinação, de Fernão Mendes Pinto, para o ensino de História na educação básica do Brasil. Dada a invisibilidade dessa fonte bibliográfica nos livros didáticos de História (problema também examinado), pretende-se introduzir para professores e alunos as excursões e os relatos do viajante português durante o chamado ciclo das grandes navegações. De forma consequente, Mendes Pinto e seus registros são abordados a partir da multiplicidade de temas presentes em sua obra que passam por áreas como a História, Antropologia, Religião, entre outros. Em princípio, dois eixos temáticos oferecem possibilidades de “entradas” didático-pedagógicas ao professor/a que, de forma eventual, opte por “trabalhar” o livro em suas aulas: 1- a abertura portuguesa para a Ásia nas descrições do cronista; 2- as convenções em torno das origens da “primeira globalização”, entre os séculos 15 e 16, captadas nos relatos da Peregrinação. A expectativa é de que os escritos do “peregrino” auxiliem uma melhor compreensão dos sentidos das navegações portuguesas para além do que tradicionalmente se vê no conteúdo de História do Brasil Colônia, por exemplo.

Palavras-chave: Fernão Mendes Pinto, Narrativa de viagem, Ensino de História.

ABSTRACT

This research aims to determine the thematic potential of “Pilgrimage”, by Fernando Mendes Pinto, for teaching history in elementary education in Brazil. Given the invisibility of this literature source in history textbooks (problem also examined here), it intends to introduce teachers and students to voyages and reports of the Portuguese traveler during the so-called great navigation cycle. Consistently, Mendes Pinto and his records are approached from the multitude of themes in his works, which combines fields such as History, Anthropology, Religion, and others. Initially, two themes offer possibilities of didactic and pedagogical "inputs" to the teacher who would choose to "work" with the book in their classes: 1 - The Portuguese opening to Asia in the descriptions of the chronicler; 2 - The conventions around the origins of the "first globalization", between the 15th and 16th centuries, registered in the accounts of “Pilgrimage”. The expectation is that the writings of the "pilgrim" could lead to a better understanding of the meanings of the Portuguese voyages, beyond what is traditionally seen in the history content of Colonial Brazil, for example.

Keywords: Fernão Mendes Pinto, Narrative trip, History teaching.

SUMÁRIO

1	LANÇAR-SE AO PÉLAGO	10
1.1	O homem de um livro só	11
1.2	A marca-d'água da Peregrinação	12
1.3	“Que o mar fosse tinta e o céu papel”	14
2	O ABC DA PEREGRINAÇÃO: EXPERIÊNCIA E <i>FADO</i> EM FERNÃO MENDES PINTO	20
2.1	O velejador andante	23
2.2	O século da Peregrinação	26
2.3	<i>Fado</i> em Fernão Mendes Pinto ou “Diante dos olhos os muitos e grandes infortúnios que por mim passaram”	40
3	NOTAS SOBRE A PEREGRINAÇÃO: ENTRADAS TEMÁTICAS COMO SUGESTÕES PARA AULAS DE HISTÓRIA OU OUTROS FINS	44
3.1	A ABERTURA PORTUGUESA PARA A ÁSIA NAS DESCRIÇÕES DO CRONISTA E AS CONVENÇÕES EM TORNO DAS ORIGENS DA “PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO”	47
3.1.1	Entrada 1 Na inapelável ideia de progresso	47
3.1.2	Entrada 2 E não se tem juízo que aquilo é um futuro	50
3.1.3	Entrada 3 Com a cara virada para os descentros do mundo	53
3.1.4	Entrada 4 Com o moral soerguido	55
3.1.5	Entrada 5 “Esta excelência tem a terra da China”	59
3.1.6	Entrada 6 “Esta pomba mundana”	60
4	TERRA À VISTA! A PEREGRINAÇÃO DESEMBARCA NO BRASIL	62
4.1	Da “caixa de areia” para o mundo – o peregrino à luz da singularidade em Félix Guattari	64
4.2	Erro de Português!	69
5	PONTO DE FUGA - PARA UMA (IN)CONCLUSÃO	75
	REFERÊNCIAS	78
	APÊNDICE	80
	APÊNDICE A - PEDAGÓGICO: O OBJETO DE APRENDIZAGEM	80
	REFERÊNCIAS	85

1 LANÇAR-SE AO PÉLAGO...

Dá-se a largada para mais um oceano de possibilidades que é a sala de aula numa turma do ensino fundamental em sua semana de estreia. É preciso que se diga, a molecada está muito mais curiosa do que poderia estar nos próximos dias letivos. Evidente que se trata da primeira aula com o professor/a de História. Ela, a disciplina, não interessa neste momento. Toda a expectativa está na pessoa que se apresenta “lá na frente”. Afinal, vivem o momento de “emancipação” daquele professor/a que por anos a fio “deu todas as matérias”. Depois dos vais e vens, chega a hora de falar e anotar o que se verá no primeiro bimestre e adiante. Até por se tratar de um sexto ano, talvez já se tenham perguntado “Quem são os primeiros habitantes da terra?” ou “Quem, afinal, descobriu o Brasil?”. Mesmo que a intenção seja chacoalhar a expectativa sobre o tema, espera-se que o “Já sei isso, professor/a!” quebre o gelo para uma apresentação mais dialógica e criativa. E porque naquela virada de ano todos se inteiraram da notícia de que um escritor de língua portuguesa ganhara o primeiro Nobel de Literatura, o professor/a no lugar de perguntar “Quem descobriu o que?” preferiu o não menos famigerado “Quem é o português mais conhecido da História?”¹. Em alto e bom som, a resposta de sempre: “Cabral, professor/a!”. E nas ruas disseram a mesma coisa os entrevistados nas matérias de televisão, quando o que se esperava ouvir era “O Saramago, claro!”. Talvez, em outros lugares e contextos, muitos dessem com Caminha, Camões, Anchieta e Fernão Mendes Pinto... Mendes o que?

Eis um ilustre desconhecido, afinal. Para ficar numa expressão lusitana, nestas plagas quase nunca se ouviu falar do “fulano de tal”. Então, é chegada à hora de fazê-lo! Primeiro para nós, os professores. Depois, e aos poucos, para os alunos. E daí para os interessados em estórias e História. E por que conhecê-lo? É sempre bom ampliar o arco de personagens que se terá a chance de sacar das prateleiras imaginárias da Babel de Jorge Luis Borges². A fim de adensar nosso escaninho de aulas, também vale fisgá-lo, pois o ofício será sempre interessante quanto mais sabores acrescentarmos ao prato...

Como se vê, na busca dessa personagem um e outro português se mencionou na sala de aula ou nas ruas da cidade. Dois dos quais bem conhecidos das gentes daqui, ao menos “de se ouvir falar”. O primeiro (dizem!) “desencobertou” o Brasil. Já Camões deu a cantar este e

¹ Conferir matéria sobre José Saramago e sua popularidade quando de sua morte em <https://www.youtube.com/watch?v=cxhBkmcO4Yo>. Acessado em 22/12/2015.

² Conferir o conto *A Loteria da Babilônia*, de Jorge Luis Borges, em: <http://www.napontadoslapis.com.br/2010/05/loteria-da-babilonia-de-jorge-luis.html>. Acesso em 20 dez. 2015.

outros feitos de um tempo em que “Todo o mundo é composto de mudança/ Tomando sempre novas qualidades”³, igualmente anotadas pelas tintas desse que é o protagonista principal da viagem que às próximas páginas navegaremos. Mas, nestes tempos de desconfiança, como lançar-se ao pélagos com um desconhecido? É necessário que se apresente pormenores do Sr. Mendes Pinto para então partirmos em sua companhia, numa temporada que também fora de Cabral, Caminha e Camões, e tantos outros mais ou menos conhecidos das nossas gentes.

1.1 O homem de um livro só

Se já o sabemos no título, comecemos por citá-lo numa e outra de suas instigantes faces para depois, ao modo de uma apresentação, tratar de sua única obra: a *Peregrinação*⁴. E não lhe faltam atribuições as mais inusitadas. Viajante clandestino – e por vezes correspondente da Coroa –, Fernão Mendes Pinto foi antes de tudo um escrevinhador de si mesmo e dos mundos que visitou. Sobrevivente dos feitos e expansões do admirável século 16, protagonizou parte das “chegadas” de Portugal ao Oriente. E mais: esteve em regiões onde a própria “nave-mãe” não pode ou não tentou chegar. A partir das terras da Ásia, teve a oportunidade e (diga-se!) a capacidade de ser muitos nele mesmo. De viajante clandestino a escravo de reinos alhures, passou-se por pirata, comerciante e mensageiro postigo de sua Coroa. Se participou de infindáveis batalhas, nos confins das “terras dos japões” se portou como verdadeiro “soldado de cristo”. Expedientes que falam por si, dão notas das peripécias de um protagonista com as mãos cheias de aventuras (ou desventuras, como queiram...) vividas em vinte e um anos de “peregrinação” pelas chamadas “pestanas do mundo”: sertões de Índia e China, Indonésia, Japão entre outros lugares suspeitados. Dessa forma, deixou a quem possa interessar única e extensa obra – um verdadeiro “relatório das novidades” sobre as terras do Oriente, como ainda não se tinha visto nos inícios do século 17.

Às avessas, esse autor de um livro só também faz lembrar a conhecida e controversa frase *Timeo hominem uniuslibri*⁵, de Tomás de Aquino. Em sua forma original, a sentença cumpre a ideia de que mais forte será o oponente quando mais domínio tiver de uma engenharia; no caso, um livro. E em Mendes Pinto este “um livro só” não é propriamente a

³ Sonetos, Luís Vaz de Camões.

⁴ A partir desta menção, o título do livro de Fernão Mendes Pinto aparecerá em itálico.

⁵ Em tradução direta para o português: “Temo o homem de um livro só” – São Tomás de Aquino.

sua *Peregrinação*. De forma incidental, atravessam aquelas páginas os valores cristãos expressos na Bíblia. E em acordo ao dito do célebre frei, o livro único de muitos homens.

É, portanto, por meio da Escritura que o viajante clandestino “aponta o dedo” para as ações portuguesas no continente asiático. E o faz de forma veemente, a ponto de sua única obra experimentar dificuldades de publicação até os dias de hoje – coisa que falaremos mais ao final deste trabalho. E se de forma inusual descreve as terras do Oriente muito se deve a condição de autônomo a que chega àquelas bandas. Nesse sentido, seus registros podem destoar dos demais cronistas do período. Não estando a serviço de sua Coroa e Igreja (ao menos de forma oficial), por vezes ensaia voos ácidos e rasantes por sobre as paisagens desenhadas pelos portugueses em Ásia. Mas estamos diante de um personagem complexo. Vez por outra, é de seu feitio se sujeitar às circunstâncias. Assim, veremos o peregrino “dourar a pílula” quando as ações de seus conterrâneos coincidem com as formas de demonstrar lealdade às próprias ambições e às do reino.

...E com as longarinas a cortar as águas costeiras do Atlântico, a embarcação deixa ver o porto ainda tão próximo. Importa agora traçar alguns preliminares sobre o autor e a obra. O importante é que já se sabe com quem se navega e qual o destino pretendido. Contudo, antes de ganhar as águas profundas da *Peregrinação*, e nelas velejar a favor do vento, vale se aproximar dos companheiros de convés para trocar impressões sobre a nossa personagem e, em linhas gerais, o que dizem sobre seus escritos. E um tanto como se procede nos manuais de instrução, depois saberemos os porquês da viagem, como justificá-la e o que trazer para casa ao final da excursão. E porque a *nave* já intenta deslizar com velocidade, uma breve discussão se estamos, afinal, na presença de um típico cronista do século 16. Ou ainda se com ele ficamos diante de outra coisa que não apenas um representante dos relatos de viagens quinhentistas.

1.2 A marca-d'água da *Peregrinação*

A *Peregrinação* foi lançada trinta e um anos depois da morte de seu autor, em mil seiscentos e quatorze. Logo publicada, identificaram-na como “relato de viagem” – gênero popular àquele tempo de novidades superlativas. À parte a acepção que o termo vem sofrendo, hoje é incomum vê-la apenas como crônica (CATZ, 1981). No âmbito dos estudos literários da *Peregrinação*, muito foi dito sobre seu caráter picaresco e de suas proximidades

ficcionais com escritos do chamado “século de ouro” da literatura ibérica. Leia-se: *Dom Quixote*, do espanhol Dom Miguel de Cervantes e *Os Lusíadas*, do conterrâneo Luís Vaz de Camões. Nesse modo referente, não é incomum considerar o autor como um ficcionista em contraponto ao legítimo cronista. Este último, aquele que dispensa a imaginação e se atém à descrição dos fatos e das circunstâncias, uma vez que se inclina para o registro da “verdade”.

Dito isto, vê-se em Mendes Pinto um comentarista inventivo, no sentido de que cria mais do que realmente vivencia. Daí a ideia de que seja um literato e não apenas um cronista. As maravilhas que descreve são, por vezes, encaradas como inverossímeis, de difícil assentimento. E se citamos Camões – e o aproximamos de nosso autor – é justamente para dizer algo. Ao contrário do notório português, as personagens da *Peregrinação* não são assumidamente ficcionais, apesar de parecerem ou acusarem-nas de sê-las. Isso ganhou ares de zombaria, uma vez que, ao se tratar da veracidade de seu relato, pergunta-se: Fernão Mendes? Minto!

À parte o distintivo, ainda assim muitos veem o livro como legítimo representante das chamadas crônicas de viagens quinhentistas. Afinal, o que se lê é o relato de uma vida que por método ou estrutura atira para diversos lados – cada um deles representativos do gênero cronístico. Há descrições pormenorizadas de plantas, bichos e minerais. Percebe-se uma predileção por números, pois auxiliam o narrador na organização dos dados. Veja, o autor tem a preocupação muito moderna de observar o real, arrolar uma sequência invariável de dados e qualificá-los na forma do texto. Talvez tente facilitar a vida do leitor (suas próprias filhas, veremos) diante das exuberâncias experimentadas. Muito ao modo de Diego Kovakloff⁶, personagem de Eduardo Galeano, que repentinamente pede ao pai que lhe “ensine a olhar” a imensidão do mar...

É sabida a preocupação do homem renascentista com números. Nisso Mendes Pinto é muito parecido com seus contemporâneos. Ora, depois de conhecido, “tudo havia que ser medido e contado” (LIMA, 1998, p. 99), característica peculiar, se é possível dizê-lo, do relato de viagens. Essas coisas tantas são organizadas como verdadeiros inventários dos povos ou dos lugares visitados, sempre repletos de comentários e mais e mais dados. Então, posicionemos nosso autor como sendo um cronista de seu tempo⁷. Eis a marca-d`água de seus escritos! À qualificação, autoriza-lhe a extensão e o registro minucioso das experiências empreendidas na Ásia. Além do mais, esse homem foi um viajante contumaz (mais de duas

⁶ Ver em *O Livro dos Abraços*, de Eduardo Galeano, 2005, Editora L&PM POCKET.

⁷ Esta dissertação assume a condição cronística do autor da *Peregrinação*.

décadas ao mar) e narrador quinhentista reconhecido por especialistas de diversas áreas do conhecimento, bastante empregado na Literatura⁸, por exemplo.

Agora que sabemos (ou preferimos) Fernão Mendes Pinto um cronista, o que diz *Peregrinação* sobre o Oriente em meio ao grande tema *As concepções de mundo nas narrativas de viajantes ibéricos*? O que o autor reconhece como concepções outras de mundo vindas da Ásia? Que imagens e representações são confienciadas ao leitor daquele e deste tempo?

1.3 “Que o mar fosse tinta e o céu papel”

Na profusão de terras que escritores asiáticos chamavam de “pestanas do mundo”⁹, a *Peregrinação* parece soar como uma tentativa de entender como vivem e como se organizam as gentes encontradas pelos caminhos. Tantas foram às investidas que “para escrever tudo era necessário que o mar fosse tinta e o céu papel” (PINTO, 2005, v. 1, p. 830). O tom grandiloquente se ajusta aos mais de mil incidentes anotados como veracidades autobiográficas (DAS NEVES, 2004). Mas já faz tanto tempo que não se pode considerá-los ao pé da letra. Antes, o que se lê é a tradução das experiências *in loco* travestidas de certa imaginação. E se assim é se deve em parte a ideia de que o autor as descrevera de memória (*Id. Ibid.*). Matéria falível por natureza – sabem bem os historiadores – ela é dada a divagações. Se por um lado se ganha nas cores, por outro se compromete a interpretação que se deseja “verdade”.

Como se pode divisar em Fernão Mendes Pinto, as narrativas quinhentistas são, grosso modo, textos informativos sobre os mundos extra-europeus inspecionados. Isso não significa que apenas se faz inventários de nativos, animais, árvores, ervas, rios e *algumas cousas*

⁸ A exemplo de Cervantes para a língua espanhola, Fernão Mendes Pinto é tido por linguistas e literatos um dos “inventores” da língua portuguesa moderna. Para além deste traço referente à genealogia da língua, é interessante registrar que o autor talvez seja uma criação literária dele mesmo; contenda de muitas discussões entre especialistas de sua obra. Para uma apreciação mais robusta dessas questões, consultar: JORGE, Carlos Figueiredo. A dimensão da pirataria na *Peregrinação*. Poder e contra poder: uma ideologia da paródia. In: SEIXO, Maria Alzira, ZURBACH, Christine (org.). *O discurso literário da “Peregrinação”*. Lisboa, 1999. p. 61-93.

⁹ Mesmo numa apreciação “ligeira” das chamadas “literaturas de viagens” dos séculos 16 e 17, a expressão aparece com regularidade e é comumente associada aos espaços extra-europeus, de forma especial àqueles posicionados mais ao Oriente, uma vez que ela (a expressão) é anterior ao “descobrimento” do continente americano.

*notáveis que se achão assi na terra como no mar*¹⁰. Os comentaristas também se entregam a elucubrações sobre as origens daquelas gentes. Em situações ou passagens de destaque, são verdadeiros tratados que se leem. Mas, de qualquer forma, saltam aos olhos uma opção pelo quantitativo, pelos números, pelas classificações de toda espécie. Dito de outra forma, “cercando o real com esses números, o narrador busca reproduzi-lo quantitativamente – a maneira mais fácil de o leitor ter acesso a essa exuberância” (LIMA, 1998, p. 99). Isso nos faz pensar que existe latente o desejo de confrontar os inúmeros achados, a fartura de vida e de cenários às reminiscências de origem, ou seja, às do “velho continente”.

Nas regiões encontradas, não raro é abundância quem dá às caras. De Jean de Léry a Fernão Cardim, cronistas bastante populares entre os leitores de hoje (e que neste trabalho ajudam a pensar a personagem e a obra de Mendes Pinto), temos notícias das prosperidades nas aldeias de índios do Brasil, por exemplo. Um mundo que, em um primeiro momento, podia se conceber como a *Cocanha* medieval: terra mítica dos prazeres incomensuráveis. Não de outra forma, vez por outra, é assim que o peregrino enxerga a exuberante Sumatra ou as regiões camponesas da velha China. São impressões *extremas* que, em conjunto, transpiram concepções de mundo. E tudo o que se quer fazer é legendá-las para os leitores. Coisa que faremos mais adiante com a *Peregrinação*, a partir de objetivos muito particulares, uma vez que se trata de averiguar o potencial temático dos escritos ali presentes para o ensino de História.

Neste ponto, vale ressaltar que aqui não se pretende fazer um inventário completo da obra de Mendes Pinto. Dada a extensão e a complexidade daqueles escritos, mesmo que este trabalho fosse mais do que uma dissertação ou mesmo uma tese, ainda sim seria coisa improvável. Do mesmo modo, não se trata de concentrarmos nossa atenção apenas na voz do peregrino. Ela – a voz – está nestas páginas, mas quase sempre a partir dos especialistas que sobre a *Peregrinação* se debruçaram. Este o nosso modo de apresentação, afinal!

Mas fato é que há potencialidades no temas e eventos relatados na *Peregrinação* para o ensino de História. Em se pensando na evidente proximidade com a História, é quase um contrassenso o modo como este trabalho anuncia seu objetivo geral. Mas se dizemos “quase” é porque a intenção está em se fugir de um senso comum sobre o que pesquisar e, principalmente, ensinar nessa área. Como assim? Trata-se de um esforço que já há algum tempo se tem feito; e diz respeito às formas pelas quais ministramos História no

¹⁰ Tópico I presente no Índice do livro *Tratado da terra e gente do Brasil*, de Fernão Cardim, Editora Itatiaia, 1980.

ensino básico. Desse modo, o que “entregamos” aos nossos alunos é uma discussão que importa ser feita. E ela ocorre com bastante vigor nas formas do discutir conceitos e eixos temáticos que reposicionem os conteúdos tidos como “molas mestras” da disciplina. Mas isso é uma coisa experimentada por todas as áreas, cada qual ao seu modo e tempo ajustando os ossos, a carne e a pele num corpo sempre em transformação. O próprio governo federal se sensibiliza e dá mostras de tal movimento quando, por meio da Secretaria de Educação Fundamental, projeta uma cartilha com clara pretensão à prática.

Subsequentes aos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs em Ação¹¹ surgem com o intuito de auxiliar os docentes na execução dos temas transversais pensados para todas as cadeiras. Não nos pregaria peças o tema pluralidade cultural, por exemplo, principalmente em se tratando do país que vivemos. Mas em outras paragens, municiados pelas aventuras e desventuras do peregrino, tantas serão as personagens e grupos contatados que a descoberta do outro oriental revelará infindáveis motivos de aulas – todas elas baseadas num princípio: o diverso como tema de estudo e pesquisa. Não é diferente do que propõem os PCNs ao afirmar que as diferentes disciplinas não são um fim em si mesmo. Vale para os livros, autores e todos que de seus conteúdos se apropriem. O procedimento é virtuoso porque permite a correspondência entre áreas e a abertura para uma compreensão mais ampla de um dado tema e/ou conteúdo; quase sempre experimentado como inflexível ou desinteressante para alunos e mesmo professores. *Fernão Mendes Pinto, um peregrino na sala de aula* faz parte deste processo de reconstrução de sentidos do *como e o que* ensinar em nossas escolas secundárias.

Nesse sentido, a partir de seus múltiplos temas e literalidades, a *Peregrinação* surge como mais um empreendimento intelectual a exemplificar a necessidade que a escola tem de ultrapassar visões disciplinares estanques. Um pouco como sugere o educador José Alves de Freitas Neto (2004) quando mobiliza o termo *transversalidade* como via profícua para a renovação do ensino de História na educação básica, coisa que discutiremos um pouco mais na última parte deste trabalho.

Mote conceitual dos cinco eixos temáticos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o termo é ferramenta que lançamos mão para, a partir dos escritos de Mendes Pinto, construir “entradas temáticas” para uso de professores na sala de aula – procedimento que pode ser conferido no segundo capítulo. Não à toa já se sugeriu um enfrentamento

¹¹ Com o advento dos PCNs (LDBEN 9394/96) e suas aplicabilidades na organização didático-pedagógica do ensino fundamental, surgiram diversas dúvidas sobre a organização do processo de ensino referente ao documento. Uma vez assim, em 1999 o MEC publica o *Programa de desenvolvimento profissional continuado – PCNs em ação*, com o claro objetivo de auxiliar os profissionais da educação na aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em sala de aula.

interdisciplinar à própria *Peregrinação*, uma vez que “especialistas estudariam as diversas matérias com vistas a deslindar os nós do aglomerado, provado que está que não se trata de tarefa para um só pesquisador” (LIMA, 1998, p. 188). Se é assim com apenas uma obra por que não lê-lo com conteúdos utilizados em sala de aula?

Isto dito, uma vez que o livro se destaca pela abrangência das especialidades que sobre ele se debruçaram, como a Antropologia, a Literatura, a Geografia entre outros, pergunta-se: como empregar as narrativas e temas da *Peregrinação* no ensino de História, em especial nas temáticas relacionadas à expansão marítima portuguesa? Que concepções de mundo podem ser ali apreendidas e que dizem respeito à constituição de sociedades não-ocidentais?

As indagações se justificam ainda mais quando se constata que apenas recentemente o relato de Fernão Mendes Pinto passou a circular entre nós. Desde 2005 o livro está disponível no mercado editorial local – e em “português do Brasil”, diga-se de passagem. Então, é chegada a hora de experimentá-lo em nossas aulas e como opção de leitura para interessados em geral. A expectativa também é de que projetos de pesquisa como este apontem *Peregrinação* como fonte diferenciada para o estudo do pensamento do homem renascentista europeu.

Em suma, a obra é um extenso e complexo relato produzido por um viajante ibérico sobre as terras e os homens do Oriente no século 16. E, em se tratando das fontes primárias utilizadas em nosso país, ela abre parênteses frente aos cronistas tradicionalmente utilizados para se pensar o período. Nesse ponto, compete (e justifica-se) inserir o autor como referência frequente no estudo da expansão ultramarina portuguesa no âmbito do currículo de História nos ciclos do ensino fundamental II e ensino médio.

Assim, o ponto de partida da pesquisa se dá na própria *Peregrinação*. Ela será investigada por meio da abertura portuguesa para a Ásia e suas correlações com a expansão marítima em geral. Em primeiro plano, bibliografia da história das “grandes navegações” contextualiza e evidencia o período em foco para apresentação e análise mais pertinente do livro (ALENCASTRO, 1998; BARRETO, 1998; BORNHEIM, 1998; GIUCCI, 1999; LESTRINGANT, 2009; LIMA, 1998; ZIEBELL, 2002).

Ao se investigar o fenômeno inicial da globalização¹², são retomados textos como o de Serge Gruzinski e seu *1480-1520: A Passagem do Século* (1999), notadamente preocupado

¹² Se pensarmos “globalização” a partir das proposições de Octávio Ianni em *Teorias da Globalização*, de 2006, veremos que o fenômeno está atrelado a uma série de dispositivos econômicos como a eliminação de restrições à circulação do capital, aberturas de mercado para além de fronteiras nacionais entre outras. Tais dispositivos são sinalizados a partir da primeira Revolução Industrial (séc. 19) e se potencializam após a segunda guerra mundial (séc. 20). Em linhas gerais, trata-se, segundo Ianni, da “globalização econômica” (2006, p. 53) que,

em inserir àquela época problematizações deste tempo. Esse ponto auxilia também a escrita da segunda parte do trabalho, que se concentra no apontamento de “entradas temáticas” que sirvam aos professores como “orientações didáticas” às aulas de História. No que será a parte final da dissertação, a ausência da *Peregrinação* no âmbito do ensino de História na educação básica será analisada a partir de uma inflexão pinçada dentre as discussões ocorridas no interior das chamadas “teorias do currículo”.

Ora, se o relato de Mendes Pinto é importante e se posiciona como clássico não só na História de Portugal e Península Ibérica, mas na literatura portuguesa e europeia em geral, quais são as situações de poder, intencionais ou não, que “silenciaram” a *Peregrinação* por tanto tempo no Brasil? Trata-se justamente de pensar tal ausência no âmbito das referências curriculares para o ensino de História nos ciclos do ensino fundamental e médio. Afinal, é de se perguntar: uma vez que é lida e analisada por especialistas estrangeiros e é do gosto do leigo enquanto literatura de entretenimento, qual a razão da demora em publicá-la nestas terras? Autores como Rebecca Catz (1981) enfatizam que a *Peregrinação* lembra a decadência de Portugal no final do século 16 e de que hoje seria vítima dos reveses políticos e econômicos no âmbito da União Europeia.

O livro já experimentara sensação semelhante nos inícios do século 20 e, mais ao final, com o autoritarismo salazarista que tolhia a publicação de obras indesejáveis, como até pouco fez a própria Igreja católica no *Index Librorum Prohibitorum*.

Fato é que a publicação da *Peregrinação*, em 2005, ganha em importância, uma vez que sua vida editorial é cheia de mal-entendidos e de enteveros político-econômicos; coisas que ajudam a explicar a ausência da obra neste ou naquele espaço editorial. E certamente valerá à pena investigar a partir das chamadas “teorias do currículo”. Para tanto são acionados três autores que falam da confecção de currículos educacionais na perspectiva de interesses políticos e/ou ideológicos. Nessa excursão de águas turvas, à última parte deste trabalho, ajuda a aprumar o leme Tomaz Tadeu da Silva (2004), Jean-Claude Forquin (2000) e José

neste momento, estaria num “estágio supremo de internacionalização” quando “adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira, cultural” (SANTOS, 2002, p. 26). Mas de acordo com diversos autores que se debruçam sobre o tema, como o historiador Serge Gruzinski, a globalização remonta o século 15. Com as navegações europeias daquele século e depois, o mundo conhecido experimenta uma intensificação de contatos que, grosso modo, interliga os continentes, como, por exemplo, a América, então recém descoberta. Passa a haver uma extraordinária internacionalização mercantil e também de contatos com pessoas nunca antes imaginadas, a não ser no plano das mitificações gregas e outras. É desta “primeira globalização”, a partir de Gruzinski, que aqui fazemos referência. Para simples conferência, segue-se: IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006 e SANTOS, Milton. Por uma globalização mais humana. In: RIBEIRO, Wagner Costa. *Um país distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002. Disponível em: [HTTP://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u351805.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u351805.shtml). Acesso em 16 fev. 2016.

Alves de Freitas Neto (2004). Mas, antes um pouco, o pensador francês Félix Guattari (1999), a partir de sua noção de *singularidade*, permite-nos uma interpretação da “cabeça” de Fernão Mendes Pinto enquanto hipótese para aquela personagem ser o que foi àquele tempo frente às ambições da Coroa e da Igreja em terras asiáticas. Eis aqui (apostemos algumas fichas!) um ponto de ousadia desta dissertação.

Antes de seguir adiante, ao fim dessas discussões todas, no Apêndice, com Estante própria, o professor/a encontrará uma breve explanação de uma *mídia* que, pensada a partir do conteúdo desta dissertação, servirá como material extra a ser eventualmente utilizado em sala de aula (conferir DVD, em anexo).

Trata-se de um Objeto de Aprendizagem, ou seja, um material para potencializar a exposição do professor/a sobre o tema tratado – nesse caso, as peregrinações de Fernão Mendes Pinto às terras da Ásia. A inspiração para a produção do AO é uma série de entrevistas fictícias produzidas pelos estúdios da rádio e *TV Excelsior* do Rio de Janeiro/RJ, nos anos 70 – Grupo Rádio Mayrink Veiga. Ali, o jornalista e radialista Flávio Cavalcante (1923-1986) entrevistara personagens de “nossa História”, como Tiradentes, por exemplo, com depoimentos “reais” de suas vidas. Fizemos o mesmo, afinal! Entrevistamos Fernão Mendes Pinto para saber dele mesmo, “em pessoa”, como foi “peregrinar” nos litorais asiáticos no século de expansões extraordinárias que foi o 16.

Ah! Vale uma observação: quem entrevista é o professor/a ou mesmo o aluno/a, a depender da opção do mestre/a. Afinal, o que temos é apenas o áudio das respostas do entrevistado. Como num karaokê sem melodia, mas com os tempos entre as respostas marcados pelo ritmo das perguntas feitas “ao vivo”, a criatividade e a interatividade é que darão o tom da “brincadeira”. Disponham-se, então...

Agora sim, sigamos um pouco mais aparelhados para as águas profundas da *Peregrinação*. Espera-se que após a travessia descansemos âncoras não em terra firme, o que seria inapropriado, mas num porto que de passagem para novos passeios investigativos.

E do ponto onde estamos já é possível mirar o horizonte “onde o longe nada tinha/ Mais perto, abre-se a terra em sons e cores/ Onde era só, de longe, a abstracta linha”¹³. E se estamos às primeiras páginas da aventura, o peregrino solicita presença para, entre outras coisas, narrar como deixou sua terra natal rumo ao Oriente *extremo* de sua *Peregrinação*...

¹³ Poema *Horizonte*, de Fernando Pessoa. Conferir em *Poemas Seleccionados – Fernando Pessoa Ele-Mesmo e Heterônimos*, Editora Artes e Ofícios, 2010.

2 O ABC DA PEREGRINAÇÃO: EXPERIÊNCIA E FADO EM FERNÃO MENDES PINTO

O título da *Peregrinação* não era feito de uma só palavra. Ele nasce quilométrico, como são batizados os personagens históricos que costumamos ler nos livros didáticos. Nomes que não têm fim. Motivos de verdadeiras torturas, se nos obrigassem decorá-los. Com mais de quinhentos caracteres ou cento e dezessete palavras¹⁴, o título original (que aqui não cabe coligir) era codificado pelo próprio autor em um mero *abc*. Mendes Pinto tinha o costume de enviar cartas para suas filhas. E foi uma infinidade delas, como se pode ver na forma homônima do livro. A intenção estava em introduzi-las ponto a ponto na complexidade dos mundos que visitara. Daí a ideia de “iniciação” embutida nas primeiras letras do alfabeto. Curioso, pois se pode aferir, já àquele tempo, que o acrônimo guardava o significado idiomático que no Brasil aprendemos a identificar desde crianças.

Mas a brincadeira não se leva a sério. A *Peregrinação* passa muito ao longe de uma cartilha de *bê-á-bá*. Está mais para um relicário de mundos que não se chega ao fim, pois os enredamentos descritos são investigados até hoje, numa mostra de estudos nas áreas as mais diversas possíveis. Que o digam a Literatura, a História, a Geografia, a Antropologia, cinematografia, dramaturgia, música, quadrinhos e campos como a religião e a Astrologia¹⁵. Mas cabe apresentar números e depois o autor, afinal.

Desde a primeira publicação, em 1614, *Peregrinação* conheceu uma enormidade de edições. A título de referência (porque são mapeadas com precisão), fiquemos apenas com as

¹⁴ Para conferir o título original da obra *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, acessar: https://pt.wikipedia.org/wiki/Fern%C3%A3o_Mendes_Pinto.

¹⁵ Em abril de 2015 começaram os preparativos para a adaptação cinematográfica da *Peregrinação*. O responsável pelo projeto é o cineasta português João Botelho. Nesta mesma linha, no âmbito das comemorações dos 400 anos do nascimento de Fernão Mendes Pinto, o autor Gonçalo Cadilhe dirigiu o documentário *Nos passos de Fernão Mendes Pinto*, de 2010. Dividido em dois episódios de 50 minutos cada, a obra foi produzida pela agência de notícias portuguesa RTP (assista em <http://www.rtp.pt/programa/episodios/tv/p27058>). O documentário tem a participação de diversos acadêmicos portugueses da área da História e da Literatura, especializados em Fernão Mendes Pinto. *Peregrinação* também foi adaptada para o teatro em 1981 pelo dramaturgo português Hélder Costa. Desde a primeira apresentação, em Portugal, o espetáculo percorreu mais de 30 países europeus e algumas incursões pela Ásia, Canadá, EUA e América Latina. No início dos anos 80, o prestigiado músico português Fausto Bordalo adaptou *Peregrinação* em 23 canções para sua trilogia *Lusitana Diáspora*. São os álbuns: *Por este rio acima* (1981), *Crônicas da terra ardente* (1994) e o instrumental *Aproximação a terra* (2012), todos baseados nas viagens relatadas na *Peregrinação*. Vale destacar que a trilogia é considerada pela crítica especializada europeia uma das mais marcantes da música popular portuguesa das últimas décadas. Além dessas, demais plataformas experimentaram adaptações da *Peregrinação*, como quadrinhos, esquetes de televisão, literatura infantil e infanto-juvenil, entre outras.

mais de vinte edições anunciadas ao longo do século 20, em diversas línguas¹⁶. Mas o percurso não foi linear, e muito menos sem tropeços ideológicos; coisa que investigaremos na parte final da dissertação. Em despeito às dificuldades, o fato é que a *odisseia* de Mendes Pinto foi publicada em nosso país somente no ano de 2005, em “português do Brasil”, como gostamos de dizer para nos afirmar enquanto língua. E se a quantidade de mundos em que se publicou o português quinhentista supera aqueles visitados em vida, está dada a senha de seu sucesso e também, em situação inversa, da perplexidade dos quatrocentos anos de atraso de sua publicação em terra brasileira. Como pode tal coisa acontecer? Mais uma vez, deixemos a indagação para mais adiante...

E se é dessa forma que se põe o autor, resta, neste momento, falá-lo, então!

Sobre Fernão Mendes Pinto, sabe-se pouco. Nos dias de hoje, por exemplo, se não se tem conhecimento da data de nascimento, não se sabe quase nada de alguém. A preocupação tão contemporânea de se saber a idade parece importante, porque ela diz respeito a um conjunto de informações que indicam quais espaços podemos frequentar e se são coincidentes com a nossa faixa etária. Isso muito por conta da maior parte deles estar marcada pelo signo do consumo. Coincidência ou não, os mais rentáveis entre a população jovem ou jovem adulta. E não é sobre isso que se quer falar. Mas se algo foi dito é só para dizer que não se sabe ao certo a data e o local de nascimento da nossa personagem ou, dito de outra forma, a sua idade por inteiro. Diz Rebecca Catz (1981)¹⁷, em texto que já é um clássico nos estudos literários sobre o autor, que biógrafos e historiadores situam seu nascimento entre 1509 e 1511. Assim como não se tem a data que coliga sua vinda ao mundo, a cidade, por certo, dependerá também das informações da própria *Peregrinação*. E não a teremos com a certeza que aquietaria qualquer investigação primária. O próprio Mendes Pinto cita um tio que o levara aos doze anos de idade para um centro de nome Lisboa para trabalhar numa família abastada, cuja Coroa, já à primeira década do século 16, concedera licença para o comércio de

¹⁶ Segundo o bibliógrafo e pesquisador Francisco Leite de Faria, em *As Muitas Edições da Peregrinação*, de 1995, no decorrer do século 20 foram publicadas as seguintes edições: 1908-1910, com prefácio de Brito Rebelo (Lisboa, Livraria Ferreira); 1930-1931, com nota bibliográfica de Jordão de Freitas (Aguda/ Vila Nova de Gaia, Cosmópolis); 1944-1945 – ed. de Costa Pimpão e César Pegado (Porto, Portucalense Editora); 1952-1953 – ed./ com pref./ de Adolfo Casais Monteiro (Lisboa/ Rio de Janeiro, Sociedade de Intercâmbio Cultural Luso Brasileiro/ Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil); 1961-1984 – ed. de António José Saraiva (Lisboa, Sá da Costa); 1971 – ed. de Maria Alberta Menéres (Lisboa, Afrodite/ Fernando Ribeiro de Melo); 1983, reedição da edição de Adolfo Casais Monteiro - 1952-1953 (Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda); 1983? – edição de Neves Águas (Lisboa, Publicações Europa-América); 1984, edição de Aníbal Pinto de Castro (Porto, Lello & Irmão); 1995, edição fac-similada de 1614, com apresentação de José Manuel Garcia; 2005, edição em “português do Brasil”, de Maria Alberta Menéres (em dois volumes – edição utilizada nesta dissertação de mestrado).

¹⁷ Entre os autores que escreveram sobre a *Peregrinação*, optamos pela síntese biográfica de FMP feita por Rebecca Catz. A partir daí escrevemos a *nossa* apresentação da personagem em questão.

especiarias. Imaginemos que nascera em lugar próximo à notória capital portuguesa. Em sendo assim, tio e sobrinho viram-se aos serviços de nobre linhagem em ainda mais altiva divisão: a Lisboa “Com suas casas/ De várias cores”¹⁸, como dirá o poeta adiante do tempo de nosso autor. E na velha Índia, em brandido vilarejo, não vira o peregrino as mesmas matizes da metrópole? Não se sabe, mas é dado pelo próprio que ali ocorrera algo de muito grave e que o pôs em retirada daquelas gentes. Ele mesmo não diz o motivo. Então, deixemos a tarefa para nós mesmos, ou seja, imaginemos os pretextos. Aliás, como fazia nosso autor, já que a ele se faz o “elogio” do descomedimento da imaginação por sobre o que escrevia.

Desse modo, sem sabermos os porquês, muito jovem se atirou numa primeira aventura em Alfama – cidade litorânea portuguesa cujo nome, perdoe o trocadilho, marcaria o início da afamada trajetória do peregrino. Então, como se pode ver, começa aqui as aventuras e desventuras do precoce viajero...

Nessa primeira saída, logo foi capturado por corsários franceses (em verdade, não só ele, mas toda a tripulação). Estes, identificados como piratas, se desfazem dos apanhados e dos aprisionados, pois conseguem coisa melhor que do último assalto. Deixados em terra (parece que em Santiago de Cacém – Portugal), passa a trabalhar por anos a fio para um próspero senhor local, que muito mal o remunerava. Mais tarde, jovem adulto (para usar uma expressão atualizada), teve a ida às terras da Índia patrocinada pelo próprio empregador. Influente, pôde embarcá-lo como soldado postiço, em 1537. Se se torce o nariz para datas, determiná-la é importante, porque nela começa a literal peregrinação de Fernão Mendes Pinto. E depois disso – e aí está à importância do dígito –, passam-se vinte e um anos até que regresse a Portugal e registre suas peripécias que muito sucesso fizeram no seiscentismo europeu. São estórias de naufrágios, batalhas, sequestros, escravismo, riqueza e profissão de fé – todas elas vividas pelo protagonista.

Quanto às regiões visitadas, a primeira que assenta pé é Malaca¹⁹. Depois, como embaixador itinerante, esteve na Malásia, Sumatra entre outras localidades pouco ou nada conhecidas. Também passou pelos mares e terras da China e depois Japão. Junto a um conterrâneo, ali teve a oportunidade de apresentara primeira “arma de fogo” que se tem notícia naquela região – “gatilho” decisivo nas guerras empreendidas internamente. Já regressado a Portugal registra o que viveu. Vem a morrer menos de vinte anos de findar o

¹⁸Ver compilação de poemas de Fernando Pessoa (heterônimo Álvares de Campos) *Poesia de Fernando Pessoa Introdução e Seleção de Adolfo Casais Monteiro*, 2ª edição, 1945, Editorial Confluência, Lisboa.

¹⁹Situada na Malásia, Malaca foi uma possessão portuguesa entre 1512 e 1641. À época dos acontecimentos da *Peregrinação*, a cidade era “QG” dos portugueses na região.

extremo e surpreendente século em que existiu. Não pôde ver suas missivas publicadas. Coube a outros organizarem e lançarem aqueles escritos – inclusive no formato que perenizou a *Peregrinação* para a posteridade: 227 enxertos divididos em dois volumes.

Depois disso, apareceram os leitores. E são muitos desde então... Quase meio milênio de disponibilidade para se virarem aquelas páginas. Esta dissertação, por exemplo, é antes de tudo uma leitura que se pretende à prática, uma vez que tem a intenção de lançá-la no espaço de trabalho da sala de aula.

Mas se falou de forma sucinta do homem e sua obra. Como tantos outros espalhados por um mundo de surpreendentes expansões, vejamos o século que Fernão Mendes Pinto também ajudou a legendar. Antes, à perspectiva daquele período, vale discorrer sobre o termo que se tornou uma espécie de aposto de nossa personagem, o *peregrino*.

2.1 O velejador andante

Onde quer que se fale de Fernão Mendes Pinto, ato contínuo, vem à mente a reverberante ideia... Ele que não conhecera alcunha de espécie alguma, não tinha mais como renegá-la, pois morrera trinta e um anos antes da primeira montagem de seus relatos. Mas também não se pode dizer que não se esforçara no intento. Como um bom autor, compôs uma meia dúzia de tipos que de forma progressiva punha à prova em terras distantes. Não imaginou que as falas e andanças incorporadas ao seu modo de ser valessem o contundente carimbo. Assim, com a mão pesada do dramaturgo, passamos a vê-lo mais pela marca e menos pelo nome, quase escapulido entre os dedos. Tarde demais para o autor. Não pode reverter a condição. Desfazer-se da alcunha não era mais uma opção. Chamavam-no e ainda o chamam de “o peregrino” – muito ao modo de sua única obra, a *Peregrinação*.

E nesta história não é de se perguntar quem veio primeiro? O peregrino ou a *Peregrinação*?

Certamente, o peregrino. É factível pensar que o encomendador e o editor da *Peregrinação* viram naqueles escritos a continuidade de um universo muito particular, o das aventuras cavaleirescas medievais. E se quem conta uma estória ganha um ponto, o historiador Francisco Ferreira de Lima (1999) ganha muitos nesta dissertação. Imagine que nos ajuda a pensar didaticamente Mendes Pinto quando, por assim dizer, o posiciona como

um “cavaleiro dos mares”. E vai além, pois com ele também pensamos as possíveis soluções editoriais para trazer ao mundo os escritos do antanho português.

O nome do encarregado a encaminhar o texto de Fernão Mendes Pinto é Belchior de Faria²⁰. E sua cabeça trafega em dois tempos: o seu e o da ainda tão próxima estação medieval: a das cavalarias e dos “andantes” de uma Europa afora... Nessa quadra de tempo, sabe o livreiro, invertem-se os sinais. Se ontem eram os cavalos, hoje são as caravelas. Se os cavaleiros quebravam as distancias, agora os capitães do mar juntam continentes. E se “o que embarcou já não era andante; era, por assim dizer, navegante” (LIMA, 1998, p. 35), certamente o espírito expansionista da cavalaria segue adiante naqueles empreendimentos marítimos.

A discussão se isso é bom ou ruim não cabe aqui, definitivamente. O fato nu e cru é que diferentes terras e gentes se aproximam e trocam impressões que os põem em colisão. E, muito ao modo dos astros, no entrechoque nascem novos mundos. Não foi diferente àquele tempo de descobertas excepcionais. No *abc* de Mendes Pinto os orbes são “nebulosas” a serem decifradas. Certamente, suas impressões estão carregadas de eurocentrismo, mas ainda assim sobressaem “ciclones de estrelas” que, no âmbito do livro, “desenham-se livres e fortes diante de nós”²¹.

A partir do *abc* de Mendes Pinto, topamos com as “chegadas”, “entradas” e “saídas” do “velejador andante” em terras pouco ou nada conhecidas dos europeus. São esses os mundos captados pelos livreiros. Para tanto (devem ter contabilizado!), as inspeções são o resultado de parte de uma vida entregue a exprobrações de toda ordem. Extasiou-se, sim, mas não sem riscos a colocá-lo de frente para a morte. Foi uma opção, a de reinventar a própria vida. Como veremos, nossa personagem estava desgostoso de sua Europa: terra de privações e complicações quase insuportáveis. Então, se “viveu perigosamente” de um modo que “ele próprio traçou: “treze vezes cativo e dezessete vezes vendido nos[...] confins da Ásia a que os escritores chins, siameses, guéus e léquios nomeiam nas suas geografias por Pestanas do Mundo” (DAS NEVES, 2004, p.7) foi por livre e espontânea vontade.

Ora, não o sabemos um viajante clandestino? Ninguém o mandou a fórceps para os litorais asiáticos e de lá para regiões pouco ou nada conhecidas. Um tanto quanto os

²⁰ Ao tempo da União Ibérica, Felipe II, monarca absoluto de dois reinos, atribui aos Provedores da Casa Pia das Penitentes de Lisboa a incumbência da primeira impressão da *Peregrinação*. Estabelecidos os contatos e os pormenores administrativos, a edição seria bancada por Belchior de Faria, e os lucros da publicação divididos entre a Casa e o editor. Tudo isto entre 1613-14 (LIMA, 1998).

²¹ Versos da canção *Love, Love, Love*, de Caetano Veloso, presentes no LP *Muito (dentro da estrela azulada)* Caetano Veloso e a Outra Banda da Terra, 1978, Polygram.

seguidores à cola de seus Santos – tão intensamente pintados nas hagiografias medievais –, os livreiros de El-Rei quiseram vê-lo como um incansável atravessador de distâncias. Nessa proposição, adiantava-se um modo de conceber a personagem dentro de um nicho editorial amplo, o das narrativas de viagens. Em parte, eis uma ideia para pensar o nome da obra e seu “amplo e publicitário subtítulo-resumo, não garantidamente da autoria de Fernão Mendes Pinto, e susceptível de aguçar a curiosidade dos leitores ou dos clientes do editor Pedro Craesbeek”²² (SARAIVA, 2013, p. 130).

Assim, é factível pensar que a *Peregrinação* carrega tal título porque se havia concebido um peregrino para aquelas páginas. Tal papel caíra “como uma luva” nos propósitos de um agudíssimo mercado editorial ocupado com as novidades do além-mar. Senão, como passar em branco um autor cuja escrita “incorpora os principais modelos em voga no século XVI, a crônica, o relato de viagem, a novela de aventuras [...] e as hagiografias” (LIMA, 1998, p. 19)? Deste modo, sabia-o Craesbeek. Homem com faro editorial, ele mesmo fora o responsável pela primeira impressão dos *Lusíadas* – livro vigoroso e extremamente vendável àquele tempo. De certa forma, é uma aventura imaginá-lo com a *Peregrinação* à mão confrontando a principal obra de seu próprio catálogo. Que coisa, hein? Sabemos hoje que Mendes Pinto rivalizou popularidades com Camões e, como este, garantiu um lugar no panteão de autores clássicos da Ibéria e da Europa em geral.

E o que não faz uma palavra à frente de um livro? Ela, a palavra, permite dupla ação. Faz pensar frentes caríssimas ao leitor ainda transido de fé àqueles primeiros séculos de Idade Moderna. Por um lado, temos um sentido de peregrinação carregado de razão cristã. Pensá-la a partir desse modo referente encaminha o pensamento para a ideia de “romaria”. E não é aqui que se negará a instituição do marco constantiniano cristão²³, cujo reinado persegue a fé evangelista como coisa *do e para* o povo. Em sendo assim, saíam à caça de seus prodigiosos santíssimos uma infinidade de peregrinos, ou romeiros, como se quer insinuar, afinal. E se a “‘peregrinação’ religiosa [...] supõe a existência de um ‘centro’ ou polo religioso [...] a que se chegue para cumprir promessas ou para obter algum bem material ou espiritual” (SARAIVA, 2013, p. 136), podia-se perambular por motivos mais profanos. Eis o outro lado da palavra que se poderá aferir na leitura da *Peregrinação*.

²² Nomeado editor real por El-Rei Felipe II, em 1620, Pedro Craesbeek foi o primeiro editor de origem espanhola a se instalar em Lisboa, Portugal. Responsável pela primeira impressão da *Peregrinação*, o famoso editor publicou entre outros *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões.

²³ Em acordo à tradição apostólica romana, a partir de Constantino Magno (272-337) se instituiu o cristianismo em todo o Império Romano do Ocidente e Oriente. Desse governo, era prática indicar aos cidadãos de toda a Roma que perseguissem a fé cristã preservada pela tradição dos apóstolos e seus continuadores.

O próprio narrador de aventuras excepcionais (adjetivo caro ao encomendador e editor) sai em retirada na direção do Oriente em busca de prosperidade financeira. Na caminhada, encontrará motivos mais nobres à empreitada: tornar-se “soldado de cristo”, por exemplo, como veremos mais adiante. Ora, “os peregrinos’ [...] podem ver-se instigados pela natureza ou pelos homens [...] a mudar de itinerário ou de rota [...], perder-se em ‘feitos tão sujos’ ou ‘tão fora de toda razão ou entendimento humano’” (SARAIVA, 2013, p. 137) quanto outro qualquer. Talvez pela enésima vez, impossível não rememorar os livreiros de El-Rei. Sabiam, a exemplo dos companheiros de convés Lima (1998) e Saraiva (2013), da natureza multifacetada e aventureira do autor que tinham às mãos. Naqueles séculos de águas salgadas até o pescoço, publicá-lo era, antes de tudo, uma urgência editorial, quiçá, comercial. E se é uma história que encontra seu ponto final antes de findar o quinhentos já tardava a publicação naquela segunda década do século 17.

E se incitamos os possíveis porquês de chamarmos o autor e sua obra a partir da ideia de peregrinação, em que contexto a obra e o autor se tornaram possíveis nos termos mais amplos dos acontecimentos? Neste momento, é justamente para onde o vento encaminha a embarcação. Avancemos, então, para mais algumas milhas náuticas de distância...

2.2 O século da *Peregrinação*

O período que recobre a *Peregrinação* tangencia os projetos de viagem e as motivações da personagem central desta pesquisa: o cronista ibérico Fernão Mendes Pinto. Trata-se do século 16. Uma época de crescimento e reestruturação e, sobretudo, de expansão e exploração do além-mar – movimentos que, como veremos, invalidam saberes vindos da tradição, da religião, da Geografia e também da Astrologia. E, se olhada de cima, a vista da quadra de tempo da *Peregrinação* deixa escapar uma fuga em dois tempos (LIMA, 1998). De um lado, a série de elementos que a tradição historiográfica identifica como Renascença mostra uma agitação de flagrante confrontação com um passado mais imediato. O interesse está na forma como isso acontece, uma vez que o movimento é processual e se alimenta de valores que deixaram de circular desde ao menos o desmembramento da velha Roma imperial. Desse modo, é a cultura greco-latina que se ajeita como conjunto dissonante do repertório anterior, o medieval – em essência, representado pela tradição judaico-cristã (*Id. Ibid.*).

Já pelo outro lado, comunicam-se os homens e distribuem-se os achados técnicos que induzem o olhar para o futuro, uma vez que “a geografia do globo expande-se por todos os quadrantes [...] Outros povos, na maioria desconhecidos, ou visitados de passagem, juntam-se aos que então constituíam o mapa do Ocidente” (MOISÉS, 1998 apud LIMA, 1998, p. 11). Um desenho cartográfico que redimensiona a percepção dos europeus de “não serem os únicos habitantes do planeta, e de que outras gentes, não raro mais antigas, reclamavam atenção e respeito” (*Id. Ibid.*). Assim surgidas, as arestas do globo abrem o quadro de interpretações que diante das novidades escapam ao domínio dos intérpretes das palavras sagradas, crenças de suas concepções de mundo irrompidas do repertório cristão.

A aceleração dos contatos não dá trégua – alimenta e contamina o noticiário quinhentista a tal ponto que não se quer falar de outra coisa. Os cronistas de então são os mais festejados, porque não se espera a hora de lê-los; testemunhas oculares dos feitos ultramarinos. Em seu turno, os humanistas se apressam em explicar as informações “aparecidas”, coisa que desencadeia uma série de leituras e bricolagens sustentadas nas estórias e mitos da Antiguidade (LESTRINGANT, 2009; ZIEBBEL, 2002). Percebe-se o ambiente todo marcado pela necessidade de conhecimento e depois de domínio do *outro*. A intenção, já bastante conhecida, certamente estava na ampliação dos circuitos mercantis e comerciais em curso desde os finais da Idade Média.

Assim, o tripé parecia bem ajustado: conhecer, dominar e tomar os lugares agora insuspeitados. Essa movimentação implicava direções que, mais à superfície, “ligava o domínio tecnológico, o reconhecimento cartográfico e a supremacia política” aos interesses de antigos e novos atores, num flanco que “prefigura a possibilidade de se estender um controle abstrato sobre o mundo inteiro” (GRUZINSKI, 1999, p. 99). Assim, o conhecimento espelhado em dígitos é o motivo narcísico²⁴ do processo inicial (se não, incidental) de globalização.

Regiões que se ignoravam ou mantinham contato apenas aparente são, de uma década para outra – naquele século de acontecimentos superlativos – forçados a se resolverem no campo prático do domínio ou da submissão, sem escolhas. Como quer o pesquisador Serge Gruzinski, Europa, África, Ásia e depois a América constituem um sistema aqui também

²⁴ Formulado em contexto de Revolução Industrial, o conceito de *homo economicus* (sem autoria anunciada) é uma anunciação do império da racionalidade sobre a sociedade ocidental. Deduz-se que o homem é um complexo orgânico movido pelas dimensões da moral, da política, da ética e da economia. Esta última encontra sua genealogia mais próxima nos finais do período medieval. O volume e a importância da dimensão econômica no caráter e no comportamento do homem moderno pode ser simbolizado pelo dinheiro (elemento *narcísico*, afinal), uma vez que se estabelece como “holograma” dos sujeitos contituídos a partir daquele período.

identificado como “primeira globalização”, cujo sentido material de domínio e expansão territorial, hoje inescapável, era condensado na intenção cristã ibérica (porque naquele momento o engenho foi substancialmente luso e espanhol) de evangelizar todas as gentes e terras. O conceito, por sua vez, ajuda a explicar não só estas duplas intenções, a de dominar e a de cristianizar. Ele é importante porque permite manejar uma série de elementos que no conjunto inventa uma nova língua: a da matemática monetária e administrativa, com desdobramentos na geometria, agora ressignificada. As primeiras vêm em auxílio das necessidades e dos novos desafios mercantis e comerciais em geral. E a segunda tem a incumbência de redesenhar as latitudes, os meridianos e as escalas globais (LESTRINGANT, 2009). Para usar duas expressões portuguesas, a *terra à vista* experimenta um recorte e reenquadramento de um modo *nunca dantes visto*.

E não é somente para isso que serve a primeira globalização. O conceito também ajuda a pensar um desafio de diferente grau para o homem quinhentista: o de considerar o espaço geográfico sobre o histórico (*Id. Ibid.*). Este último, representativo da memória, trazia consigo uma legibilidade cosmológica que é ameaçada pelo noticiário ultramarino. Os novos espaços parecem fugir às narrativas tradicionais e funcionam como avejões frente a questões ainda não resolvidas no tempo transcorrido. São exemplos disso, os cismas da Igreja, os conflitos nacionais e a presença constante do inimigo islamita²⁵ (LESTRINGANT, 2009). E não só o Oriente. A América também se apresenta como uma “pedra no sapato” nos registros dos espaços conhecidos e das memórias acessadas desde a Antiguidade. As novas paragens asiáticas e o novo continente confrontam a cronologia, o tempo retilíneo e teleológico europeu. Para o bem ou para o mal, interpretar as novidades se mostrava poderoso estímulo para repensar o espaço conhecido, ainda que tudo fosse feito sob o olhar atento das autoridades tradicionais. Fato é que a quantidade de mundo experimentado se contrapunha a qualidade explosiva dos novos espaços surgidos (*Id. Ibid.*).

De tal modo “englobado”, os ambientes novos e antigos entrecruzam informações das mais variadas origens, compondo um painel de dados por meio do qual disparam novas interpretações ou visões de mundo. Concepções ou conhecimentos que aos poucos chegam à sociedade, sempre em contraposição a uma história conhecida. Nesse sentido, o tempo era o de confrontar o familiar e o cognoscível com as novidades abundantes vindas a reboque do explorador, do empreendedor, dos viajantes e dos comentaristas espalhados por um mundo agora ampliado. Mas, antes de tudo, “foi a possibilidade ilimitada de imaginar” e colocar em

²⁵ A questão “islâmica”, em *Peregrinação*, aparecerá como “entrada temática” às aulas de História na segunda parte deste trabalho.

suspeição as verdades estabelecidas o diferencial daquele século, de modo que “surge não só o anúncio de uma inesgotável novidade, mas também um irresistível convite à criação intelectual e reestruturação material” (PIETRE, 1988, p. 10).

Neste ponto, as estruturas mercantilistas e os contornos econômico-administrativos presentes em regiões como a Itália, Inglaterra e Alemanha já demonstravam uma nova orientação nas formas pelas quais o saber intelectual e prático se organizavam. Há mesmo um desejo de ascensão e de autogoverno de “segmentos [precoce] da classe burguesa” cujo “questionamento da verdade sagrada deu lugar a tensões formuladas como disputa entre a fé e a razão [...] entre a palavra divina e a linguagem matemática” (GIUCCI, 1992, p. 202). Estava constituído um roteiro com conflitos de diversas ordens, ainda mais potencializados pelas novidades vindas do engenho ultramarino na costa africana, no Extremo Oriente e Novo Mundo. Em suma, cenários que inflamavam dissuasões de mercadores, bancários e minorias letradas frente às autoridades monárquicas e religiosas (*Id. Ibid.*). Colaborou para tanto os repertórios técnico-práticos vindos da mecânica, matemática e da cartografia e exercido em parte por atores que reivindicavam a liberdade dos mares e a tomada de novas terras por meio de jurisdição não necessariamente forjada pelas Coroas ou pela Igreja (ZIEBELL, 2002). A isso se somam os editores das novidades. Patrocinadores dos relatos trazidos pelos viajantes, os escritos rapidamente ganham o continente e ajudam a transformar percepções tradicionais de mundo, inclusive, deixando-as quase sempre em suspensão.

A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto não foge à regra. É no conjunto amplo das transformações quinhentistas que encontra seu porto seguro. Como dito à introdução, apesar de publicado somente no século seguinte (1614), o extenso relato dá conta de uma profusão de temas, histórias e notícias vindas do Oriente. Em seu primeiro tempo de exposição, ganha popularidade quixotesca. Confronta até mesmo o sucesso do conterrâneo Luiz Vaz de Camões e seu *Os Lusíadas*. Por aí se sabe ou se tem ideia dos interesses do público para com os relatos surgidos a partir dos empreendimentos marítimos – verdadeiros *best-sellers*, mesmo passadas muitas estações dos acontecimentos.

E o impacto da *Peregrinação* é percebido de forma mais contundente quando se penetram os diversos tratados descritivos e se vai avistando uma série de querelas, contestações, sonhos de poder, riqueza, glória, testemunhos de fé, aventuras e desventuras vividos em espaços conhecidos, pouco experimentados e mesmo inexplorados. E é nesse conjunto de assuntos que a obra dá notas de seu potencial temático. Pode falar como representante da civilização cristã medieval ao mesmo tempo em que desenha cenários extra-europeus contrastantes com as convicções enraizadas na tradição cristã. São tantas as coisas

ditas que quando se trata de denunciar as intenções reais da presença da autoridade sagrada no Oriente teme seus conterrâneos “pôr dúvida ou porventura negar todo o crédito daquelas coisas que não conformam com o seu entendimento e com a sua pouca *experiência*” (PINTO, 2005, v. 1, p. 21, grifo nosso).

Como citado à pena do autor, o vocábulo “*experiência*” é presença constante na obra. Ela, a palavra, é espelho das mudanças em operação: na mentalidade e nas ocorrências materiais em andamento naquele século e nos seguintes. De certa forma, a cultura das navegações (e as histórias trazidas de outros mundos) punha em descrédito o saber tradicional, cuja principal característica era inculcar a certeza do dogma ou a garantia de que a dúvida não desse o ar da graça. Como se vê, as ideias de verificação, exploração e experimentação são flâmulas da evidência e da comprovação, elementos indigestos à autoridade sagrada. Diga-se, ainda decisiva na mentalidade daquele tempo (LIMA, 1998).

Logo, as narrativas são expressões do extravagante, do maravilhoso, do *extremo*, porque mais destoam do repertório conhecido do que se aproximam dos costumes, das geografias e das práticas sociais e religiosas do homem europeu em geral. Assim, a *Peregrinação* traz impressões de “tais estranhas coisas que se viu no reino da China (...) e em outros reinos e senhorios das partes orientais, de que nestas nossas do ocidente há muito pouca ou nenhuma notícia” (PINTO, 2005, v. 1, p. 21).

Ora, tais palavras deixam escapar motivos inconfessados das gentes embarcadas. Afinal, as expedições também funcionam como válvula de escape aos desmandos e tédios vividos na velha morada continental: lugar de misérias, perseguições religiosas e de pouca ou nenhuma novidade. Assim, a trabalho ou de forma clandestina, o período dá conta de uma infinidade de pessoas que saltaram continentes. Na descrição otimista de Gruzinski, os primeiros “passadores planetários”. Este um dos traços mais festejados do processo aqui identificado como “primeira globalização”.

Antes mesmo da segunda metade do século 16, navegadores e subordinados de toda ordem são tomados pelos “cantos das sereias”. Gente instalada nas costas africanas e nos litorais e regiões profundas da Ásia que “desempenham, nesse contexto agora planetário, o papel de ‘passador’ entre sociedades e culturas” (GRUZINSKI, 1999, p. 104). Artesãos de novas gentes, dezenas de milhares prefaciam um processo de mestiçagem tornado manifesto na América espanhola e portuguesa. Desses, conhece-se um ou outro relato, trazidos quase sempre pelo registro dos cronistas cruzados pelos caminhos. Nos rincões da Ásia, muitos topam com o peregrino. E chances tiveram de serem ouvidos...

Uma vez imersos nas comunidades “adotivas”, sobressaem queixas e recusas de um possível retorno. Não foge à regra nem mesmo aqueles que estão de passagem. Mendes Pinto é um desses. Figura de duplas faces ajusta suas *personas*²⁶ para distribuir lamúrias ou sair em defesa de sua terra natal. Recurso aprendido da dramaturgia grega sabia que “a persona é muito flexível, porque permite ao narrador mudar a personalidade discricionariamente” (CATZ, 1982, p. 11). Num sentido mais amplo às frustrações e ambições pessoais, eis a atitude onipresente na *Peregrinação*: a do diligente habitante da cidade apontando o dedo para as incompetências políticas e administrativas que castigam a vida do povo e às estratégias de poder nada cristãs executadas pela Europa em terras estrangeiras.

Como se vê, não faltam motivos para adiar a volta para casa. Mas não deixemos de lembrar as primeiras incursões do peregrino. Totalmente clandestinas, parte-se como quem foge de casa – muito ao modo daqueles que não medem esforços em busca de uma oportunidade de ouro. Guardadas as proporções, não fazem o mesmo Portugal e Espanha? Quem nesse contexto atira a primeira pedra? Ao fim, importa viver uma ou outra esperança e, se for o caso, retornar...

Assim, com as máscaras à mão, sobe ao estrado, o peregrino. E, ao sabor das circunstâncias, coloca-as à cara. No amontoado da obra, exemplos têm aos montes. Talvez deixem de ser lembrados para não aborrecer o edifício ideológico²⁷ das teses versadas sobre o aglomerado. Intérpretes clássicos da *Peregrinação*, José Saraiva²⁸ e Rebecca Catz sustentam o argumento da expansão deletéria dos portugueses no Oriente, cuja voz dissonante (e denunciante) é justamente a do peregrino. Damos conta dessa afirmação maiúscula ao se virar aquelas páginas. Em contrapartida, elas também funcionam como “laudas publicitárias” dos feitos imperialistas por sobre as geografias indomesticadas (NEPOMUCENO, 2013). Muito parecido com os demais comentaristas do período, as tintas de Mendes Pinto também não se esquivam de grafar os feitos dos europeus em terras distantes. No frígido dos ovos, fica a dúvida se se escreve para os coadjuvantes, sejam eles os orientais, os africanos ou mesmo os americanos (SOUZA, 2012). Senão, vejamos.

²⁶ Rebecca Catz (1981), em *Fernão Mendes Pinto: sátira e anti-cruzada na Peregrinação*, elenca quatro vozes retóricas e performáticas de Fernão Mendes Pinto: 1 - a voz da moral (generosidade); 2 - a voz ingênua (inocência e piedade); 3 - a voz heroica (estabelece a defesa dos fracos e oprimidos); 4 - a voz pícara (ao mesmo tempo, participante e denunciante das atrocidades cometidas).

²⁷ André Luís Nepomuceno em “*Barbas compridas, & corpos de ferro*”: *Fernão Mendes Pinto e o império português no Oriente* deixa entrever que leitores da “velha-guarda” da *Peregrinação* analisaram a expansão portuguesa no continente asiático influenciados pela conjuntura política e econômica do período pós-segunda guerra mundial e guerra-fria. Tal aspecto teria “pesado à mão” na análise dos pesquisadores, uma vez que viam na *Peregrinação* uma metáfora à denúncia de qualquer espécie de imperialismo vigente.

²⁸ Ver nota anterior.

Confrontado por turcos *achéns*, o pequeno reino *bata* dá mostras do “denuncista” português “jogando” contra os até então aliados de seu rei²⁹. Em ocasião indefinida, os *batas* pedem ajuda aos estrangeiros. Em troca, uma oferta abundante de mantimentos. Lugar comum nas crônicas do período, os excedentes aparecem sempre em contraposição às adversidades vividas na Europa. Portanto, visão sempre à flor da pele, não se pode negar tal pedido. E assim, como a comer a própria carne, lá está o peregrino negociando a estratégica parceria. De volta para Malaca, o que deixa para trás em assistência e armas não corresponde às generosas provisões despachadas aos lusitanos. Resultado: os *batas* são massacrados pelos turcos e, posteriormente, obrigados a se converterem ao islã. Por seu turno, nosso narrador é exaltado pelos companheiros, num festejo que atravessa a madrugada. Mesmo sabendo do destino trágico daqueles com quem negociara, não fez conta de demonstrar satisfação pelo excelente negócio arranjado. Se se quer assim, tem-se “o retrato de um sórdido interesseiro a serviço do império corrompido” (NEPOMUCENO, 2013, p. 53). É dessa forma que Mendes Pinto se ajusta à Coroa e passa a trabalhar para ela – mesmo não concordando com coisa ou outra a ser feita.

Retome-se, então, a ideia de que aventureiros, missionários, trabalhadores a serviço do reino, comerciantes e até mesmo degredados, supostamente regenerados, adiam ou descartam um possível retorno à terra natal. Em parte, isso vem de uma grave impressão: a de que a pátria e o continente só têm a oferecer filiação e subserviência real. Já às primeiras páginas da *Peregrinação* não ficamos sabendo de uma infância vivida “na estreiteza da pobre casa de [seu] pai” (PINTO, 2005, v. 1, p. 13) e de queixas sobre dificuldades que podiam pôr fim a sua vida? Ironia Mendes Pinto colocar a questão neste pé. Afinal, não perdeu vida alguma. Pelo contrário, ganhou inúmeras outras personificadas nas vozes literárias assumidas em seus textos (CATZ, 1981).

Nessas representações polifônicas há um corredor inteiro de reclamações feitas à pátria e aos modos de operação da máquina portuguesa. Elas não são ocasionais ou diluídas em observações particularizadas. Não há ofensas em primeira pessoa. As amarguras acumuladas são verbalizadas contra as intenções de domínio da Coroa e da Igreja. Como vimos em passagem sobre os *batas*, não é que discorde completamente dos planos. Acontece de às vezes estar de acordo e se sentir feliz com isso. No geral, suas acusações ou denúncias recaem sobre motivos camuflados do “império” sob um pretexto aparentemente legítimo: avançar com a cristandade noutras terras e gentes.

²⁹ O exemplo aqui utilizado é coligido por André Luís Nepomuceno em seu artigo “*Barbas compridas, & corpos de ferro*”: *Fernão Mendes Pinto e o império português no Oriente*.

Variações sobre o mesmo tema são comuns em demais cronistas do período. Estivessem na Ásia de Vasco da Gama ou na América de Colombo, algumas linhas aconteciam de apontar para vícios comportamentais, inconsistências políticas e religiosas avistadas no continente-mãe. Não é diferente quando Jean de Léry, em *Viagem à Terra do Brasil*³⁰, lamenta dizer adeus à América, a despeito do amor que sente pela terra natal. Desagradam-no conterrâneos atiradores de improbidades sobre sua querida França e às “deslealdades que usam uns para com outros”. E por tais e outros motivos lamenta “não ter ficado entre selvagens” os quais observou “mais franqueza do que em muitos patrícios nossos com rótulos de cristãos” (LÉRY, 1980, p. 251). Ao fim, a esperança é de noutras terras reviver a Igreja e as estruturas organizacionais do continente, coisas que aos poucos se revelam acidentais. As gentes contatadas logo se mostram autônomas ou insubordinadas demais ou, por outro lado, entregues às “animalidades” de toda espécie, porque não era possível entendê-las de imediato.

Assim, a despeito das queixas de Léry e Mendes Pinto, as notas que registram não se resumem às mazelas sociais e às arengas religiosas europeias. Como se espera de extensos e complexos relatos, o que se lê é uma série de descrições e comentários sobre andanças por terras e gentes pouco ou quase nada minutadas.

E sobre as gentes algures talvez esteja depositado o interesse contemporâneo da *Peregrinação*. Aqui a questão da alteridade é importante. Dessa forma, os escritos do cronista posicionam o leitor numa “gama de variedade ainda maior do que aquela que qualquer fantasia arrojada tivesse podido conceber”, a tal ponto que “logo, logo se sabe estar ante outro homem; igual e, no entanto, diferente” (LIMA, 1998, p. 61). Igual porque, diversamente dos homens da literatura pregressa, por vezes sobre-humanos, não eram, afinal, totalmente aparentados com os antípodas. De qualquer forma, com outros interesses e objetivos, parceiros continentais de Mendes Pinto puderam estabelecer diferenças estarrecedoras entre eles e os outros. O exemplo da antropofagia americana é ícone dessa diferenciação – ao modo de Santo Agostinho, uma marca de bestialidade capaz de posicionar para cima ou para baixo quem é quem na “cidade dos homens”.

Mas como entender este habitante de um estado pré-social? “Como a mim”, talvez dissesse o peregrino, “eles me devoram com os olhos, e não com os dentes!”. E num estado de completo deslumbre se quer perguntar sobre o que os aproxima e os distancia. Também é de se pensar que depois do espanto uma via de mão dupla se estabeleça. Ora, as partes

³⁰ Ver Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, Editora Itatiaia, 1980.

experimentam um desejo irrefreável de apaziguar as curiosidades. E uma vez que o estrangeiro “manifesta interesse pela alteridade do mundo natural e social que o rodeia enquanto fonte de acumulação de experiências pessoais” (GIUCCI, 1992, p. 30) talvez consiga transpor a necessidade de mitificar o desconhecido a sua frente. Dessa forma, a despeito do processo de decodificação mediado pela tradição, por vezes acontece de vislumbrar “superioridades” ou, simplesmente, identificar semelhanças de hábitos, técnicas e cultura. Senão vejamos, a partir de um dos cronistas conterrâneos de Mendes Pinto.

Surpreso com as ferramentas “de que usão”, o português Fernão Cardim³¹ conta o quanto lhe pareceu inferior a espada de seus “compatriícios” em relação a dos índios do Brasil. À forma de uma vara, descreve a suposta belicosidade de um pedaço de pau tecido com “palma” e “pennas de varias cores”; muito mais cruel que as nossas, “porque não dão feridas, mas pisão e quebram a cabeça de um homem sem haver remedio de cura” (CARDIM, 1980, p. 95). Vez por outra ficamos sabendo que os gentios, como a nós, “não tem cousa que mais amem que os filhos, e quem a seus filhos faz algum bem, tem dos pais quanto quer” (*Id. Ibid.*, p.81). Ainda lembra que “tem muitos jogos, a seu modo, que fazem com muito mais alegria que os meninos portugueses” (*Id. Ibid.*, p. 82). Distanciando-os um pouco mais da barbárie³², o cronista identifica entre eles o senso de comunidade e, por conseguinte, a presença de regras e também modos de trabalho organizados com sentidos diferentes do europeu. Dividem as tarefas, saem para garantir o alimento e retornam para continuar mais e mais uma vez. Tudo feito de forma diferente, mas com a mesma incontornável razão: subsistir à vida.

De fato, não se está diante da *polis* “com os privilégios outorgados pelo comércio, o trabalho e a ação” (GIUCCI, 1992, p. 27). Nem mesmo se está diante de um espaço arranjado ao modo da metrópole: nave-mãe dos navegadores, viajantes e aventureiros de toda ordem. Mas nem por isso “os espaços assumem o perfil do caos” (*Id. Ibid.*, p. 28). Em sua unidade mínima, a “oca” não se parece em nada com o buraco de uma caverna: a casa incivilizada para os gregos. Aos olhos do comentarista, “cada oca destas” acomodam “cento ou duzentas pessoas, cada casal em seu rancho, sem repartimento nenhum [...] ficando grande largura pelo

³¹ Ver CARDIM, Fernão, 1540?-1625. *Tratados da terra e gente do Brasil/ Fernão Cardim*; [Introdução de Rodolfo Garcia]. – Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

³² Há uma tipologia da barbárie que pode ser observada a partir das fontes literárias da antiguidade grega. Em acordo às apreciações de Guillermo Giucci (1992) em *Viajantes do Maravilhoso*, “a construção da barbárie se articula em torno de uma ideia central, a da ociosidade anárquica. A combinação de ociosidade e anarquia relega o ciclope a estados pré-sociais antitéticos à noção da vida comunitária. Nas zonas do ócio solitário emerge o esboço do ser humano incompleto: não estabelece contatos sociais, não possui leis, não delibera na ágora, não semeia os campos, não planta árvores, não mora em cidades (...) e ao desconhecerem os privilégios outorgados pelo comércio, o trabalho e a ação, os ciclopes passam automaticamente a carecer dos atributos que tipificam o civilizado” (p. 26-27).

meio e todos ficão como em comunidade” (CARDIM, 1980, p. 81). É como se o cronista estivesse a lembrar das casas dos compatriotas: espaços com muito menos gente, mas com grande acúmulo de lixo e bichos suportados com resignação.

De igual forma, comparações têm aos montes em Mendes Pinto. Bem ao modo dos escritos de Montaigne³³ sobre certas regiões da América, nas paragens orientais há diferenças de estatura e de escala onde se podem conferir edificações até mais portentosas que as europeias. Mesmo distantes do litoral, em terras de vales recortados por uma infinidade de rios e bancos de areia, encontram-se fortalezas cujos muros se agigantam diante do observador, como as muralhas da China, por exemplo, conhecidas, inclusive, pelo peregrino. Estupefato, este não deixa de registrar uma cidade “com seus terraplenos fortificados com vigas muito fortes, sobre que assentaram muitas peças grossas, em que entraram algumas águias e leões de metal que os turcos achéns lhe fundiram” (PINTO, 2005, v. 2, p. 571). E lhe foi sugerido tomar nota de que se tratava de simples ornamentos. A explicação, sim, pareceu-lhe uma barbaridade. Ele mesmo não descansa a pena até que se esgote o registro de todos os cantos e latitudes de onde saem os materiais dos quais se faz de tudo a partir da “muita quantidade de cobre [...]ferro, aço, chumbo, estanho, pedra-ume, salitre, enxofre, mel, cera, açúcar, e grande quantia de gengibre muito melhor e mais perfeito do que o da Índia” (*Id. Ibid.*,v. 2, p. 447).

Nas tintas do cronista, o Oriente se autorreferencia. Afinal, a Europa não é parâmetro para as qualidades verificadas. E não foi por outro motivo que se pôs risco à vida e à reputação das Coroas ao se cruzarem aqueles mares e terras?

Há, portanto, a percepção de que os antiquíssimos manuscritos estão repletos de equívocos sobre a natureza e a realidade dos antípodas. Aquelas gentes não são totalmente desventuradas. Pelo contrário, vê-se uma série de vantagens estampadas à tez das criaturas. Seus modos de viver e de reproduzir a vida contrastam com as do europeu: quase sempre arrancados à unha. Mas não basta tirar lições e neles admitir “superioridades”. No fim e ao cabo, somos incapazes de suportar um tempo um tanto longo sem se considerar “a reintegração [dessas terras ao nosso] reino [...] objetivo inquestionável, cuja consecução justifica até o mais terrível dos ardis” (GIUCCI, 1992, pg. 31). Se este é o mundo de Nosso

³³ Uma Europa que fala de si mesma ao confrontar-se com as “novidades” do “novo mundo”, encontra em Montaigne uma atitude que hoje, no campo da Antropologia, chamaríamos de “relativismo cultural”. A retórica do filósofo renascentista não se furta em contrapor a tecnologia arquitetônica europeia às da América pré-colombiana, tão ou mais grandiosa que aquela. Para uma apreciação mais apurada dessa discussão, consultar: AGNOLIN, Adone. *O apetite da antropologia. O saber antropológico: alteridade e identidade no caso tupinambá*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. Ver, em especial, o primeiro capítulo *Mundus Novos (Preparação)* (p. 53-131) ou, mais ao ponto, o tópico “A fundação do relativismo em Montaigne” (p. 152-162).

Senhor, tomá-lo de volta é o caminho. Para essas tantas gentes é um favor que se faz, e não um assalto! Parece acreditar nisso, o peregrino, a despeito de se ver nele um denunciante das improbidades do império português no Oriente. E ele mesmo não nos faz ler sobre sua partida dum ilha “da qual aqui brevemente quis dar alguma informação, como costumei fazer nas outras terras de que atrás tenho tratado” (PINTO, 2005, v. 2, p. 447). Eis o inopinado cartógrafo a desenhar o “mapa do caminho” e mostrá-lo a “Deus Nosso Senhor”, de modo a inspirar a “nação portuguesa [...] pelo muito proveito que daí pode tirar [...] e saiba por onde há-de pôr os pés, e o muito que pode ganhar no descobrimento dela, e quão fácil será conquistá-la” (*Id. Ibid.*, v. 2, p. 448).

Já foi dito que quanto mais ao longe se olha menos se vê o que está diante dos olhos. Não foi diferente o comportamento dos portugueses com as gentes contatadas àquele tempo. De início, existe um deslumbramento, uma curiosidade a ser prontamente saciada. Eis que se segue uma série de estratégias que procuram engolfar o outro supostamente codificado. É o momento em que os olhos se voltam para adiante do “diferente”. Eles buscam o familiar, o experimentado, o conhecido a ser apropriado. Há aqui, portanto, uma leitura que contraria os leitores da velha guarda³⁴ da *Peregrinação*. Qual seja? A de que Mendes Pinto não foge ao *script* dos “imperialistas”. É dessa forma que incidimos luz sobre nossa personagem. A aposta é a de pôr ao longe nossa credulidade sobre as reais intenções do cronista. Afinal, no momento seguinte à curiosidade, ele também faz uso ardiloso do que se soube “e uma vez mais, por intermédio do próprio narrador, revela-se o jogo mesquinho de interesses por trás da política de expansão” (NEPOMUCENO, 2013, p. 53).

Nesse caminho, auxilia-nos Francisco Ferreira de Lima (1998). Autor esteio desta viagem, sua tese dedica algumas páginas à alteridade. E ali ela aparece como fenômeno a ser prontamente superado, de modo a se estabelecer a necessidade de ocupação do território e, se necessário, a anulação do “diferente”. Assim, vale à pena observar mais de perto como a alteridade aparece naquelas linhas. De um modo que permite proximidade com o aqui dito, lemos sobre o “encontro inaugural” do estrangeiro com o antípoda – muito marcado pelo espanto e deslumbramento. “O choque do novo põe os descobridores [...] em estado de perplexidade e desorientação. Frente a frente com o novo [...] veem suas ferramentas mentais perderem utilidade” (LIMA, 1998, p. 62). É a esse “espanto” travestido de experiência radical que o autor chama de alteridade.

³⁴ Expressão utilizada por Luís André Nepomuceno em “*Barbas compridas, & corpos de ferro*”: *Fernão Mendes Pinto e o império português no Oriente* (2013) ao se referir aos estudiosos mais tradicionais da *Peregrinação*, como José Saraiva e Rebecca Catz.

Mas, ao nosso modo, já alertamos sobre a brevidade do tentame. Logo se trocam as primeiras impressões, horas ou dias depois, nota por nota, o concerto se deixa derramar numa nova gramatura. Na realidade, antiga, porque reencontra os motivos de sempre: contatar, conhecer e depois dominar. Eis a pauta novamente impressa esperando para ser executada mais uma vez. Então, de qualquer ângulo que se veja, “a duração do fenômeno da alteridade é mínima [...] já que se trata efetivamente de um gozo. Vivido este estágio, retomam-se os parâmetros [...] em que se medem a superioridade ou a inferioridade do descoberto” (*Id. Ibid.*). Como ao seu bebe que se vê nascer, alegra-se gostosamente com a novidade. Um verdadeiro prodígio! Mas depois, com as razões todas deste mundo, choram os pais. Não de alegria, mas por mais uma noite mal dormida.

Apesar do efeito didático do símbolo materno-paternal, continuemos com a lida. Admitamos: logo a curiosidade se materialize – e se torne passível de entendimento –, entra em ação um e outro elemento, quais sejam: a arrogância e a diferença. É esta última que deverá ser domesticada (como se faz com o bebe, afinal!) e levada a cabo e a rabo às raias da razão. E, nesse caso, significa adequá-la à tradição, ou seja, “aos antigos valores” e “a pretensa superioridade” (GIUCCI, 1992, p. 31) das coroas e da Igreja, ressalte-se. Não demora em se estabelecer “um encontro entre duas culturas que progressivamente adquire as características de um conflito entre civilização e barbárie (*Id. Ibid.*, p. 26). Desse modo, sentidas as primeiras impressões, fica-se com anua e crua diferença. Urdida a ferro e fogo, ela passará a intrusões de todo tipo.

A primeira a se apresentar é o artifício da domesticação. E porque “o inimigo mata por invisível ferimento”³⁵, pensemo-la tal qual o galo quadrúpede medieval, cuja cauda fendida aterrorizava a cristandade europeia. Cortante, o volume assoprado de seu espigão é um agouro desolador de destinos. De fato, uma imagem conhecida pelos exploradores de todas as latitudes. Eis o truanesco basilisco!³⁶ De certo modo, um duplo do galo testamental cristão, cujo terceiro silvo fez sangrar os tímpanos de São Pedro. E ali, diante do outro, ouve-se o escachoar ensurdecido do monstro. Nessa hora, sabe o explorador o caminho sem volta. E sente que “a seus pés caem mortos os pássaros e apodrecem os frutos; e a água dos rios em que se dessedenta permanece envenenada durante séculos”³⁷. Agora as verdadeiras intenções estão à mesa. Mas elas são cifradas, de modo a não espantar a presa. Embutidas numa

³⁵ Citação do poeta inglês Percy Bysshe Shelley (1792-1822) em *Ode a Nápoles*, retirada do dicionário e enciclopédia on-line TFODE – *The Free Online Dictionary and Encyclopedia* - <http://pt.enc.tfode.com/Basilisco> - visitado dia 02/10/2015.

³⁶ Conferir em *O livro dos seres imaginários*, de Jorge Luis Borges, Companhia das Letras, 2007.

³⁷ Jorge Luis Borges, *O livro dos seres imaginários*, “O basilisco”, página 43.

arataca³⁸, seguirão uma série de investidas. É quando se fica sabendo que o canto incômodo do basilisco foi assimilado, “Pois com o silvo/ E com o olhar temido/ Leva a morte aos olhos/ E aos ouvidos”,³⁹ numa mostra terrificante de seus efeitos práticos sobre o outro, agora tornado inimigo.

Assim, depois de contatados e, suponha-se, dominados, entram em cena os engenhos da domesticação, como a instalar nas novas terras os motivos de sempre. É desse modo que as concepções de fundo do velho repertório europeu passam para o plano da prioridade. Mas, a despeito disso, a empreitada traz consigo o signo do deslumbramento.

Companheiro de convés, o francês Frank Lestringant (2009) já nos lembrou que a qualidade explosiva dos espaços frequentados não passa incólume aos motivos primários das expedições. Eles, de fato, são postos à prova, com consequências bastantes conhecidas. Ora, a boa notícia vem com a ocasião, com o desenrolar dos acontecimentos. Cada viagem, desembarque e desdobramentos fazem pensar àqueles homens “qual a paisagem, qual o novo paraíso, que tipo estranho de homem outro, e mesmo, e muito, que nova riqueza, que novas promessas de riqueza” (BORNHEIM, 1998, p. 32) os espreitam depois de deitados, mais uma vez, os motivos de sempre?

Mesmo que, grosso modo, os deslocamentos se fundamentem nas materialidades e espiritualidades que se desejam expandidas, as cosmogonias encontradas pelo caminho confrontam as ferramentas mentais à disposição.

Nesse cenário inexplorado, há de se recorrer a expedientes que antecedem o milênio, pois “o que viram e o que achavam estar vendo, o que procuravam e o que encontraram [...] permitiu aos humanistas redescobrir mitos da Antiguidade Clássica” (PIETRI, 1998, p. 9). E não apenas isso. Já às primeiras milhas destas linhas, o companheiro de jornada Arturo Pietri enfatizava que a principal descoberta foi, antes de tudo, “a possibilidade ilimitada de imaginar” (*Id. Ibid.*, p. 10). Em palcos duplos, certamente a imaginação cumpriu o seu papel, como, aliás, fizera Fernão Mendes Pinto em terras pouco ou nada conhecidas. Ela – a imaginação – estava presente no olho do furacão dos embates entre as partes contatadas e no infindável processo de interpretação das novidades que faziam os humanistas a quilômetros de distância dos acontecimentos. Ora, como se pode sublinhar nas narrativas de viagens, a preocupação com os números e as classificações de toda ordem são muito devidas a esse novo

³⁸ Artificio também conhecido pelos medievais europeus, a arataca, conhecida pelo nome de arapuca, é um mecanismo artesanal confeccionado pelos indígenas americanos. Ao sul da América, o termo encontra uma de suas origens na forma da “ara`puka”, do tupi-guarani.

³⁹ Ler em *Farsália - Cantos de I a V*, de Lucano, Edição bilíngue, Editora Unicamp, 2011, ou em citação de Jorge Luis Borges em *O Livro dos seres imaginários*, “O basilisco”, página 43.

tempo que, como já dissemos, constrói-se em meio a uma cultura da técnica e da prática, àquela altura bastante disseminada.

Também companheira de convés, Zinka Ziebell (2002) há pouco situou a discussão em termos muito claros. Diversas foram as contribuições que, de certo modo, dispunham o mundo em termos racionais. Mas “o curioso está em que, sobre este fundo de uma racionalidade de estilo tão definido, de um requinte tão elaborado, termine se criando uma elevadíssima cultura das forças da imaginação” (BORNHEIM, 1998, p. 34). Podemos vê-las, por vezes, nas descrições superlativas da fauna e da flora encontradas no além-mar. Conhecidas de tradições antiquíssimas, criaturas inverossímeis da literatura – supostamente habitantes de regiões insulares – são vestidas à pele e à carne dos seres que habitam as novas paragens. Cabe à imaginação, afinal, encurtar o caminho para a legibilidade do mundo. Nos cronistas do período, o recurso aparece mesmo quando se trata de descrever as arquiteturas dos lugares ou as riquezas florais e minerais de abundâncias inimagináveis na velha Europa. E, como vimos, estando em América, não pensamos com Fernão Cardim na *Cocanha* medieval?

Mas a imaginação não faz também, e de forma engenhosa, “um aceno à construção do futuro?” (*Id. Ibid.*, p. 35). Dão provas as inúmeras e emblemáticas literaturas surgidas no quinhentismo europeu. A título de concisão, pode-se citar o reino-ilha imaginário da *Utopia* de Thomas Morus e, noutro plano, *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes. Se são obras que projetam mundos a contrapelo da realidade, a *Peregrinação* também inspira um efeito literário reverso quando “pela primeira vez numa obra ocidental [posiciona] o asiático como sujeito que ajuíza um objeto que é o europeu” (BARRETO, 1998, p. 284).

Avaliação surpreendente para o período, ela acontece nas formas da dramatização dialogada das personagens⁴⁰. O próprio peregrino, vez por outra, encaminha e participa das encenações contra um mundo de realidades tidas como verdadeiras e incontornáveis pela Igreja e Coroa. Ao fazer dessa forma, ficcicina-se outro mundo possível para os asiáticos, ou antes, aquele que deixou de existir com a chegada dos portugueses. Àquela altura, a reversão do processo já é quase uma utopia. Porém, outro mundo pode ser imaginado quando se coloca “na boca do personagem asiático as denúncias da contradição da expansão portuguesa [...] Neste campo de pensamento crítico, a Ásia vai acelerar em Portugal a reflexão polêmica sobre

⁴⁰ Conferir, à segunda parte da dissertação, página 47, Entrada 4, *Com o moral soerguido...*, passagem sobre o naufrágio de Liampó/ China, tido como exemplo de dramaturgia ficcionada bastante comum nas mais de mil páginas da *Peregrinação* e, mais adiante, página 49, a cena de guerra entre “mouros bornéus” frente aos juncos portugueses.

a realidade e os valores portugueses” (*Id. Ibid.*), mesmo que a “deixa” tenha sido dada em meio às “forças da imaginação”, como quer nosso embarcadiço Gerd Bornheim.

Ora, já às primeiras linhas da *Peregrinação* temos um retrato da “Índia Portuguesa” em decadência. Isso muito por conta da ausência de apoio das “nações amigas” aos empreendimentos luso-orientais. Nossa personagem deixa saber... A razão está na cobiça e na vontade de poder dos portugueses – o que por si só evidencia outra crítica que perpassa a obra: a apreciação feroz que vocifera contra a Igreja. A Santa Madre também estaria mais interessada em domínios territoriais do que em converter almas para a causa cristã (CATZ, 1981).

Uma vez colocadas às vistas, quem lança a primeira pedra no telhado de vidro da empresa marítima portuguesa? Se não o fazem, mesmo por meio de recursos dramaturgicos tidos como improváveis para um cronista dos quinhentos, há quem se proponha fazê-lo. Um deles, o primeiro a dispor-se a tanto (como vimos com Catz e Barreto), foi justamente Fernão Mendes Pinto.

2.3 *Fado* em Fernão Mendes Pinto ou “Diante dos olhos os muitos e grandes trabalhos e infortúnios que por mim passaram”

Se do continente-mãe conhecia Fernão Mendes Pinto as literaturas em circulação, não será incomum imaginá-lo folheando João de Barros que na Lisboa de 1522 publica “as três primeiras *Décadas de Ásia*, onde traça um panorama geográfico-civilizacional global da Ásia em articulação com a expansão portuguesa” (BARRETO, 1998, p. 283). Mais adiante, nos anos 50, terá tido acesso a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda. Enfim, “figuras salientes da historiografia portuguesa sobre a expansão marítimo-mercantil na Ásia” (*Id. Ibid.*). Certamente trazidos à lapela, estes e tantos outros registros fizeram a cabeça e, de certa forma, instigaram o salto do peregrino para terras distantes de sua Portugal. Era mesmo frequentador dos centros de estudos muçulmanos instalados desde muito na península ibérica. Ainda veremos, trazia o idioma árabe à ponta da língua. E não lhe eram desconhecidas as inúmeras narrativas que tratavam dos litorais do mediterrâneo, da África e Ásia⁴¹. Nesse modo referente, não tinha como desconhecer as

⁴¹ Arnaldo Saraiva (2013) em *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto Revisitada* faz a seguinte menção: “Note-se, aliás, que já foi admitida por Francis M. Rogers a hipótese de Fernão Mendes Pinto ter lido o livro que se

pilhérias que, vindas da antiga Terra Santa, ainda circulavam entre as gentes do Oriente e Ocidente.

Ora, com um tinteiro à mão, o estatuto da imaginação pôde fazer seus grifos nos registros disponíveis. Se os renascentistas recorreram às filosofias e mitos da Antiguidade, Mendes Pinto terá apelado a anedotas que, circunstancialmente, o inspirasse a apontar o dedo para a Coroa e à Igreja? Porque sua dramaturgia recobre um arco de situações que também fazem rir e chorar, ao menos imaginemos uma que pudesse lançar mão e, ao modo figurativo, destronar os motivos inconfessados de seus governos tanto da terra como do céu:

...Como consertar a porta com enorme pedra sobre a perna? A quem reclamo se trabalho à casa de Nosso Senhor? E o diligente carpinteiro vai ter com as autoridades. Será o culpado o dono da paróquia? Intimado, o proprietário põe culpa no construtor. Este, por sua vez, vê responsabilidade na bela jovem com vestido chamativo que lhe fez distrair da enorme pedra que levava às mãos. Ela, em contrapartida, lembra-se de seu costureiro, cujo vestido havia feito com uma fazenda de brilho incomum. Este último, como quem antevê séria complicação, repassa a acusação para um fornecedor local. De fato, o responsável pela venda de tão destacado tecido. Convocado a prestar contas, e sem a quem renomear o engodo, sobre ele recai severo veredicto. O infeliz será enforcado no batente da porta de sua própria casa. Mas como é de grande estatura, não havia forma de elevá-lo ao ponto de um enforcamento. Sem mais o que fazer, o impaciente meritíssimo tascou a solução: Que pendurem o primeiro *baixo* a cruzar-lhes o caminho!⁴²

De certa forma, a anedota ilustra as dificuldades de Mendes Pinto (talvez, o “baixo” da estória) diante da Coroa e da Igreja. Por assim dizer, ele e sua obra foram “pegos pra Cristo!”. Afinal, o peregrino não enfrenta obstáculos para ter suas missivas publicadas antes da posteridade?⁴³ Terá sido escolha equivocada a de melindrar as intenções dos compatriotas em terras estrangeiras? Apesar da clandestinidade, e a despeito dos serviços prestados à Coroa, pagou no restante de vida que lhe sobrara o preço de seus contundentes registros. Sobre tais adversidades, hipóteses foram levantadas por estudiosos da *Peregrinação*, como Rebecca

chamava *Peregrinaggio di Ter Giovani Fugliuoli de Re di Serendippo*, publicada por Armeno Christoforo em 1557, que o Chavallier de Mailly traduziu em 1719 por *Le Voyage et les Aventures des Trois Princes de Serendip*” (p. 135).

⁴² Anedota recolhida pelo pesquisador sírio-otomano J. E. Hanauer (1850-1938). Especialista em tradição oral judaica, cristã e islâmica, o autor teve uma vida dedicada à fotografia, à tradução e aos mitos, lendas e fábulas da Terra Santa difundidas em ao menos dois mil anos de história. A anedota o “Carpinteiro e a Injusta Pedra” teve aqui a *nossa* livre adaptação. Conferir em: HANAUER, J. M. *Mitos, lendas e fábulas da Terra Santa* [tradução e adaptação Uri Lam]; [seleção e organização] J. E. Hanauer. – São Paulo: Landy Editora, p. 91, 2005. Título original: *Folklore of the Holy Land*.

⁴³ Conferir na terceira parte desta dissertação uma breve discussão em torno das dificuldades de publicação da *Peregrinação*.

Catz (1981) e Francisco Ferreira de Lima (1998). Mendes Pinto temia, por exemplo, reprimendas tanto da Igreja quando da Coroa – instâncias arranhadas naquela *Peregrinação*. E, portanto, evitou vê-la publicada em vida. Acredita-se também que o desanimara profundamente “a manipulação do texto pelos jesuítas, uma vez que a ele tiveram largo acesso” (LIMA, 1998, p. 17).

Noutro plano, segue-se outra peregrinação. Qual seja? A de “peregrinar” para receber da Coroa pensão que lhe garantisse subsistência e dignidade nos anos finais de sua vida⁴⁴. Se aqueles são anos derradeiros que, de forma retroativa, se somam aos infortúnios da infância, compreende-se, então, porque começara a sua *Peregrinação* tão confessamente emocional a ponto de, “tomando para princípio”, expor em letras “os muitos e grandes trabalhos e infortúnios que por mim passaram, começados no princípio da minha primeira idade e continuados pela maior parte e melhor tempo da minha vida” (PINTO, 2005, v. 1, p.1-2). E afinal para que tanta carga e sofrimento se a crítica não tardara em apreciar as improbidades europeias em terras estrangeiras ainda àquele tempo?

E hoje, porque aqui apresentamos o peregrino como figura crítica das ações portuguesas nas costas asiáticas, alguém lembrará que livros didáticos e apostilados já dão conta o minimamente de tais e quais movimentos. Isto sim, mas não com a subversão e a verve literária do autor. E melhor ainda: foi testemunha ocular dos acontecimentos, como enfatizamos com duas ou três palavras de efeito. Vejamos... Pesquisadora central nos estudos históricos e literários da *Peregrinação*, Rebecca Catz destaca que “a reportagem confidencial de Pinto tem por intenção deliberada a depreciação da ideologia cristã, visto que põe em evidência os motivos materialistas das conquistas ultramarinas portuguesas” (CATZ, 1981, p. 27).

De outra passagem, sabemos “que só ele, no desabrochar da era do imperialismo europeu, teve a grande coragem de pôr em dúvida a moralidade das conquistas ultramarinas, as quais condena como atos de bárbara pirataria, em ofensa a deus” (*Id. Ibid.*, p. 34). Deste encargo, pode-se aferir o porquê Mendes Pinto – para alguns pares de especialistas – se

⁴⁴ Rebecca Catz (1981) em *Fernão Mendes Pinto: Sátira e Anti-Cruzada na “Peregrinação”*, a respeito dos anos finais de Mendes Pinto em Portugal, cita a seguinte passagem: “Quando regressou a Portugal, a 22 de Setembro de 1558, estava a rainha D. Catarina no segundo ano da sua regência. Queixa-se ele amargamente dos quatro anos e meio que desperdiçou na Corte à espera de um prêmio ou compensação pelos serviços prestados à Coroa [...] Dado o não deferimento das suas petições, foi como homem profundamente desapontado que se retirou para uma pequena propriedade próxima de Almada, onde casou com Maria Correia de Brito e se acomodou para constituir família [...] Morreu a 8 de Julho de 1583, apenas três meses depois de ter começado a receber o pequeno estipêndio da Coroa por que tanto tempo esperara e só então lhe viera a ser concedido, em reconhecimento dos serviços prestados a Deus e ao Rei” (p. 21-22).

destaca dos demais cronistas de seu tempo, a maior parte funcionários de suas Coroas ou, simplesmente, escrevinhadores de atas oficiais das viagens empreendidas.

E se a partir dos companheiros de bordo já temos a percepção do profícuo potencial temático da obra de Fernão Mendes Pinto para o ensino de História, é chegada a hora de avançarmos ainda mais nesta viagem transoceânica. Afinal, com o litoral já a vista, “abre-se a terra em sons e cores”, como dissera o poeta no início da jornada. Neste momento, não há mais nós de distância a serem vencidos. Desceremos à terra para, a partir dos registros da *Peregrinação*, compormos “entradas temáticas” que funcionem como sugestões de curso para os ciclos do ensino fundamental II e médio.

Deste modo, às próximas páginas, já com os pés firmes no chão, poderemos, enfim, vislumbrar *o peregrino na sala de aula*. Intento que, certamente, decorrerá de cada um de nós, professores/as, nesta viagem “Onde era só, de longe, a abstracta linha”.

3 NOTAS SOBRE A *PEREGRINAÇÃO*: ENTRADAS TEMÁTICAS COM SUGESTÕES PARA AULAS DE HISTÓRIA OU OUTROS FINS

A certa altura do belo ensaio “Educação pelo argumento”⁴⁵, de Gustavo Bernardo, uma pergunta não passa despercebida. Afinal, “nossos alunos aprendem alguma coisa graças ao nosso trabalho?” (BERNARDO, 2007, p. 2018). Se “o silêncio é um texto fácil de ler errado”⁴⁶, eis uma indagação da ordem dos “não ditos” que raramente pomos à mesa. E se não se enfrenta a questão, há um mundo de possibilidades para dizer que não se aprende “graças ao nosso trabalho”...

Então, se estudamos, pesquisamos, escrevemos é porque tentamos responder a “silenciosa questão”. E a fazemos em três tempos: 1 - somos alunos sempre, porque estudamos; 2 - somos pesquisadores porque desde que nos entendemos por gente não há quem não se pergunte; 3 - e escrevemos para anunciar nossas “leituras de mundo” para o mundo. Em parte isso significa comunicação, orientação e mediação. Se assim não fazemos, ao menos é nisto que deveríamos mirar o nosso farol. Até porque “se o mestre não lê, muito, não há método que faça seus alunos lerem; se ele não investiga, não escreve, não há método que leve seus alunos a pesquisarem e escreverem” (BERNARDO, 2007, p. 219).

Neste como noutros tantos trabalhos é o que se deseja: um passo a mais para se estudar, pesquisar e, por fim, ensinar. E é justamente o que se propõe este segundo capítulo. Mas agora com ênfase em temas que a partir da *Peregrinação* enriqueçam discussões havidas no âmbito da pesquisa, do estudo e do ensino de História.

Na primeira parte da dissertação “passamos em revista” diversos temas presentes nos escritos de Fernão Mendes Pinto e articulamos algum grau de discussão com autores/as que têm na *Peregrinação* uma fonte de estudo e reflexão, principalmente nas áreas da História e Literatura. Se assim fizemos foi justamente para, caso desconheçam, apresentar o *peregrino* aos professores/as que atuam no ensino básico.

Neste momento, prosseguimos com as reflexões e o diálogo, mas agora com uma inflexão. Os blocos de textos que se seguem são um convite aos que, eventualmente, optem utilizar o livro em suas aulas. Se dissemos “blocos” é porque cada um deles pode ser lido de forma independente, pois funcionam como “entradas temáticas” (chamemos assim) para o

⁴⁵ Conferir em BERNARDO, Gustavo. Educação pelo argumento/ Gustavo Bernardo; (com a colaboração de Gisele de Carvalho), - 2. Ed. versão revisada e ampliada. – Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

⁴⁶ Frase atribuída ao engenheiro e político carioca Fernando Siqueira.

complexo e vasto escaninho de temas e episódios da *Peregrinação*. Isso de certa forma explica a “mudança de tom” deste capítulo em relação ao anterior. Ele é mais “pessoalizado”, ou seja, exprime as *nossas* “entradas” sobre os registros de Mendes Pinto. Mas poderiam ser as de vocês professores/as. Elas, portanto, evidenciam “mil e uma possibilidades” de se acessarem aqueles escritos. E vocês, certamente, terão *ene* maneiras de fazê-las, as “entradas”. Assim, ficaremos satisfeitos se o capítulo inspirar um ou outro motivo de aula. Não obstante, cremos já cumprida a etapa de demonstração do “potencial temático” da *Peregrinação* para o ensino de História. Mas vale ainda umas linhas sobre este tentame...

Uma vez que se pretenda abordar Brasil Colônia, por exemplo, não será desinteressante fazer uso de “passagens” ou enxertos do livro. Aliás, incluir Mendes Pinto nas aulas diz mais do que apenas ilustrá-las com uma personagem incomum, pouco ou nada conhecida mesmo entre nós professores/as. Até certo ponto, significa reafirmar que “existe vida” para além de Brasil Colônia.

Dessa forma, a Portugal das “grandes navegações” tem, sim, “vida própria”. Não estava “navegando à deriva”; menos ainda esperando uma nova terra “cair de pára-quadras”! Contudo, apesar de um ou outro avanço, basta abrir livros didáticos para perceber Portugal quase totalmente em função do Brasil. E não é a Península Ibérica um ponto de estudo a amargar um hiato que parece não ter fim?⁴⁷ Grosso modo, claro que aqui se ensina História do Brasil. Isso até certo ponto explica Portugal coadjuvante deste processo. Mas como “coadjuvante” se Portugal é Brasil mesmo antes deste existir? Inclusive na língua, admitamos. Mas já se falou muito sobre os portugueses, não? Deixemo-los de lado e falemos do Brasil. Alto lá! Falemos ainda de Portugal, para melhor entender o Brasil, afinal.

Portanto, se a “gênese” daquilo que chamamos “povo brasileiro” tem raízes na Ibéria, muitas destas também se encontram na Ásia. Então, ato contínuo, falemos de Portugal, Brasil e Ásia. Desse modo, peguemos carona com o peregrino e aproximemos desta história. E com ele já não vimos o quanto o Oriente está para além de seus litorais, mercados e especiarias? Assim, percorrer com o cicerone quatrocentão as paragens asiáticas significa “ajustar as velas” em direção a um mundo cujos conteúdos estão em constante transformação. Desde logo, abrir-se à reelaboração contínua dos saberes é o melhor a ser feito.

Apesar das dificuldades e das limitações, dos medos e da insegurança, chegar-se às novidades das áreas de conhecimento às quais estamos vinculados oxigenará teores e métodos

⁴⁷ Desde 2014, o Programa de Pós-Graduação em História Ibérica, da Universidade Federal de Alfenas - Unifal/MG, cumpre este precioso papel de fazer avançar discussões em torno da História da Península Ibérica no Brasil.

utilizados em sala de aula. Afinal, apropriar-se de novos saberes – e deles fazer o “melhor uso” – significa “buscar uma transformação pedagógica onde o professor supere a compreensão prática sobre sua disciplina” (FREITAS NETO, 2004, p. 62) e, porque não dizer, a apreensão estática sobre nossa atuação profissional e perante o mundo. No que se refere especificamente à prática do ofício, significa manejar os objetos de forma *transversal* para, a partir daí, “alterar a compreensão de que a disciplina não é um fim em si mesmo, mas um meio para chegar a outros objetivos [...] tratando de temas e questões que ultrapassam o conteúdo programático” (*Id.* p. 66).

A despeito de a prática docente ainda estar presa às formas procedimentais habituais, falávamos de inovação no ensino de História. A *transversalidade* é justamente uma das apostas. Mote conceitual dos cinco eixos temáticos presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, o documento intenciona a superação do ensino compartimentado e, por conseguinte, ainda apegado às particularidades de cada uma das disciplinas do sistema regular de ensino. Dando um passo à frente, é justamente o que intenciona este capítulo. O historiador José Alves mais uma vez auxilia nesta proposição: a de “relacionar as informações e instrumentalizá-las na sua leitura de mundo – e esta deverá ser menos preconceituosa, mais plural e ética, conforme os temas propostos [a partir da] transversalidade” (*Id. Ibid.*, p. 63).

Como dissemos à introdução, em se tratando do país que vivemos não nos pregaria peças o tema *pluralidade cultural*. Municidados pelas aventuras e desventuras do peregrino, tantas são as personagens e grupos contatados que a descoberta do outro oriental revela infindáveis motivos de aula. Ora, a escola é um espaço de diversidade. Espécie de microcosmo do social, ela reflete uma série de questões que rebatem no comportamento e nas ações dos alunos. Dessa forma, temas como preconceito racial, de gênero e desigualdade social não são apenas abstrações tratadas às páginas dos livros. Na escola eles podem aparecer nas formas do conflito entre alunos, pais de alunos, professores e direção. Por vezes, atravessam o entorno e ganham o ambiente amplo. Mas a boa notícia é que ela pode “tomar para si” cada um desses contundentes temas sociais e projetar cenários que problematizem a diversidade.

Nesse intento, o ensino de História tem muito a dizer, porque não lhe faltam elementos para contrapor diferentes tempos históricos àqueles vividos pelos alunos. Se assim acontece, num esquema de transversalidade que vai além das fontes habituais do historiador, começa-se a pôr em perspectiva “a expressão de preconceitos e como eles surgem ou podem ser amenizados em diversos instantes da História” (*Id. Ibid.*, p. 70). Evidente que a discussão da alteridade em Mendes Pinto passa a ser uma das infinitas possibilidades de interface entre o

imediatos e o pretérito. A partir desses tempos distintos, passa haver o pretexto para discutir a “diferença” também sob a ótica dos alunos – agora, sim, “produtores de sentidos” desta e outras tantas discussões que se façam necessárias.

Portanto, até pela proposta e estrutura, o esforço deste capítulo faz lembrar algumas palavras do pensador inglês Samuel Johnson (1709-1784): se uma pessoa revira metade de uma biblioteca para fazer um único livro, talvez tenhamos feito o caminho contrário. Desenhamos alguns pares de textos a partir de um só, a *Peregrinação*. E se nossos textos não dão um livro, certamente têm a nobre função de servirem como “entradas” ou “portas de acesso” a uma obra que se desdobra em diversas outras, como dão provas a dramaturgia, o cinema, a ficção, a música, os quadrinhos e a pesquisa de uma forma geral.

Ainda algumas palavras...

Como dissemos, apesar do texto abaixo estar dividido em partes, ele pode ser lido como um único, a partir de duas linhas incidentais: 1 - a abertura portuguesa para a Ásia nas descrições do cronista; 2 - as convenções em torno das origens da “primeira globalização” entre os séculos 15 e 16. As referidas linhas são organizadas a partir de bibliografia que possibilita a abordagem do livro *Peregrinação* à luz de problemas contemporâneos.

A ideia é que – separadamente ou em conjunto – cada um dos textos “iluminem” os relatos de Mendes Pinto aos estudantes (professores e alunos) do século 21, numa clara intenção em inserir àquela época problematizações deste tempo. É o que intentamos, por exemplo, quando, a partir das considerações de Serge Gruzinski (1999) sobre o fenômeno da “primeira globalização”, escrevemos sobre os efeitos da “modernidade” sobre regiões do Oriente, e assim consecutivamente.

Desse modo, na companhia do peregrino, desejamos boa “viagem” e bons estudos!

3.1 A ABERTURA PORTUGUESA PARA A ÁSIA NAS DESCRIÇÕES DO CRONISTA E AS CONVENÇÕES EM TORNO DAS ORIGENS DA “PRIMEIRA GLOBALIZAÇÃO”

3.1.1 Entrada 1 Na inapelável ideia de “progresso”

Ao considerar o efeito da tecnologia na palavra, Alexander Herzen, conhecido revolucionário russo, teria dito: "O que realmente temo é Gengis Khan com um telégrafo!". O Oriente não demorou a avaliar semelhante resultado sobre suas terras e gentes. E agora o adversário nem ao menos é um nativo. Nem mesmo se trata de um homem e seu exército. Sabe-se, contudo, que o problema vem das terras mais a Oeste... Espaços conhecidos a ferro e fogo, o velho inimigo ressurgiu com seus emblemas e suas armas. Mas há algo de novo que não se combate com as mesmas armas e os mesmos emblemas. Nem mesmo as energias de outrora fazem diferença. O inimigo se reinventou... E a necessidade de acessá-lo subsiste a toda e qualquer aversão.

Graças a inúmeros procedimentos vindos das *polis*, das guerras, do comércio e da religião, a pujante civilização muçulmana garantiu-se quase a totalidade dos mil anos medievais em territórios tidos pela tradição greco-romana como europeus. Apesar disso, o problema – o inimigo repaginado num organismo de materialidades e imaterialidades – se instalou nos inícios da modernidade e se tornou obsessão durante e após a famigerada revolução industrial. A partir daí, “assiste-se à transformação progressiva da vida nos países muçulmanos, não somente por evolução endógena, mas igualmente pela introdução de objetos vindos do exterior, pensados e criados alhures” (JOMIER, 1992, p. 211). Hoje a assimilação dos objetos materiais e imateriais da modernidade – o inimigo repaginado, afinal – ganha ares de projeto de Estado.

Para as teocracias asiáticas, absorver o repertório científico ocidental passa a ser uma questão de sobrevivência, mas não para a transformação de sentidos, como os da religião. Não se coloca à mesa a essencialidade dos valores islâmicos, uma vez que há uma “contestação profunda [...] na qual o fiel não vê ainda qual seria o lugar da sua fé noutros mundos” (*Id. Ibid.*, p. 210). Dito dessa forma, difícil imaginar cenários que façam envergar a “personalidade muçulmana”⁴⁸. Ao nível da vida comum, de onde não se espera que ninguém decline convicções essenciais, fontes atuais dão mostras de como as notícias funcionam como peças dissonantes desse enredo. Muito parecido com as páginas de um diário que não se deixa ler, relatos de diferentes espécies e aparências deixam escapar atitudes suspeitadas. Devidamente versada na fé, fica-se sabendo de uma juventude que não fecha os olhos às novidades “mundanas”. Atenta às informações de dentro e fora de seu mundo, ela não se furta

⁴⁸ Expressão utilizada por Jacques Jomier (1992), cujo livro *Islamismo - História e doutrina* é uma das referências bibliográficas deste capítulo da dissertação.

às contestações, eventualmente conduzindo-as para ruas e praças, nas formas do levante e da violência⁴⁹.

Por seu turno, as instituições apontam os dedos para um dos “colossos tecnológicos” mais festejados atualmente: a *web*. Criação sem freios e amarras, da Tunísia à China, a rede mundial de computadores experimenta restrições de todo tipo. Em contrapartida, driblam-se os “embargos digitais”, demonstrando pela enésima vez o quanto ainda se está longe de blindar os ambientes virtuais. Até mesmo instâncias legislativas se deixam atingir pelo “martelo” ocidental. Adotadas a partir das experiências de descolonização ao fim da primeira metade do século passado, ideias de “liberdade” e “igualdade” são facilmente utilizadas como armas retóricas que se voltam contra os opressores (JOMIER, 1992). A partir deste ponto, tornam-se comuns repartições civis que legislam com certa autonomia frente aos tribunais religiosos. Estes, sim, os últimos a bater o mesmo martelo icônico do direito internacional.

O movimento inspira uma série de projetos educacionais cuja maior ambição dá-se com a criação de uma rede de universidades. Muito parecidas com os institutos de ensino superior ocidentais, a Universidade do Cairo figura como exemplo expressivo dessa reforma. Ideia sempre em vista, não se perde o interesse de se educar no estrangeiro – e daí tirar o máximo proveito que um bom programa de intercâmbio pode oferecer. Assim, em plena ação, “ninguém se surpreende de vê-la [a modernidade] na construção de mesquitas [...] incluindo os alto-falantes instalados em toda a parte para difundir sermões ou cerimônias” (*Id. Ibid.*, 1992, p. 212).

Noutro plano, não são incomuns “casamentos” que fujam ao *script*. Nas paisagens asiáticas, eles são bastante comuns séculos antes de *Mohammad*⁵⁰ e dos “saltadores de mundo”, personagens destacados por Serge Gruzinski em notas sobre os “prodígios” da “primeira globalização”⁵¹. Em se falando de personagens, uma vez mais lembremos Gengis Khan. Seu notável povo talvez não entendesse os novos usos atribuídos à gravata. A sovada gravata! No Ocidente é vestida como símbolo de distinção e etiqueta. Dos mongóis, a belicosa invenção não deixa dúvida. Sai-se com o tiro pela culatra, uma vez que não é mais de seus territórios que se apossa, mas, sim, da capacidade de pensar por si mesmo a modernidade.

⁴⁹ Em dezembro de 2010, o mundo é surpreendido por uma série de manifestações políticas que ficaram conhecidas como Primavera Árabe. É consensual a ideia de que os protestos se articularam por meio de mídias sociais, como forma de sustentar e arrebatar o máximo possível de pessoas às passeatas/ manifestações. Para uma breve introdução neste tema, conferir o interessante artigo de Vivian Patrícia Peron Vieira (2013) *O papel da comunicação digital na Primavera árabe: apropriação e mobilização social*. Acessar em <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT05-Comunicacao-e-sociedade-civil>

⁵⁰ Mais conhecido como Maomé, atribui-se a Mohammad (ca. 570 - 632) a fundação da religião islâmica.

⁵¹ Conferir à introdução e no primeiro capítulo desta dissertação, no tópico *O século da Peregrinação*, considerações teórico-metodológicas sobre o referido conceito.

Para insistir na imagem, vê-se o Oriente “enfiado até o pescoço” na inapelável ideia de “progresso”.

3.1.2 Entrada 2 E não se tem juízo de que aquilo é um futuro...

Como se pode entrever, exemplos de assimilação têm aos montes. Acontece que o ponto em questão se obtém em fontes um tanto mais recuadas no tempo. Pelo historiador, quem sabe, elas podem ser identificadas e “espanadas”. Senão, de que forma chegariam à universidade, à escola, às pessoas? Outras tantas há, de fato. Mas esse é um caminho possível e conhecido. E por isso as espreitamos na *Peregrinação*. Eis o nosso recuo. Tempo em que o Oriente ainda aparece como genuíno espaço a ser decifrado. E no que diz respeito à ideia de assimilação, não surpreende a via de mão dupla percorrida nas crônicas do livro. Muito parecida com as trocas de impressões nos momentos de contato, a *comparação* se apresenta mais uma vez como mecanismo às aproximações das formas e dos conteúdos, deste e de outros mundos. É ela quem arrefece o incômodo; o medo do diferente. Afinal, na cabeça de quem chega e daquele que já está, côncavo e convexo viram-se dos avessos, tocam as cavidades, batem as bordas numa busca desesperada por legibilidade. Nesse meio tempo, tudo parece ficar em suspeição. A comparação “faz às vezes”! Para que não se abandone a arena, como a quem foge do perigo iminente, ela prepara o terreno para assimilar ou descartar os conteúdos de um e de outro lado. Na *Peregrinação* é possível rastreá-los. Interessa um, em especial. E colocá-lo de cabeça para baixo é a intenção, uma vez que se pretende mostrar o outro lado da moeda. Atitude tão “moderna”, não?

Ora, a assimilação não é substância congelada no tempo. Ontem e hoje, ela pode e deve ser posta em contexto. Um ou outro registro do peregrino ajuda nesse intento. Não só ele; é bom que se diga... Demais cronistas se apresentam à vontade do pesquisador. Basta levá-los a bordo da finalidade aspirada. E dará para vislumbrar, em Mendes Pinto e seus contemporâneos, os elementos (ou como anunciamos aqui, os conteúdos) característicos daquilo que, a partir de Gruzinski, denominamos de “primeira globalização”. A técnica, a disposição de executá-la e, num de repente, soerguer-se uma estrutura, uma forma de persuasão e de domínio que “esquadra” (coisa que hoje vulgarmente chamaríamos de “enquadrar” e, soberbamente, de “racionalizar”) tudo ao redor.

Eis a munição que o inimigo europeu traz à lapela. E sem sabê-la, uma vez que se trata de um processo que se vai experimentando. E não se tem juízo de que aquilo é um futuro... Concordemos: nem mesmo eles sabiam dos seus efeitos e consequências. Ambos os lados talvez pudessem perceber o desarranjo de certas categorias interpretativas, seriamente arranhadas pela avalanche das novidades acumuladas. Afinal, o repertório conhecido parecia não dar conta dos acontecimentos, muito menos desta insondável novidade: a modernidade. Coisa a exigir uma série de malabarismos retóricos que de alguma forma dessem conta do desarranjo, do “desconcerto de mundos”,⁵² característico daqueles tempos (NEPOMUCENO, 2013).

Mas a despeito do mal estar, algum tipo de vantagem se tinha garantido pelos lados do Oriente. Dá provas a robustez do desenvolvimento comercial e das logísticas europeias vinculadas ao conjunto maior das atividades mercantis de Ásia. No plano interno, o continente já experimentara dinamismo invejável, a ponto de figurar, no fim e ao cabo, como a “quintessência” dos deslocamentos marítimos europeus. É bom que se diga tantas vezes forem necessárias: por vezes de forma acidental, aquele mundo foi o motivo de “descobrimientos” absolutamente estarrecedores; fora de quaisquer ordens e cosmologias. Prova-o (eis a grande ironia e equívoco de todos os tempos!) o fato de se ter dado o nome de Índias Orientais ao que chamaríamos de América. Há de se concordar, equívoco mais uma vez. Afinal, não “batem cabeça”, os europeus, ao se decidirem por “continente americano” ao invés de “colombiano”?

Mas ficam as qualidades das tecnologias asiáticas que, até certa medida, somaram-se às novidades. Mas elas, as novidades, eram arrebatadoras e inclementes. Numa expressão atualizada, “não tinha pra ninguém!”. O Ocidente havia aberto a “caixa de Pandora” da qual nem seus próprios filhos escapam. A partir daí, a engrenagem veste a máscara do “progresso”. Hoje quem dela se apercebe joga-a de um lado para o outro, como uma “batata quente” que não se quer à mão. E não são aquecidíssimas as temperaturas em torno das discussões ambientais e friíssimas as recepções por parte do mundo dos negócios e da economia em geral⁵³?

Mas falávamos de um “desconcerto de mundos”, possível de se ver e analisar a partir de elementos tirados da “caixa de ferramentas” de uma conjuntura muito particular, cujos primeiros passos dão-se entre os séculos 15 e 16. Além de esquadrihar e calçar cada tábu

⁵² Ideia contemplada em texto de André Luís Nepomuceno “*Barbas compridas, & corpos de ferro*”: *Fernão Mendes Pinto e o império português no Oriente*.

⁵³ Esse indicativo temático, na forma de pergunta, aproveita-se do título de conhecido livro sobre a questão da crise ambiental contemporânea. Conferir em: José Eli da Veiga (Org.); Oliveira, S.B. (Org.); Molion, L.C.B. (Org.); Vale P.M. (Org.) *Aquecimento Global: frias contendas científicas*. São Paulo: SENAC, 2008.

das centenas de navios lançados ao pélagos, os efeitos primários da globalização dotou de vantagens náuticas e militares os empreendimentos marítimos europeus. Para cada peça sacada da caixa do construtor é comum que se deixe de considerar aportes técnico-práticos vindos de outras ascendências. Condição cara a este “estado de coisas”, a aparente obsessão pelos números desemboca em miríades de técnicas aplicadas a fórceps (se necessário!).

De certa forma, isso explica as desovas inesgotáveis de relatos de viagens sob a batuta da classificação, das medidas, dos dígitos. Por esse ângulo, poderíamos chamá-los de “relatórios contábeis de novidades”⁵⁴. Tinha-se a sensação de que observar o mundo e qualificá-lo era o caminho para tê-lo às rédeas da vontade e do controle. Daí que, para experimentar o imenso palco cosmográfico agora à disposição, não foi preciso mais que investimento e disposição. Para além do ilhéu ocidental, o mundo estava a alguns *nós* de distância. Ou como preferem os portugueses, os “novos mundos” podiam ficar “a meio da *carreira da Índia*”⁵⁵. E não nos veio à cabeça o Brasil?

Dando velas ao vento, sigamos em frente. “O saber das descobertas foi-se fazendo com a própria descoberta, passo a passo, através das ‘conhecenças’ [...] Era antes uma prática sem teoria” (LIMA, 1998, p. 51). O neologismo ajuda a lembrar que nem é preciso bater à porta dos portugueses e espanhóis para que se descarreguem saberes os mais variados possíveis. Eles já estavam lá esperando para serem assimilados, uma vez que “a presença islâmica na Península Ibérica, a partir do século VIII, vem a ser uma das fontes de saber predominantes na discussão intelectual nesta área geográfica através dos séculos, e é evidente no século XVI” (ZIEBELL, 2002, p. 19). A aventura oceânica, a conquista de novas terras e a feitura cada vez mais precisa e refinada das cartografias são, portanto, arranjos admiráveis, muito devidos à civilização mulçumana. Ela também deixa suas contribuições “tanto na poesia e filosofia como nas ciências naturais e na arquitetura. Especialmente no campo da arquitetura, evidencia-se a transmissão desses elementos às novas terras conquistadas” (*Id.*, p. 20).

Àquela altura, os efeitos práticos da caixa de ferramentas dessa primeira experiência de globalização posicionam a mecânica, a cartografia e a Astronomia como braços operacionais da Matemática. Esta sim, “o grande ponto de partida que geraria posteriormente ‘a noção cientificamente fecunda segundo a qual a Matemática constituiu o tecido do

⁵⁴ Expressão utilizada por Francisco Ferreira de Lima (1998) em *O Outro Livro das Maravilhas - A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*. Conferir ao final da página 99.

⁵⁵ Expressão retomada por Francisco Ferreira Lima (1998) em *O Outro Livro das Maravilhas - A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* quando quer “reforçar” a ideia de que os portugueses podiam ter o mundo (inclusive, o desconhecido) no seu radar de descobrimentos.

Universo” (DELUMEAU, 1983, p. 22 apud LIMA, 1998, p. 99). Vê-se, como se vê do alto do cesto da gávea a terra à vista, o quanto a cultura árabe dispôs e agora se dispõe ao “caldeirão” das novidades que aos poucos constituiria aquilo que de forma quase sempre afetada denominamos “modernidade”.

3.1.3 Entrada 3 Com a cara virada para os descentros do mundo

Naturalmente, não atinava essas tantas coisas Fernão Mendes Pinto. Não poderia sabê-las, posto que seja “homem de seu tempo” e as considerações aqui disponíveis são leituras deste momento. Sabemos, contudo, Mendes Pinto leitor ávido das “literaturas” em circulação. Não deixou de se interar dos impressos vindos dos centros de estudos muçulmanos, bastante conhecidos em Portugal e Espanha. Aliás, nossa personagem dispensava traduções. À ponta da língua, guardava o idioma; muito útil quando de sua passagem ao Oriente (CATZ, 1981)⁵⁶. Uma vez lá, transita sobre o desconhecido por meio do que lhe é familiar, coisa que rebaterá, duas décadas depois, nos escritos da *Peregrinação*. Como já dissemos, nela é flagrante o instituto da comparação. Mas não se compara ao modo categórico e classificatório de seus contemporâneos. Quem agora escreve é um “homem de letras”; já nos chamou a atenção a pesquisadora Rebecca Catz (1981). Nas descrições do cronista, percebemos uma camada extra, um rebuscamento incomum nos relatos de viagens daqueles tempos. Por assim dizer, não se está diante de um simples recurso de aproximação e distanciamento. Na “abundância vivenciada”⁵⁷, existe o esforço literário (chamemos assim) em reconhecer o que faz parte de seu mundo. Mas porque não são automáticas as comparações?

Para além das complexas construções textuais e das inúmeras vozes assumidas pelo narrador⁵⁸, de certo existe uma tensão em meio às similaridades e diferenças. O vácuo entre uma sentença e outra deixa no ar o rastro de uma herança. Pode-se segui-la de diversas formas. Como um filme que se projeta de trás para frente, na cabeça do cronista a arquitetura de um edifício ou as técnicas agrícolas de um camponês são implodidas para depois serem reconstituídas, pedaço por pedaço, numa gramatura conhecida. De fato, recomposta na tela do

⁵⁶ Zinka Ziebell (2002) destaca em seu livro *Terra de Canibais* a seguinte passagem: “Até meados do século XVI, a língua árabe era a segunda língua dominada por qualquer espanhol ou português e tornou-se o instrumento vital de penetração nas terras do Oriente” (p. 20).

⁵⁷ Expressão recorrente em *O outro livro das maravilhas - A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto*, de Francisco Ferreira de Lima (1998).

⁵⁸ Conferir no primeiro capítulo desta dissertação, no tópico *O século da Peregrinação*, uma breve discussão sobre as *personas* greco-latinas assumidas por Fernão Mendes Pinto no âmbito de sua *Peregrinação*.

velho repertório europeu. Depois de enquadrada e editada, acredita-se ver ou deixar de ver o que é genuíno ou assimilado; familiar ou estranho. Neste momento, damos conta que, muito antes de o asiático assimilar e intentar as “tecnologias” do europeu, este já as tinha feito.

Mas muito há que o peregrino não reconheça ou não faça questão de fazê-lo. Fáceis de perceber nas construções, nas formas de se cultivar, comercializar e organizar, as semelhanças podem ser categoricamente ignoradas. É o caso de se deparar com práticas e hábitos difíceis de admitir. Fica claro que “o olhar do narrador recorta [...] a subjetividade do outro [...] e a atravessa [com] um corporativismo de cunho assimilacionista que ora valoriza, ora desvaloriza o *outro*” (LIMA, 1999, p. 127). Neste último caso, deparar-se com o diverso podia ser sentido como repulsa; algo que desagrade os sentidos e faz pensar se também há incivilidade dentro de si e de seu mundo. De frente para este cenário, “Narciso acha feio/ O que não é espelho”⁵⁹.

São, contudo, impressões que fogem à regra. Diante das imagens do mundo em que passeia, dilatam-se as pupilas. No Oriente, as de Mendes Pinto vivem quase sempre assim. Pela forma como traduz esse “estado de espírito”, auxilia-nos, mais uma vez, Francisco Ferreira de Lima. Entre uma passagem e outra de seu *O Outro Livro das Maravilhas*, destaca a disposição do narrador em avaliar de forma positiva os ambientes e as formas sempre muito engenhosas de se organizar e de se viver daquelas gentes. E o mais importante, “a impressão é tão marcante que – sempre em termos relativos – seu europeicentrismo sai, por vezes, aluído da comparação” (*Id. Ibid.*). Senão, vejamos por nós mesmos.

Depois de quatro dias velejando, acompanhado de um mouro desde Malaca até a ilha de Sumatra e daí para as águas do Mediterrâneo, avistou “o mar da outra banda do oceano”. Ali o peregrino presencia natureza exuberante e bichos “admiráveis” em suas “grandezas e feições”. Presos às realidades circunscritas, lembra os conterrâneos da pouca validade que dão ao impensado do mundo “que é muito para rezear contá-lo, pelo menos a gente que viu pouco do mundo: porque esta, como viu pouco, também costuma dar pouco crédito ao muito que outros viram” (PINTO, 2005, v. 1, p. 34).

E se ainda não dissemos na introdução, porque ali também as citamos, vale um destaque. Muito por conta do poder de síntese e alegoria que a sentença carrega, essas são palavras sempre lembradas em prefácios de ontem e hoje da *Peregrinação*⁶⁰. Ora, nelas se denuncia a ideia de uma Europa de cara virada para os descentros do mundo. A tragédia está

⁵⁹ Verso da canção *Sampa*, de Caetano Veloso, presente no LP *Muito (dentro da estrela azulada)* Caetano Veloso e a *Outra Banda da Terra*, 1978, Polygram.

⁶⁰ Conferir a referida citação à página XX da edição brasileira da *Peregrinação* (2005) em *Notas sobre o critério seguido na presente versão para português atual*, por Maria Alberta Menéres.

justamente na impossibilidade de ignorá-los. Desde muito são mundos admitidos pela tradição. Se se confirmam reais, resta engolfá-los. É o que se tem feito com Ásia, África e América. Afinal, concebida como espaço de convergência e, portanto, de centro, a Europa não pôde superar a concepção homérica de mundo, segundo a qual a terra é uma ilha de envergadura descomunal circundada por um oceano – senão impenetrável – mortífero. Todo o resto, se existir, estará à margem deste mundo⁶¹. O Oriente é a primeira região a experimentar esse tipo de rejeição, cujo reverso é justamente a atração. Não diz o adágio, atraem-se os opostos? É justamente “essa combinação de hostilidade e inclinação [...], sobretudo no que se relaciona a matérias espirituais, que estava presente na era romana e seria transmitida ao pensamento judaico-cristão” (ZIEBEEL, 2002, p. 23).

“Sobretudo no que se relaciona a matérias espirituais”, é onde se queria chegar. E, afinal, chegamos. Com a lupa à mão, aproximemo-nos. Se o que se vislumbra é o excesso de mundo, de coisas nunca antes vistas, o que há que não contenha paridade alguma? Sem sobressaltos, a resposta se apresenta: a religião. É ela a degradar a “abundância asiática” para um nada incondicional. O peregrino se depara com uma “ausência” a autorizá-lo apontar o dedo (LIMA 1998). Deste ponto em diante, não lhe resta dúvida: há algo a dizer àqueles que até então eram “abundantes” em quase tudo e, de repente, deixam a desejar no mais importante. Coisa, aliás, a ser dita com veemência, pois se trata de salvá-los à vida. Não esta pela qual se passa, mas a próxima que é eterna. Exato reverso da que se vive para saber que a verdadeira vida está para “uma pátria melhor, isto é, a pátria celestial” (Hebreus, 11:16). Mais uma vez, estamos diante do cronista e a cartilha de seu tempo. Até para validar a observação, deixemos sua voz por alguns instantes. À superfície, auscultemos outra; bem mais conhecida que a do quatrocentão português.

3.1.4 Entrada 4 Com o moral soerguido...

Nas terras do Brasil também há abundâncias. Quem diz é Jean de Léry. E são tantas e tão extraordinárias que o comentador agradece “a imagem deste novo mundo” que Deus lhe permitiu ver. Mas não se esquece de sentenciar o quanto “seriam felizes os povos desta terra

⁶¹ A passagem faz referência a ideia de *ecumene* – um mundo exclusivamente habitado pelos gregos e, depois, pelo europeu em geral, uma vez que o conceito foi apropriado pelo pensamento judaico-cristão. Quaisquer espaços posicionados para além dos limites oceânicos do ilhéu Ocidental eram considerados mundos onde viveriam seres dessemelhantes, inumanos. Zinka Ziebell (2002), em seu livro *Terra de Canibais*, traça um breve retrospecto do conceito. Conferir: páginas 22 a 32.

se conhecessem o Criador de todas essas coisas. Como, porém, isso não acontece [...]” (LÉRY, 1980, p. 181), cabe aos ocidentais conduzi-los à verdade providencial.

Gentes ignorantes da fé, tanto lá quanto cá, não faltam nomes para desaprová-los às crendices. Mendes Pinto os têm debaixo da língua, prontos para arremessá-los à cara. De uma inocente “cegueira” às formas mais depreciativas de se referir aos cultos do outro, como dá exemplo a expressão “seita diabólica”, o asiático é jogado na vala comum da ignorância gnóstica. Persuadi-los é tarefa trabalhosa, a ponto de (se se perde a paciência) simplesmente desqualificá-los em suas cosmologias. Sabem disso o francês e o português. E tantos outros, se pudessemos arrolá-los com sobras de tempo e espaço. E justamente por isso não se furtam em solenizar “com o mouro agressivo [ou] com o gentio ignorante” (LIMA, 1998, p. 136) a fé que lhes fundam o sentido da vida e do mundo.

Em se tratando do peregrino, a coisa podia se dar de forma até mais complicada. Nas andanças por terras inacabáveis, topava com maus cristãos, gentios adeptos de seitas obscuras ou, simplesmente, com o velho conhecido mouro: o intransigente islamita! – porque somente o outro pode sê-lo, uma vez que o estrangeiro é o detentor da fé que espelha o único e verdadeiro Deus. Coisa, aliás, percebida pelo árabe. No que tinha de essencial, a percepção da ideologia estrangeira era clara, ou seja, “que Alá (*al-Lah*), o Deus Alto do antigo panteão árabe, cujo nome significa simplesmente ‘o Deus’, era idêntico ao Deus adorado por judeus e cristãos” (ARMSTRONG, 2008, p. 180).

Por alguns pares de séculos, a Ibéria experimentara batalha entre esses deuses. Nos séculos 15 e 16 mal acabara de sair dela. A Guerra Santa fora da geração anterior ao peregrino. Tinha sido bem sucedida ao expurgar os inimigos da península. Mas não era o suficiente. Logo adiante Portugal e Espanha saboreiam expansionismo inédito. Vinham com o moral soerguido pelo espírito da reconquista. Ora, por que não cortar com os cascos ideológicos das caravelas as águas do Atlântico e do Índico? Tratava-se logo de aproveitar os ânimos daquela conquista e lançar ao mar uma velha motivação, agora revigorada: a expansão da cristandade em direção as “pestanas do mundo”. É o momento em que, com sua fé, os europeus tencionam o velho inimigo em seu próprio território (LIMA, 1998).

Como na América, nas regiões litorâneas da China, Índia e Japão surge uma série de missões evangelizadoras. Mendes Pinto tomará parte numa delas. E, em plena ação, mais uma vez deparamos com as suas multifacetadas *personas*. Agora o viajante clandestino, comentarista e por vezes emissário do reino se vê na condição de “soldado de Cristo”. Mesmo que as motivações iniciais fossem outras, deparar-se com os “cegos” e “bestializados” acende a função inescapável de todo cristão: cuidar para que se universalizem os valores e as verdades da Santa Igreja. Para tanto, não cabe recurso. Colocar-se contra tal projeto abre um

campo de dificuldades extras frente aos velhos inimigos muçulmanos. Tomar o outro lado significa aderir ao falso Deus, “a mais perfeita encarnação do Diabo [...] Aniquilar o mouro, portanto, não é simplesmente fazer desaparecer um homem; é antes de tudo destruir um pedaço do Deus inimigo [...] Porque não há alternativa: é Cristo ou Mafamede!” (*Id. Ibid.*, p. 129).

Nessa matéria, não tem como fazer uso do instituto da comparação. Aqui analisada mais de uma vez, o recurso perde sentido. Afinal, como comparar se o avesso é uma falsa parte? Ele tem sentido se o êmulo surge como exato reverso de Deus, ou seja, o próprio Diabo. Este, sim, real. Um antagonista, de fato! Seus seguidores, portanto, “seja com a espada, seja com a pena” devem ser eliminados do caminho. Mendes Pinto faz uso do aparato, mas não se esquece de justapô-lo à lâmina. Assim, quando se trata do muçulmano, seu texto é uma imagética da Guerra Santa (LIMA, 1998). Vê-se tal coisa nos vocábulos, nas palavras, nos axiomas, nas dramáticas intenções do autor.

Em passagem onde se descreve uma batalha “fora de hora e lugar”, fica-se sabendo do ataque de “mouros bornéus” aos juncos portugueses. A nítida vantagem desses faz com que alguém, aos berros, dispare alguma motivação: “[...] ó massoleimões e homens justos da santa lei de Mafamede, como vos deixais vencer assim por gente tão fraca como são estes cães?” (PINTO, 2005, v. 1, p. 171). Considerando-as “palavras malditas”, o cronista vê nelas a motivação que faltava para o inimigo voltar à batalha. Mas agora com empenho redobrado, “fazendo-se todos num só corpo [...] tão esforçadamente que era um espanto ver como se metiam nas nossas espadas” (*Id. Ibid.*). Não por menos, com igual empenho, acudiu o capitão europeu: “Ah, cristãos e senhores meus, se estes se esforçam na maldita seita do Diabo, forcemo-nos em Cristo Nosso Senhor posto na Cruz por nós, que nos não há de desamparar, por mais pecadores que sejamos, porque enfim somos seus, o que estes perros não são” (*Idem*, p. 171). Nessa “cruel e áspera peleja”, os cristãos tomam vivos cinco daqueles. E os fazem prisioneiros. Na enxovia de um dos juncos, “atados de pés e mãos [...] se degolaram às dentadas uns aos outros, com receio da morte que lhes podiam dar (*Id. Ibid.*, v. 1, p. 172). Ignorá-la é, sem dúvida, a pior das torturas. O pior dos medos. E mais uma vez a comparação faz às vezes... Veja como são acovardados e deploráveis esses “cegos” de Nosso Senhor. Ao menos estivessem à cova dos leões, seriam devorados e não se devorariam. O profeta Daniel se acovardara à probante experiência? Não! Eis que seja um cristão e tudo está explicado. Aqueles, por outro lado, se alarmam diante de seus captores. Abocanham-se até a morte? É porque de fato não existe o Deus que tanto veneram. Caso contrário, não seria este a lhes inculcar a coragem diante do trágico destino? Ora, para os cristãos a penitência é o maior dos

presentes. Uma vez executados, eis que, com todas as honrarias, passam a gozar a presença de Deus. Não sabem disso, os ignaros da fé?

Vemos, então, que, nesse quadro de imagens, o escrevinhador português “se integra perfeitamente à *mourofobia* que sacudiu a Europa e marcou a Ibéria, responsável pela ampliação quase ao infinito da ideia de reconquista” (LIMA, 1998, p. 131). Portanto, caminho natural será se arregimentar na Companhia de Jesus. E, naquelas terras, propugnar a fé passa a ser mais uma das inúmeras aventuras protagonizadas pela nossa personagem.

Haverá, contudo, de se ajustar ao seu juízo, ou antes, à consciência. Afinal, em Ásia não é ele crítico ferrenho dos modos operantes da Igreja? Sabemos de seu descontentamento com os arranjos político-religiosos da Coroa. Envergonha-se de tais procedimentos. Eles existem para tomar posse de territórios e dali extraírem o máximo de riquezas possíveis. Fato contínuo, nessa forma de proceder, expandir a fé é subterfúgio. Coisa arranjada. Eis a grande denúncia que atravessa toda a *Peregrinação*. Mesmo no plano individual, aventureiros de toda ordem, desgarrados de suas pátrias e famílias, buscam riquezas fáceis. Não raro, seduzem-se pelos modos de vida dos gentios e se esquecem de suas religiões. Compartilham a fé, mas são maus cristãos. O próprio cronista deixa sua *madre casa* com esta intenção: enriquecer no Oriente. Vale dizer, já em seu tempo de menino, terra de abundância extraordinária. Às avessas, essa minúcia denuncia as contradições do peregrino. As demonstramos em momento anterior. Basta lembrar o quão informante e participativo fora aos interesses “imperialistas”.

Mas agora interessa saber desse “soldado de Cristo”. Se a pátria e a Igreja deixam a desejar como operadores da cristandade, caberá ao “guerreiro de almas” acudir as aspirações divinas. Ele será mais um destes homens a espiar os pecados de seus irmãos (LIMA, 1998). Em sua pena, fala-se deles com adjetivos desabonadores. Assim, não se furta ao registro da execrável palavra: “corruptos” é o que são! Percebe-se que “padece de um sofrimento, que é ver o texto de Deus usado como pretexto para toda e qualquer prática, mesmo as mais depraváveis. Tal distorção há que ser punida, visto que ela também ofende a Deus” (*Id. Ibid.*, p. 148).

Neste ponto, deve-se entender a retórica do cronista como disparo que fere às práticas reprováveis dos cristãos. Como quando estive nas terras do Japão e, de volta à seção praiana de Liampó, na China, fui recebido com grande alegria pela população – àquela altura, totalmente cristianizados. Tamanho entusiasmo foi seguido por longa explanação das coisas vistas e da “grande quantidade de prata” na “nova terra do Japão”. E de como aqueles ficaram admirados com os “tiros de fogo” dos lusitanos. Animaram-se tanto com as novidades que logo ordenaram uma procissão para “darem graças ao Nosso Senhor por tamanha mercê”. Depois disso tudo “começou logo a cobiça a entrar nos corações dos mais dos homens

daquela povoação [...] que vieram uns e outros a se dividirem e se porem em bandos, e com armas na mão [...] velejaram assim às cegas por entre ilhas e terra firme” (PINTO, 2005, v. 2, p. 426). À ambição repentina, sobreveio o desastre. Uma tempestade a matá-los quase todos. Como estivera num dos juncos, Mendes Pinto pode presenciar “coisa lastimosíssima de se ver”. Ele? Um repórter diante dos números de uma tragédia. Corpos “amassados” e outros tantos com suas partes arreventadas “em mais de mil pedaços”. É possível imaginá-lo dando a conta final, ou seja, as mais de seiscentas pessoas mortalmente atingidas. Depois, deixa-se de ouvir o “correspondente” e passe-se a acompanhar o “comentarista”. Pobres desgraçados, “como cães esfaimados me parece que toda a prata do mundo os não poderá fartar” (*Id. Ibid.*, v.1, p. 226). Pagaram com a vida a impureza das intenções; “cousa de tanta dor e lástima, quanto os bons entendimentos podem imaginar” (*Id. Ibid.*, v. 2, p. 427).

Como se vê, deixar-se seduzir pela cobiça é falta grave, veementemente reprovada nas páginas da *Peregrinação*. Imagine, então, quão ainda mais grave desacreditar no Deus único e soberano dos cristãos? Já de longa data, não sabiam disso os muçulmanos?

3.1.5 Entrada 5 “Esta excelência tem a terra da China”

Um inconformado Mendes Pinto não compreende o quão equivocadas estão àquelas gentes. Com extraordinária abundância, tudo de que necessitam está à mão. Gravada nas páginas da *Peregrinação*, impossível deixar passar o som de sua voz: “Em verdade afirmo que quase faltam palavras para encarecer, porque esta excelência tem a terra da China sobre todas as outras: ser a mais abastada de tudo o que se possa desejar, que todas quantas há no mundo” (PINTO, 2005, v. 1, p. 166). Como então, à simples menção de um metal, se alvoroçam todos à pequena ilha? Os “japões” não são carentes de quase tudo que se pode tirar de uma terra? E estes não se veem admirados diante da terrível novidade dos “tiros de fogo” dos portugueses? Ora, os vizinhos chineses já têm suas “bolas de pólvora” muito antes dos europeus pensarem em segurar o braço de um arcabuz ou desengatilhar alguns pares de pelouros. Como quer o peregrino, a China de abundâncias ilimitadas não se compra nem com toda prata daquele e de outros mundos. A terra do chumbo, do enxofre, da madeira e dos mantimentos de excepcional variedade basta para aquela gente e a outras tantas também. Afinal, o que fazem os portugueses naquelas bandas? Comercializar e evangelizar são o pouco dos muitos empreendimentos. Diversos deles fariam corar o mais desapegado cristão, como se pôde ver em Mendes Pinto. A despeito de “apontar o dedo” para as inconfessáveis

empreitadas portuguesas na Ásia, ele mesmo segue com tais projetos para regiões adiante da Índia e da China. É por isso que agora o vemos no Japão. Sem o saber, com uma surpresa na manga. Qual seja? O estouro da espingarda!

3.1.6 Entrada 6 “Esta pomba mundana”

Quase duzentos anos após a *Peregrinação*, a imaginação literária do inglês Jonathan Swift⁶² se mostra desgostosa com os mundos inventados até ali. Quis fazê-los ao seu modo. E os fez dentro de uma tradição, a das narrativas utópicas. Thomas Morus⁶³ certamente admiraria as sátiras emblemáticas do autor, denunciando os apetites ilimitados dos príncipes de sua e de outras épocas. E se a utopia “não é um futuro e sim *outro lugar*”⁶⁴, vemos *Gulliver*, o viajante acidental, deparar-se com lugares extraordinários. Em que mundo veleja? Uma terra de gigantes, logo se vê. Diante de um justo e amável rei colhe as primeiras impressões daquele governo. Que forma estranha de proceder! À sua ausência, quantas oportunidades desperdiçaram? Conhecem a política. Mas onde está o exercício imperante do poder? Olha-se para os lados e nem se avistam os inimigos. Onde estão? Quanta imprudência a desse Soberano! “Ao pé do ouvido” são aconselhadas umas e outras vantagens. Afinal, o mundo do naufrago está repleto delas. E adiante já se avistam flamejantes tubos de bronze cuspidos bolas de fogo sobre os inimigos – ainda que inexistentes⁶⁵.

...E não é que o discurso de *Gulliver* parece retroceder no tempo? Entre os “japões” da *Peregrinação* ouvimos mais ou menos a mesma estória. Mas após o espanto e a admiração para onde se conduz a novidade? Como em Swift, provavelmente para o exercício do poder total. “Sem muita conversa/ Sem muito explicar”⁶⁶, a admirável novidade nem mesmo é anunciada. Por conta própria, apercebem-se dela os acolhedores habitantes da ilha. Afinal, os estrangeiros estão ali com outras intenções. Ao menos é assim que se conta mais essa história.

O peregrino, ele mesmo, chega com a Companhia de Jesus. Portanto, como aos demais, interessa professar apalavra; expandir o rebanho. Naquela terra, a novidade é usada

⁶² Autor (1667-1745) responsável pelo romance homônimo *As Viagens de Gulliver*, de 1726.

⁶³ Pensador inglês (1478-1535) responsável pelo ensaio homônimo *Utopia*, de 1516 (celebram-se, em 2016, os 500 anos de publicação da referida obra).

⁶⁴ Thierry Paquot em *A Utopia - ensaio acerca do ideal*, Ed. Difel, 1999, página 13.

⁶⁵ Michel Senellart em *As Artes de Governar: do regime medieval ao conceito de governo*, Editora 34, 2006, à Introdução, página 11, utiliza-se da mesma ideia pinçada de *As Viagens de Gulliver*, mas em outro contexto e tema (nossa inspiração para uso neste trecho da dissertação).

⁶⁶ A título de ilustração, utilizamos os versos da canção *Minha História*, de Chico Buarque, de 1971, a partir de letra original da música *Jesú Bambino*, de 1970, do compositor italiano Lúcio Dalla (1943-2012).

pelos portugueses para a caça e passatempos diversos. Atira-se por distração ou para espantar o tédio. Numa feita, “os japões, vendo aquele novo modelo de tiros que nunca até então tinham visto [...] não sabiam determinar o que aquilo era, nem entendiam o segredo da pólvora, e assentaram todos que era feitiçaria” (PINTO, 2005, v. 2, p. 413). De acordo com expressão do próprio peregrino, não tarda para “esta pomba mundana” ganhar escala e “tomar de assalto” todo o lugar. “De assalto” sim, pois, em pouco tempo, contam-se mais de “trezentas mil espingardas” em toda a ilha do Japão. Consequências isso teve, de fato. Como, por exemplo, desestabilizar o complexo mecanismo de “pesos e contrapesos” que até então garantia relativo equilíbrio entre os diferentes grupos locais. Mas com a lupa à cara vemos que o suposto equilíbrio coloria uma bem disfarçada “guerra civil”⁶⁷, em atualizada expressão de Rebecca Catz (1981).

Dá-se a impressão que os lusitanos chegam em boa hora, ou seja, no momento de dirimir o embate físico (logo, incivilizado) entre os comuns. Certamente, uma impressão que atravessa alguns séculos e chega à *Peregrinação* como ocorrência de “bárbaros”. Ora, gente que esquece, ou não sabe, que a guerra é departamento profissional, coisa que se trava distante das vistas da população – como desejam os antigos e ainda nós, os modernos⁶⁸. E, mais uma vez, eis o Ocidente a ensinar como se ergue uma célula com real condição de atingir a civilização. Não à toa, por aquelas bandas, fincam pé os portugueses. Desejam propugnar a fé num Deus único e soberano.

Desnecessário, portanto, voltar uma ou duas páginas para se ter a certeza de que o episódio das espingardas veio, de fato, em boa hora. Talvez como mera coincidência às intenções outras dos estrangeiros. De certo, um preciso, porém inesperado, “tiro ao alvo”!

⁶⁷ Rebecca Catz (1981), em *Fernão Mendes Pinto – sátira e anti-cruzada na Peregrinação*, à página 19, cita a seguinte passagem: “Afirma ele [Fernão Mendes Pinto] que se integrou no primeiro grupo de europeus que puseram pé naquele país, no ano de 1542 ou 1545 [...] Um dos seus companheiros nessa viagem, de nome Diogo Zeimoto, fez oferta dum arcabuz que levava consigo ao senhor feudal da localidade, introduzindo assim no Japão a primeira arma de fogo – um presente que viria a modificar decisivamente o curso das ‘guerras civis’ que grassavam então naquele país”.

⁶⁸ Contrapondo-se às guerras tribais e/ou bárbaras, desde a antiguidade clássica, passando pela era romana, medieval e chegando aos dias de hoje, tem-se o paradigma de que uma guerra entre nações e/ou grupos legalmente instituídos deve ser travada em terreno seguro, ou seja, distante de civis. Estes, por seu turno, devem apenas aguardar o resultado, como forma de, se for o caso, ocuparem os espaços recém conquistados.

4 TERRA À VISTA! A PEREGRINAÇÃO DESEMBARCA NO BRASIL

E não é que a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto é solenemente ignorada na “coleção de trivialidades essenciais”⁶⁹ da *Miscelânea Original de Schott*, do grafista e escritor inglês Bem Schott? Ora, podemos encontrar neste *vade-mécum* popular nos países da Europa curiosidades as mais díspares, inclusive sobre o período que recobre as incursões marítimas do século 16. As caravelas, por exemplo, podem ser lembradas naquilo que alguém se esqueceu ou nunca pensou em mencionar ou, para ficarmos à mesma época, figuras notáveis como Cervantes e Camões são lembradas numa ou noutra raridade. A despeito de rivalizar popularidades com *Dom Quixote* e *Os Lusíadas* e de a *Peregrinação* figurar entre as grandes obras da literatura ocidental, o fato nu e cru é que naquelas páginas o peregrino nem chegou à força da curiosidade...

Mas por que dissemos tal coisa? Talvez porque a *Miscelânea* seja um termômetro de popularidades? Certamente! Já foi dito que o anfiguri de Schott serviu e ainda serve de matéria-prima para uma infinidade de almanaques e revistinhas de entretenimento que circulam pelas bancas de jornal de quase todos os países. Assim, é factível pensar que uma hora ou outra topássemos com o nome de Fernão Mendes Pinto numa palavra cruzada ou mesmo num caça palavras. E não é verdade que muitos de nós guardamos na memória uma infinidade de coisas e gentes apenas por encontrá-las nesses passatempos? E se não o sabemos – o autor e seu livro – nas viciantes informações da *Miscelânea* – e muito menos em nossos livros de escola – muito se deve ao fato de a *Peregrinação* ter amargado séculos de atraso para se ver desembarcar no Brasil.

Algum motivo especial para assim ter sido? Motivos devem ter aos montes. O problema está em como torná-los factíveis tendo como ponto de partida o peso da personagem no livro e o peso do livro na personagem. Uma e outra coisa que aqui foi dita ajuda nesse intento. Já sabemos Mendes Pinto um legítimo clandestino, não? E não usou e abusou das intensas navegações de cabotagem nos litorais asiáticos na segunda metade do século 16? E mais de vinte anos não esteve por aquelas terras sem necessariamente consentir a Coroa? E não foi testemunha ocular dos “desmandos” portugueses por aquelas longínquas bancas do mundo? E não apontou o dedo para as incoerências e contradições da Santa Madre nas terras do Oriente? E não foi ele contra e a favor destas tantas coisas? E o que escreveu ajuda a

⁶⁹ Stephen Fry, cineasta e roteirista britânico, em apreciação à contracapa postíça da edição de 2005, no Brasil, de *A Miscelânea Original de Schott*, Editora Intrínseca Ltda.

entender um ou outro imbróglio que a sua obra experimentou para ser publicada em diversos tempos?

Exploradas ao longo deste trabalho, as indagações acima pedem uma breve abordagem que as coloquem em sintonia com a “cabeça” do homem, de forma a construir uma interpretação de como pôde proceder daquele modo, àquela época, Fernão Mendes Pinto.

A princípio, o filósofo e psicanalista francês Félix Guattari (1930-1992) nos ajuda a pensá-la (a cabeça prolífica de Mendes Pinto) a partir de sua noção de *singularidade*. A dupla prolixidade – vida e obra – já pôde ser percebida a partir de nossos companheiros de bordo. Rebecca Catz (1981), por exemplo, chamou a atenção para o caráter polifônico do peregrino. A depender da situação e do contexto, posicionava-se contra ou a favor da Igreja ou de sua Coroa. Mas, mesmo que estejamos diante de uma figura histórica que teve a coragem de denunciar a expansão deletéria dos portugueses no continente asiático, não se perderá de vista que os escritos da *Peregrinação* também funcionam como “laudas publicitárias” dos feitos imperialistas naquelas partes do mundo. Tese reforçada em releitura de Luís André Nepomuceno (2013), eis um ponto a avigorar a aparência multifacetada que atravessa a complexa personagem – aspecto que por si só incita o uso da noção de *singularidade* à luz do protagonismo de Mendes Pinto nas terras do Oriente.

Depois de com Guattari investir por sobre a “cabeça” da personagem, o esforço é o de discutir, a partir dos registros “polêmicos” da *Peregrinação*, como tais conteúdos puderam protelar a publicação da obra no Brasil; coisa que viria a acontecer no “longínquo” ano de 2005. Sendo uma suposição, construímos tão somente uma breve anotação dos possíveis motivos que possibilitaram a longa ausência desta obra no mercado livreiro local. E, como dito à introdução, faremos tal comentário a partir das chamadas “teorias do currículo”⁷⁰. Para tanto, são acionados autores que falam da confecção de currículos educacionais na perspectiva

⁷⁰ Partindo da noção geral de que *teoria* é um dispositivo cuja principal incumbência está em “descobrir” o funcionamento do *real* e “de que há uma correspondência entre a teoria e a realidade” (SILVA, 2004, p. 11), as “teorias do currículo” têm, então, a função de desvelar, descobrir, explicar o currículo. Contudo, chama-nos a atenção Tomaz Tadeu da Silva para a perspectiva pós-estruturalista de teoria. De acordo com essa escola, a teoria é ela própria produto daquilo que intenciona traduzir e/ou explicar: a realidade. Assim, ao descrever um dado objeto, a teoria traz para o mundo uma novidade que não necessariamente compete com o real que se quer apreendido. Desse modo, é pertinente “falar não em teorias, mas em discursos ou textos [...] Um discurso produz seu próprio objeto: a existência do objeto é inseparável da trama linguística que supostamente o descreve (*Id. Ibid.*). Opte-se por esta ou aquela vertente, tem-se, de um modo ou de outro, o problema dos *por quês* destes ou daqueles conteúdos sempre em detrimento de outros. Nesse caso, é de supor que cada sociedade e/ou grupo social terá o seu currículo em particular. Trata-se, então, de compreender os processos de seleção por detrás das escolhas daqueles conhecimentos e/ou conteúdos materializados num currículo. Ora, pode-se dizer que currículo é a vontade materializada de alguém, de um grupo, de uma instituição, de um Estado, uma vez que “selecionar é uma operação de poder” (*Id. Ibid.*, p. 16). Neste capítulo, é essa a noção de “teoria do currículo” que fazemos uso ao analisarmos a ausência e/ou as dificuldades editoriais enfrentadas pela obra *Peregrinação*, de Fernão Mendes Pinto, tanto no Brasil quanto em outros contextos e tempos.

de interesses políticos e/ou ideológicos por detrás do selecionismo curricular. São eles: Tomaz Tadeu da Silva, Jean-Claude Forquin e José de Freitas Neto.

4.1 Da “caixa de areia” para o mundo – o peregrino à luz da *singularidade* em Félix Guattari

Robert Fulghum em *Tudo o Que Eu Devia Saber na Vida Aprendi no Jardim de Infância*⁷¹ insinua de forma um tanto afetada que as linhas mestras da vida podem ser flagradas num banco de areia com alguns pares de crianças disputando espaço, atenção e joguinhos de poder aparentemente inofensivos. Logo ali adiante de nossas casas, o terreno agora controverso da “caixa de areia” da escolinha ou dos parquinhos das praças públicas incita experiências de gente grande...

Talvez com dois ou mais coleguinhas alinhados, a metáfora faz pensar o então pequeno Fulghum traçando o perímetro a partir do qual ninguém deverá se aproximar. Não é difícil imaginar situação contrária. Eventualmente, o espaço poderá ser negociado com grupos com brinquedos mais atrativos nas mangas. Um caminhãozinho basculante que comporte mais areia na caçamba pode ser o suficiente para desequilibrar o jogo. Para novos arranjos, novas estratégias de poder são acionadas. E depois de um tempo, se a situação ficar insuportável, forças exógenas meterão o nariz na contenda. É quando os pais contêm o alvoroço da até então bem arranjada brincadeira de criança. Mas, a despeito dessas movimentações, ou mesmo por conta delas, diversas lições são aprendidas...

Depois da bronca, talvez fique claro a mensagem de que “quando você sair por aí preste atenção no trânsito”⁷²! E muitas daquelas crianças – todas elas, praticamente – terão se subordinado à lição. Uma ou duas talvez insistam em ignorar a chuva de canivetes que despenca das bocas de seus pais e optem por não “limpar a própria bagunça”⁷³. Ora, conhecemos alguns desses insubordinados que, apesar do “trânsito” ditar mais do que apenas as normas ao longo do caminho, têm o ímpeto de não submeter o próprio caminho às normas.

⁷¹ O livro *Tudo que Eu Devia Saber Sobre a Vida Aprendi no Jardim de infância – ideias incomuns sobre coisas banais*, de Robert Fulghum, Ed. Best Seller, 1988, é um conhecido e prestigiado *best seller* estadunidense da segunda metade dos anos 80.

⁷² Conferir em *Tudo que Eu Devia Saber Sobre a Vida Aprendi no Jardim de infância*, de Robert Fulghum, Ed. Best Seller, 1988, p. 7.

⁷³ *Ibidem*.

E se insiste na rota pensada à própria cabeça não será improvável que os resultados colhidos sejam conspurcados adiante. Afinal, traçada às próprias pernas, um dia a caminhada encontra o ponto derradeiro. E o que ela trouxe de novo muito provavelmente fugirá ao controle do caminhante.

Mas a boa notícia está em que este, a despeito das adversidades, provara com a própria vida o “manjar dos deuses”. Mas agora eis o prato à mesa. E nele está contida a experiência insurgente que, quer queira ou não, será passada em revista – única forma de conter os grilhões indesejados daquela trajetória, daquela viagem, daquele percurso, daquele currículo⁷⁴ traçado à margem de uma ou mais autoridades.

Nesse contexto desafiador, lembremos, portanto, Fernão Mendes Pinto... E não dissemos já ao primeiro capítulo que fora admoestado pela Coroa e pela Igreja? Não se lembram? Proventos reais lhes foram negados quase à morte. A despeito dos perigos que estava sujeito ao relatar máculas contra a Santa Madre e a Coroa, o fato é que as cartas que enviara às filhas renderam-lhe a *Peregrinação*. Mas, diga-se com todas as letras, não sem inconvenientes incontornáveis, como as inúmeras censuras aplicadas ao livro antes e depois de sua morte.

E assim o que não foi dito apenas de passagem, dissemos uma vez mais...

Mas a “caixa de areia” metafórica do filósofo e teólogo Robert Fulghum, espécie de microcosmos do social, ajuda a pensar mui didaticamente o embrião de personagens anônimas ou históricas que, senão à margem dos sistemas constituídos, trafegam nos descentros nervosos das estruturas de poder. Certamente há aqui um diferencial. O ambiente dado não é subvertido, mas, ao contrário, ele é útil às pretensões e ambições das personagens. Utilizar-se dele é a senha para, por dentro e em meio às estruturas, impor *singularidades*⁷⁵ e promover práticas de resistência e renovação por vezes percebidas tempos adiante.

Um autor que empreendeu esse tipo de discussão num escopo de reflexão que denominou “ciência de resistência” – e na qual pôde construir novas sínteses de subjetivação das “entidades humanas” – foi o pensador francês Félix Guattari. A exemplo de seu parceiro-mor Gilles Deleuze, seu projeto alinhavava universos de referência que dessem corpo a paradigmas ético-estéticos que levassem a uma restauração da *singularidade* (subjetividade) diante das normatizações operadas no campo prático do social.

⁷⁴ Trajetória, viagem, percurso, currículo são termos utilizados à contra capa do livro *Documentos de Identidade – uma introdução às teorias do currículo*, de Tomaz Tadeu da Silva, 2004. De forma literal: “O currículo é trajetória, viagem, percurso” (contra capa).

⁷⁵ A noção de *singularidade*, em Félix Guattari, é explorada em seu livro derradeiro *Caosmose, um novo paradigma estético*, de 1990. Conferir no capítulo (sem numeração) intitulado *O Novo Paradigma Estético*, páginas 125 a 148.

Em linhas gerais, a ideia de *singularidade* guattariana assevera sobre a vontade de renovação das “entidades humanas” em diversos tempos e contextos. Tal renovação é, ao fim, um tomar partido da subjetividade de modo a posicioná-la sobre os paradigmas da técnica ou, como quer o autor, das “tecnociências”: toda a tecnologia que, em especial a partir da Idade Moderna, normatiza o percurso de pessoas e instituições. Tal repertório teria dado “ênfase ao mundo objetal de relações e funções, mantendo [...] entre parênteses os afetos subjetivos, de modo que o finito, o delimitado coordenável, acabe prevalecendo sobre o infinito”

(GUATTARI, 1992, p. 129), ou seja, sobre o subjetivo sempre reprimido e/ou subestimado.

Para o autor, não existe uma fórmula para executar a *singularidade*. Cada qual – e exemplos têm aos montes na História – pode ou não aflorá-la e fazer valer a “potência estética de sentir [...] de agir politicamente” (*Id. Ibid.*, p. 30). Poucos serão capazes de tal iniciativa, pois exige um desprendimento da subjetividade, ou da *singularidade*, capaz de incidir sobre os “agenciamentos coletivos de enunciação” (*Id. Ibid.*) e, na medida do possível, desconstruí-los ou tê-los ao nosso favor. Assim se procede porque a subjetividade sempre estará em menor ou maior grau condicionada às “tecnociências” ou aos “condicionantes técnico-sociais” que incidem sobre o mundo e os sujeitos.

Até por isso a *singularidade* não objetiva transformar uma realidade radicalmente, mas apenas a habilidade para reelaborar os espaços de mundo a partir dos elementos que são por ele oferecidos. Este é o desafio guattariano: não o ideal romântico da revolução, mas, sim, subverter o máximo possível os elementos que constituem as estruturas a volta e fazê-las jogar a nosso favor – uma “revolução molecular”, segundo expressão que dá título a uma de suas obras mais conhecidas. Em miúdos, empreender mutações a partir dos espaços onde ambientamos nossas vidas e projetamos nossos sonhos.

Desse modo, a noção de *singularidade* em Félix Guattari, presente em *Caosmose: Um Novo Paradigma Estético*, de 1990⁷⁶, possibilita um exame diferenciado das personagens que, em “trânsito”, se deparem com impasses experimentados em qualquer tempo ou espaço.

Por meio da *singularidade*, o autor faz pensar uma possibilidade de transformação operada por meio do afloramento criativo da subjetividade, capaz de nos emancipar da “trama das redundâncias dominantes” (*Id. Ibid.*, p. 32), maturada e enrijecida principalmente a partir dos inícios da Idade Moderna. Mas, importante ressaltar, é “a subjetividade enquanto produto de instâncias individuais, coletivas e institucionais” (*Id. Ibid.*, p. 11) que deve ser superada. A boa notícia está em que esta mesma subjetividade não é, necessariamente, animada por

⁷⁶ Publicado no Brasil em 1992 pela Editora 34.

relações hierárquicas rígidas. Nosso “espírito” é fluido, cambiante, e funciona como uma esponja que absorve miríades de informações que a todo o momento rearranjam o intelecto, o consciente e o inconsciente. Não é possível a nenhum dos registros externos que são por nós introjetados – e que colaboram para a amalgamação das subjetividades – funcionarem como “instâncias dominantes de determinação que guiem as outras instâncias segundo uma causalidade unívoca” (*Id. Ibid.*).

Assim, nada é unívoco para Guattari. Isso se deve ao fato de que a matéria-prima da subjetividade se constitua na polifonia dos “universos de referência”. O desafio está em fazer uso criativo, ou seja, promover micro ou macro emancipações tendo como ferramenta elementar o ilimitado colchão de conhecimento acumulado ao longo da História. E, como dissemos, poucos serão capazes de fazê-lo (?)..

No que diz respeito à personagem analisada neste trabalho, Fernão Mendes Pinto terá sido uma dessas “entidades” que, ao seu modo, transformou, a partir de seus escritos e presença na Ásia, o mundo mais próximo ao seu redor. Dessa forma, a trajetória do peregrino pode ser pensada como “campo de batalha”, como ação de *singularidade* frente às incursões portuguesas no Oriente. Isso porque, já o sabemos, transitou àquelas partes quase tão somente em voo solo. E uma vez que a “*Peregrinação* revela a prosaica realidade encoberta pelas melhores e mais bem enfeitadas palavras do discurso colonial” (ALENCASTRO, 1998, p. 199) muito do que Mendes Pinto *singularizou* por escrito possibilitou visões menos condescendentes às movimentações portuguesas em contexto de navegações quinhentistas. No âmbito do livro, são exemplos a “cobiça da Coroa em busca de novos rendimentos, assim como a pouca justiça e a pobreza da metrópole” (*Id. Ibid.*) por sobre seus compatriotas daquela e outras gerações, com ambas as situações apresentadas de forma visceral na *Peregrinação*.

Como vimos em Rebecca Katz (1981), o caráter *singularizado* do espírito dramaturgico de Fernão Mendes Pinto dialogara com o contexto extremamente complexo dos campos de ação portugueses na Ásia. À polifonia de cada uma das regiões frequentadas pelo peregrino se somam as suas próprias. E Mendes Pinto não ajusta as *personas* ao sabor das circunstâncias? Como dissemos anteriormente, um recurso devido à teatrologia grega que, executado, atribuía-lhe modos de se metamorfosear nas personagens que quisesse e, assim, safar-se dos perigos do entorno; e também de outros menos evidentes que lhe cobrassem a consciência⁷⁷. Nesse caso, partindo dos “universos de referência”,⁷⁸ gregos, Mendes Pinto se

⁷⁷ Ver à página 25, primeiro capítulo, referências às diversas *personas* de Fernão Mendes Pinto em ação na *Peregrinação*. Consultar, também, a nota de rodapé número 23.

movimentou na direção de “uma reapropriação e uma re-singularização” (GUATTARI, 1992, p. 16) capaz de ascendê-lo minimamente dos meios habituais de domínio.

E, ao tempo do peregrino, a época renascentista foi prodigiosa em parir personagens que resingularizavam os espaços transitados. Em se pensando nas ações singularizadoras de Mendes Pinto, seus escritos evidenciam, por exemplo, um retrato autônomo do Oriente e que independe das visões preconcebidas dos europeus sobre a região. Pela primeira vez circula uma representação improvável que é a de posicionar o asiático como um sujeito que concebe uma *Ásia extrema* a um público partícipe (o europeu) de uma entidade continental destruidora de cosmologias tidas como impossíveis de serem acolhidas (BARRETO, 1998).

Tal representação é por si só radical; e mais ainda pelo modo como ela é construída às páginas da *Peregrinação*. Vimos com Luís Filipe Barreto (1998) que o peregrino faz uso de “universos de referência”, como quer Guattari, que são atravessados e *singularizados* nas páginas de seu livro. Trata-se, mais uma vez, do prolífico teatro grego. Ele é utilizado para usurpar o típico relato de viagem quinhentista ao construir um mundo de dramatização que, se é um artifício da ficção, tem o mérito de erigir para o público europeu uma “Ásia real” *dos* e para *os* asiáticos.

Como dissemos a partir de Barreto, ficciona-se um mundo para os asiáticos e que, mesmo a contragosto, deverá tomar consciência o europeu. Empreende-se, assim, uma representação que se viabiliza com recursos vindos do campo do clássico, ou seja, da antiguidade, mas a partir da “re-singularização” daqueles “universos de referência”, como a fazê-los jogar com e para o autor. Não só naquele campo, o das letras antiguíssimas, mas todo o domínio técnico-prático à disposição (ZIEBBEL, 2002) pôde ser *singularizado* pelo peregrino; seja para chegar aos litorais asiáticos das formas as mais inusitadas possíveis (matéria-prima também para seus escritos), seja para, no plano do artesanato literal, desenhar cenários que se contrapunham aos até então concebidos pelos europeus.

Em linguagem guattariana é como se as “competências maquínicas” fossem usurpadas e, assim, deslocadas dos métodos e dos espaços tradicionais de domínio por meio da *resistência* e da *renovação*⁷⁹. Nessa direção, o percurso da *singularização* cria representações por vezes capazes de reposicionar e mesmo criar novos campos de referências que rompam ou simplesmente dialoguem com antigas configurações de enquadramento.

⁷⁸Variação textual (nossa) a partir de expressão de Félix Guattari: “universais estruturais da subjetividade” - conferir em *Caosmose*, página 16, segundo parágrafo.

⁷⁹Termos usados por Guattari como apostos de *singularização*. Conferir, por exemplo, como os referidos termos aparecem no capítulo (sem numeração) *O Novo Paradigma Estético* entre as páginas 125 e 148.

Dessa forma, o intento foi o de chamar a atenção para as possibilidades de reinvenção das *urbes* a partir de uma ou mais personagens em qualquer tempo e espaço, coisa que aqui, ao modo de uma interpretação, permitiu que chegássemos a Fernão Mendes Pinto. Como vimos de forma insistente, principalmente em Rebecca Catz (1981), era ele crítico das ações colonialistas portuguesas. O diferencial foi justamente o de fazer jogar ao seu favor o “conjunto de ferramentas” (materiais e/ou imateriais) disponíveis à época (ZIEBBEL, 2002) para subverter, mesmo que apenas no plano da estética (escrita), os jogos de poder e de domínio dos portugueses e dos europeus em geral.

4.2 Erro de português!

Ao longo dos seus quatrocentos anos de vida, a trajetória editorial da *Peregrinação* dá mostras de um tipo de conteúdo que, a despeito de ser reconhecido como o fundador da língua portuguesa moderna e de ser a primeira obra europeia a traçar um amplo cenário geográfico e civilizacional da Ásia (BARRETO, 1998), experimentou, e ainda parece experimentar, resistências daqueles que no Ocidente pronunciam universalismos (conteúdos) tidos como válidos (SILVA, 2000). No caso de Fernão Mendes Pinto e de seu único livro, são seus algozes, à época, o estado de El-Rei e a Igreja e, mais recentemente, a República e seus interregnos ditatoriais, quase sempre respaldados pela Igreja. Lembremos que ainda em vida o peregrino temia vê-la, a *Peregrinação*, amputada nas partes ou, simplesmente, negada à publicação. E não chamaram a atenção Catz (1981) e Lima (1998) para a ingerência dos jesuítas nas sintaxes e nos sentidos expressos da *Peregrinação* em passagens que, de forma expressa, comprometia as intenções da Igreja e da Coroa em terras asiáticas?

Mesmo antes de vê-la publicada, com ou sem “cortes”, muitos foram os infortúnios sofridos pelo peregrino. Em vida teve dividendos negados pelo El-Rei quase até a morte e, depois desta, crê-se, teve o texto retalhado em seus sentidos originais. Mas aqueles deviam ser tão contundentes que mesmo tendo as letras violentadas ainda permanece obra incômoda.

E à luz da empresa portuguesa na Ásia, os motivos pelos quais a *Peregrinação* é tida como obra polêmica é coisa vista desde a primeira parte deste trabalho. Agora, trata-se de abstrair uma inflexão, um desvio de rota, para pensar como tipos de conteúdos e/ou conhecimentos podem encontrar dificuldades de circulação e/ou publicização. Ao fim, a discussão é a respeito dos porquês de se empregar certos conteúdos em detrimento de outros –

e aqui, como vista de fundo, pensemos naqueles que circulam ou deixam de circular nos ambientes escolares. Assim, para o que interessa, o resultado é o de refletir o porquê da ausência da *Peregrinação* nos componentes curriculares locais. E ela, a reflexão, se dá por meio de autores que atuam no campo das pesquisas em Educação, no espectro que se convencionou identificar como “teorias do currículo”⁸⁰.

Se em Guattari, a partir da noção de *singularidade*, asseveramos o peso do intelecto da personagem Fernão Mendes Pinto nas páginas da *Peregrinação*, como desenhar um caminho que dê conta de tão longa ausência do livro no Brasil? E não será culpa de nossos irmãos portugueses atrasarem em quatro séculos a chegada do peregrino no mercado livreiro local? Terão eles, justamente eles, cometido um legítimo “erro de português” com um dos mais ilustres filhos da terra?

Ora, a exemplo de outros tantos construtos literários, a *Peregrinação* deve sua existência ao trânsito e ao protagonismo de uma personagem *real* por terras pouco ou nada conhecidas; os rincões do continente asiático, no caso. Ao seu tempo, o modo como atravessou aquelas paragens permitiu à personagem um registro singular das experiências empreendidas. Tal excepcionalidade, já discutida neste trabalho, e mesmo a partir da noção de *singularidade* em Guattari, posicionou e ainda parece posicionar o autor e sua obra como *personae non gratae* em tempos e contextos diversos.

As situações de poder que “silenciaram” a *Peregrinação* na Península Ibérica, e supostamente dificultaram a publicação em outros países, têm a ver com proposições observadas por pesquisadores como Rebecca Catz (1981) que posicionam o livro como um ensaio multifacetado da decadência lusitana ao final do século 16. Ainda segundo a autora, tal aspecto pesou e ainda pesa sobre a história de Portugal, em se pensando nas dificuldades políticas enfrentadas hoje no âmbito da União Europeia. Antes ainda da formação homônima do bloco econômico, numa tentativa de sufocar quaisquer espécies de críticas inspiradas na *Peregrinação*, e que pudessem ser feitas ao regime salazarista, o livro não conheceu edição ao longo dos quarenta e oito anos daquele governo; o mais longo turno ditatorial europeu do século 20. Ainda a partir de Catz, é razoável pensar que as situações de denúncia presentes no livro explicam em parte as dificuldades de publicação não só nos países da Europa, a Espanha de Franco, por exemplo, como também nos da América Latina, como supomos ser o caso do Brasil. Deste modo, e já vimos à introdução, trata-se de uma obra que enfrentou e ainda parece enfrentar dificuldades de publicização e circulação.

⁸⁰ Conferir nota de rodapé 68 à página 65.

Ora, a despeito desse cenário, a discussão deve ser colocada neste pé: a *Peregrinação* é um corpo literário de reconhecido apelo humanístico e disponível dentre a estrutura de conhecimento que, em sendo histórico, faz parte de um repertório cumulativo e/ou científico que de todos é *de direito* conhecer. Assim, até para “cercar” a discussão num espaço de apreciação deixado claro neste trabalho, tratou-se (ver segundo capítulo) de como aquele item, parte integrante do conhecimento humano, pode ser acessado a partir do campo prático da vida dos alunos⁸¹. Tal perspectiva, o de acessar o conhecimento historicamente consolidado do local para o universal, é tido hoje como uma das possibilidades que mais frequentemente vem à tona quando o assunto é “acordar” o estudante para uma escola que supostamente perdeu sentido frente às transformações deste tempo.

Ora, sabemos que os atores que fazem parte das bancas escolares têm experimentado um amplo processo de questionamento das práticas de ensino e aprendizagem. As propostas de renovação quase sempre partem de um eixo comum: a aproximação entre o conhecimento formal e a necessidade que os alunos têm de acessá-lo a partir de uma autossignificação, ou seja, a capacidade de ressignificar conteúdos a partir de elementos constitutivos do local e daí para aspectos mais gerais da cultura humana (FREITAS NETO, 2004). Há nessa proposição a capacidade de reconhecer que informações mobilizar e que possam transcender da gramatura tradicional dos currículos. Dessa forma, assume-se como legítimo um conhecimento que circula nos espaços onde se desenvolve a vida da comunidade e que, como dissemos, pode ser sintetizado na ideia de autossignificação: o ânimo para a desmistificação do sacralizado, do construído, do monolítico, do tudo tido por definitivo.

Mais uma vez, pelos elementos e temas que dispõe, e pela forma como os traz, *Peregrinação* colabora para desmistificações em campos relevantes do estudo da História, como a política e as relações estabelecidas entre o igual e o diferente, entre o conhecido e o estrangeiro⁸². Sobre esse ponto, já falamos mais de uma vez, e a partir do educador José Alves de Freitas Neto (2004), vê-se o quanto o livro pode ser importante para refletir situações de diversidade cultural e/ou étnica encontradas na forma do conflito no interior dos espaços escolares e/ou fora deles.

Ainda nessa proposição, Freitas Neto escreve sobre a importância da *transversalidade* na prática diária do professor. O conceito traduz a ideia de que se acessa, produz e se distribui conhecimento a partir dos espaços onde residem e interagem os sujeitos produtores da vida

⁸¹ A segunda parte desta dissertação é um exemplo prático de como se pode acessar e, eventualmente, utilizar a *Peregrinação* em sala de aula nos ciclos do ensino básico e/ou superior.

⁸² Observar as discussões sobre alteridade na *Peregrinação* na primeira e segunda parte desta dissertação.

social, coisa que aqui chamamos de História Local⁸³. Nas palavras do próprio educador, a transversalidade possibilita aos especialistas das diversas áreas de ensino aproximar conteúdos tidos como na maioria das vezes “espinhosos” em algo que faça sentido aos alunos, “tratando de temas e questões que ultrapassam o conteúdo programático, por meio dos temas transversais (FREITAS NETO, 2004, p. 66).

Uma crítica comum é que se tem pensado a História Local somente como uma prática voltada para o umbigo da comunidade. O universal é sempre posto como incômodo, ou seja, o conteúdo inflexível que se quer evitar a todo custo, quando o professor não aproxima sua disciplina e sua respectiva grade curricular à realidade do aluno e para a sua capacidade de compreender o mundo ao seu redor. Nessa perspectiva, a História Local deve estar conectada ao que chamamos de “conteúdos universais”, ou seja, que elementos estão presentes na comunidade e na vida dos alunos que dialogam com aquele programa de ensino que muitos tendem a encarar como imutável? Partindo do universal, ou vice-versa, como poderíamos chegar aos aspectos mais gerais do cotidiano da comunidade, da escola, dos alunos?

Ressalte-se que esse tipo de discussão é um dos reflexos dos inúmeros debates que ocorrem no interior das chamadas “teorias do currículo” e suas representatividades na Educação. A título de síntese, vale dizer que a questão central de qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado e se este é validado pelos diversos agentes do social, como os governos, as igrejas e as instituições em geral. Tal proposição remete a um amplo campo de investigação que segundo um dos autores aqui retomados (SILVA, 2000) deve levar em conta a natureza da aprendizagem, do conhecimento, da cultura e da sociedade.

Assim, no processo de pesquisa e suas aplicações posteriores, enfatiza-se um ou outro desses elementos, mas sempre o currículo será o resultado de uma seleção. Este, portanto, o ponto central da discussão. Como dito, acessar o conjunto do conhecimento por nós produzido e sistematizado, tendo como ponto de partida o meio em que o aluno vive, talvez esteja em acordo a uma asserção de um dos expoentes deste tipo de discussão, o educador francês Jean-Claude Forquin. Este autor defende, por exemplo, que o sistema de ensino “não pode mais ignorar os aspectos contextuais da cultura [...] mas deve se esforçar por privilegiar o que há [...] de mais incontestável e, por conseguinte, de menos cultural, no sentido sociológico do termo, nas manifestações da cultura humana (FORQUIN, 2000, p. 16).

Ora, no que diz respeito à renovação do ensino escolar, o que se tem proposto, mesmo num plano institucional de maior abrangência (vide PCNs), é a prática da transversalidade

⁸³ Neste capítulo, a definição e/ou ideia geral de *História Local* está, cremos, suficientemente contemplada no corpo do texto, sempre a partir do historiador José Alves de Freitas Neto (2003).

(FREITAS NETO, 2004). A partir daí, espera-se que se promova a ligação entre saberes locais articulados com os universais. Contudo, ajuíza o educador Tomaz Tadeu da Silva, a questão do *poder* na representação física do currículo não pode passar despercebida. Não há enunciação que não esteja impregnada de um discurso de poder. Certos valores e/ou saberes postos como universais refletem sempre a posição de alguém. Há aqui a atitude privilegiada do locutor em relação ao interlocutor, quase sempre passivo frente a aquele que professa uma *fé*. O resultado é o de que “essa posição é sempre enunciativa, isto é, ela depende da posição de quem a afirma, de quem a anuncia. A questão do universalismo e do relativismo deixa, assim, de ser epistemológica para ser política” (SILVA, 2004, p. 90). É por esse motivo que Silva propõe confrontar Forquin a partir de uma inversão de perspectiva. A questão não é privilegiar “o que há de mais fundamental, o que é mais universal” (FORQUIN, 2000, p. 16) para se ensinar, mas “como se definem universais? Quem está nessa posição de defini-los? Nessa perspectiva, os universais não são a solução, mas o problema [...] são universais os saberes daquele que anuncia, daquele que pronuncia o universalismo” (SILVA, 2000, p.7).

Desse modo, no âmbito dos estudos curriculares, angústias desse tipo puderam ser formuladas na seguinte questão: ensinar o universal significa ter que abrir mão de abordagens mais locais ou vice versa?

Pode-se argumentar que livros didáticos são quase sempre oficiais, ou seja, que estejam a serviço de uma História institucionalizada. Em se pensando na *Peregrinação* de Fernão Mendes pinto, inseri-la ali supostamente atentaria contra interesses religiosos, políticos e fundacionais em geral. Mas hoje tal ideia deixa de ser uma verdade por inteiro. Basta observar como livros didáticos e paradidáticos têm absorvido conceitos e reflexões da produção historiográfica contemporânea, quase sempre crítica a um modo de descrição que intenta apenas os feitos do Estado e seus personagens. Estes, em regra, tidos pelo *establishment* como os mais relevantes à “nossa história”. Não é difícil “levantar” livros didáticos que abordem noções como “História do cotidiano”, por exemplo. Ressalte-se, porém, o fato de que a maioria dos livros escolares ainda deixa muito a desejar no que diz respeito às abordagens ali propostas, amarradas que estão numa concepção tradicional do ensino de História.

Desse modo, além de se fazer uso dos temas transversais como forma de ultrapassar o conteúdo programático tradicional (FREITAS NETO, 2004), sobrepor-se também significa conectar ao que chamamos de História Local os construtos universais disponíveis, ou seja, o conjunto de saberes que compõe o patrimônio cultural da humanidade. Assim, livros, fontes documentais, museus, casas de cultura, arquivos públicos, sítios arqueológicos e históricos,

espaços urbanos e rurais, pessoas, pesquisas universitárias (caso nosso) e outros tantos incorporam saberes que potencializam abordagens disciplinares locais e universais capazes de colocar em suspeição currículos previamente selecionados e, quase sempre, fruto de intencionalidades institucionais.

Assim, inserir a *Peregrinação* como fonte válida para o estudo de História no ensino básico e superior significa, portanto, possibilitar ao professor e alunos acessar mais um item do *saber* que, se fundamentado numa série de construtos da História ocidental, tem ao menos o mérito moderno e contemporâneo de colocar tais valores em suspensão, pois é aquela voz uma crítica dos modos operantes da empresa europeia de “maquinação de mundo” (GUATTARI, 1992). Voz que – é de se pensar – incomoda ainda hoje.

E até pelo conteúdo auscultado, fica-se com a impressão de estar ali, no ruído daquela voz, um dos motivos à ausência dilatada da *Peregrinação* entre nós brasileiros (ao menos quatrocentos anos de “espera”). Vale dizer, quatrocentos anos de espera numa nação que foi o último império das Américas, a última por aqui a abolir a escravidão (mácula que não cicatriza) e, hoje, regime republicano de maior presença econômica ao Sul do continente, bem como a maior comunidade católica das Américas e do mundo.

Conjunturas que falam por si, dão, igualmente, pistas dos motivos pelos quais Fernão Mendes Pinto supostamente demorou a pôr os pés nas terras do Brasil. Ora, aqui, e muito modestamente, pudemos aventar alguns deles, mas certamente já estão a exigir mergulhos mais profundos, pois, neste quesito, neste tópico, certamente ficamos à superfície.

Dessa forma, uma vez mais “lançar-se ao pélagos” se faz necessário. Eis mais um motivo para ficarmos à companhia do peregrino numa próxima viagem...

5 PONTO DE FUGA – PARA UMA (IN)CONCLUSÃO

No Brasil, para fora dos círculos acadêmicos ou mesmo para dentro deles, Fernão Mendes Pinto é praticamente um incógnito, ou para usar uma expressão manifesta, um “ilustre desconhecido”. Nestas páginas, é algo de que se tratou. E, apesar de já se estar à conclusão, é aquele o mote primordial desta pesquisa. Dito de outra forma, o “modo operante” que introduziu a dissertação. E, se assim o foi, deve-se muito a ausência da personagem, o *peregrino*, nas indicações bibliográficas de nossos livros didáticos de História. Mas são estes, os livros do ensino básico, o “estado da arte” de uma cadeia de produção. Se a *Peregrinação* não aparece naquele lugar, certamente nós – os historiadores – deixamos de lê-la e pesquisá-la, desde sempre... A expressão não é apenas retórica: “desde sempre” porque o autor e sua obra estão “ao nosso dispor” em ao menos quatrocentos anos passados.

Em parte, ou em grande medida, tal ordem de coisas explica o porquê de não toparmos com Mendes Pinto e sua *odisseia* nas “prateleiras” de nossas escolas. Sobre os motivos dessa tão notória ausência, fizemos também uma inflexão à terceira parte do trabalho. Ali aventamos a possibilidade de o peregrino não frequentar as bancas escolares porque a *Peregrinação* sempre vem acompanhada de periclitantes ocassos editoriais. Já sabemos por *a* mais *b* que aquele livro, já às primeiras linhas, traça um retrato dos litorais asiáticos vitimados pela cobiça e vontade de poder dos portugueses e outras nações europeias. Daí decorre também uma série de críticas, contundentes ainda hoje, a uma Igreja mais preocupada em domínios territoriais do que em converter almas para a causa cristã (CATZ, 1981; BARRETO, 1998).

Em tempo, podemos encontrá-lo, o peregrino, em nossas academias, sim. Mas não será com desejada frequência entre historiadores. Reflexo percebido inclusive na bibliografia desta pesquisa, quem lhe faz constante companhia são os colegas da Literatura. Sim, os pesquisadores que mais lhe fazem contingência são os profissionais que se debruçam sobre as diversas ficções em circulação. É sabido, e aqui dissemos, a *Peregrinação* oferece vasto repertório para se discutir, por exemplo, os limites entre ficção e realidade. E porque os elementos daquele livro indomesticado mostram, segundo literatos versados, “a impossibilidade de separar os conceitos de verdade e mentira, remetendo à questão do jogo entre [...] ficção externa e ficção interna” (DUARTE, 2010)⁸⁴, não à toa caiu nas graças das

⁸⁴ Em acordo às explanações de Lélia Parreira Duarte (2010) em *A Peregrinação desmistificada: Fernão Mendes Pinto, Augusto Abelaira e Mário Cláudio*, “a questão do jogo entre o que é ficção externa e ficção interna”

Letras. Em sendo assim, no Brasil, depois do que se escreveu, afirme-se: a Literatura chegou à frente da História, ao ponto mesmo de recorrermos aos estudiosos das Letras para começar a escrever sobre Fernão Mendes Pinto. E diga-se: assim procedemos quando trouxemos Rebecca Catz (1981) “a estibordo” para, simplesmente, iniciar nosso trabalho.

Dito isto e aquilo outro, está dada a senha para a (in)conclusão destas linhas. Noutras palavras, nosso “ponto de fuga” da dissertação, pois muito está por se fazer tendo em mãos a *Peregrinação* em uma sala de aula. Ora, ao fim e ao cabo, ele – o trabalho – teve apenas a preocupação legítima de inserir Fernão Mendes Pinto e sua *Peregrinação* como fonte primária valiosa para o estudo de História no ensino básico brasileiro.

Mas por aqui traçamos apenas um breve painel daqueles escritos. Dada a extensão e complexidade, apontá-la integralmente em todos os seus temas e literalidades seria por si só uma tarefa atlântica. Então, a opção foi a de “marcar”, sinalizar possibilidades de “entradas” que sirvam de inspiração aos professores/as que desejem acessar aquele emaranhado de mundos...

Se o livro, para quem o lê e sobre ele se debruça, parece abraçar um continente, a nós, apreciadores e interessados em geral, cabe levá-lo para frente em ao menos algumas de suas partes. Ora, com os olhos na escola, foi o que intentamos desde o início, desde os tempos de um pré-projeto. E o fizemos na primeira e, com mais foco, na segunda parte da dissertação, sempre a partir de duas frentes: a abertura portuguesa para a Ásia e suas correlações com a expansão marítima em geral e também por meio das discussões em torno do fenômeno inicial da globalização (GRUZINSKI, 1999), numa clara preocupação em inserir àquele período de expansões extraordinárias, o século 16, preocupações deste tempo.

Um esforço de compreensão de um mundo que pode ser captado a partir dos inusitados escritos do peregrino – um homem em dupla ação continental: Ásia e Europa/ Europa e Ásia se redesenhando constantemente às mais de mil páginas da *Peregrinação*.

E se aqui se conclui um algo, eis o que se pode concluir, então... Está feita a lição de casa! Para quem mal sabia, pouco conhecia ou de ouvir falar alguma coisa sabia, aqui está a *Peregrinação* e seu autor “apresentados”! Mas, mais importante, para a sala de aula, para o espaço dos professores/as e dos alunos/as. E então, à companhia do peregrino, pode-se estudar a “expansão marítima portuguesa” a partir de um cronista inusual que, ao contrário de tantos

remete à ideia de que a “realidade” é, ao fim, uma construção ficcionada. Dessa forma, até mesmo o “real”, ou “a verdade” (a “ficção externa, no caso”), será o resultado de uma construção, de uma representação que, em se partindo do observador, já é outra coisa que não a realidade propriamente dita. Em suma, coisa inalcançável que orbita as idealizações.

tão conhecidos de nós – os professores/as de História –, escreveu a partir das terras do Oriente.

Mas, por assim dizer, isso é apenas uma “marca”. Ora, Fernão Mendes Pinto “marcou” muito mais: de diferentes modos e com complexos contornos a não mais poder. A partir de sua *Peregrinação*, foi o que vimos nesta apresentação e que aqui, grosso modo, ganhou a forma de uma dissertação.

E se assim nos parece, parafraseando a sentença inicial de um livro de muitos homens, “que se faça currículo!” a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, Luís Felipe de. A economia política dos descobrimentos. In: NOVAES, Aduato. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ARMSTRONG, Karen. **Uma História de Deus**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- BARRETO, Luís Filipe. O orientalismo conquista Portugal. In: NOVAES, Aduato. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BERNARDO, Gustavo. **Educação pelo Argumento**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- BORGES, Jorge Luis. **O Livro dos Seres Imaginários**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- BORNHEIM, Gerd. A descoberta do homem e do mundo. In: NOVAES, Aduato. **A descoberta do homem e do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CARDIM, Fernão - 1540?-1625. **Tratados da terra e gente do Brasil/ Fernão Cardim; [Introdução de Rodolfo Garcia]**. – Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.
- CATZ, Rebecca. **Fernão Mendes Pinto – Sátira e anti-cruzada na Peregrinação**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
- FERNANDES, Luis Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius. Renovação da história da América. In: KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- FORQUIN, Jean-Claude. O currículo entre o relativismo e o universalismo. **Educação & Sociedade**, dez 2000, v. 21, nº. 73, p. 47-70.
- FREITAS NETO, José Alves de. A transversalidade e a renovação no ensino de História. In: Karnal, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2003. p. 57-74.
- GIUCCI, Guillermo. **Viajantes do maravilhoso: o Novo Mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- GRUZINSKI, Serge. **A Passagem do Século: 1480-1520: as origens da globalização**. São Paulo: Cia da Letras, 1999.
- GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paul: Ed. 34, 1992.
- HANAUER, J. M. **Mitos, lendas e fábulas da Terra Santa/ [tradução e adaptação Uri Lam]; [seleção e organização] J. E. Hanauer**. – São Paulo: Landy Editora, p. 91, 2005.
- JOMIER, Jacques. **Islamismo: história e doutrina**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- LÉRY, Jean. **Viagem à terra do Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1980.

LESTRINGANT, Frank. **A oficina do cosmógrafo: a imagem do mundo no Renascimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LIMA, Francisco Ferreira de. **O outro livro das maravilhas: a peregrinação de Fernão Mendes Pinto**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.

MOISÉS, Massaud. Introdução. In: LIMA, Francisco Ferreira de. **O outro livro das maravilhas: a peregrinação de Fernão Mendes Pinto**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1998.

MOREIRA, Moraes. **Acabou Chorare**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1972. LP (36 min.), estereo.

NEPOMUCENO, Luís André. **“Barbas compridas, & corpos de ferro”**: Fernão Mendes Pinto e o império português no Oriente. Centro Universitário de Patos de Minas, Revista Alpha, n. 14, nov. 2013, 46-62.

NEVES, João Alves das. **A fabulosa Peregrinação – aventuras de Fernão Mendes Pinto**. Lisboa: Universitária Editora, 2004.

PIETRE, Arturo Uslar. Um Novo Mundo e uma nova era na história. In: **Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro, FGV, ano 16, nº 5, maio/ 1988, pp. 9-10.

PINTO, Fernão Mendes. **Peregrinação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SARAIVA, Arnaldo. A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto revisitada – a sua teoria moderna da viagem. **Cem - Cultura, Espaço e Memória**, nº 1, 2013, p. 129-142.

SILVA, Tomaz T. da. Diferença e Identidade: o currículo multiculturalista. In: **Documentos de Identidade; uma introdução às teorias do currículo** – 2ª ed., - Belo Horizonte: Autêntica, 2004:85-90.

SILVA, Tomaz T. da. Currículo, universalismo e relativismo: uma discussão com Jean Claude Forquin. **Educação & Sociedade**, Ano XXI, nº 73, dezembro de 2000, p. 71-78.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Fernão Mendes Pinto e Diogo do Couto: as vozes do outro**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.7, n.2, p. 20-32, dez. 2011.

ZIEBELL, Zinka. **Terra de Canibais**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A - PEDAGÓGICO: O OBJETO DE APRENDIZAGEM

Objeto de Aprendizagem (mídia interativa) - “Repórter da História Entrevista Fernão Mendes Pinto”: Dos veículos de mídia, o rádio continua sendo o mais popular entre os brasileiros. Estima-se que 98% da população acima dos 10 anos de idade acompanha uma programação radiofônica, seja de um receptor ou por meio de uma plataforma *on-line*. Presente em iguais 98% das residências, ele é sintonizado por 83% da frota de veículos que trafegam no país⁸⁵. Os dados também indicam o rádio como meio de comunicação mais acessível à população. Existem aparelhos para todos os gostos e bolsos. Com ele à mão ou com o computador conectado à *internet*, qualquer um sintoniza uma estação em poucos segundos. Aliás, na rede mundial de computadores “o rádio ganha uma dimensão mundial [...] provocando mudanças substanciais nos conceitos de produção e audiência”, características que “estimulam governos e instituições a desenvolverem projetos de educação com propósitos de mudança social” (Lima e Pinheiro, 2003, p. 2).

Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais⁸⁶, o MEC “reconhece” esse protagonismo do rádio no Brasil e o posiciona como ferramenta importante para o processo de consolidação de “competências” e “habilidades” ligadas à linguagem e à comunicação em geral. Desse modo, o rádio e suas técnicas “podem ser usados para desenvolver uma atitude que possibilite uma escuta reflexiva e crítica: identificar, selecionar, relacionar, *imaginar a partir da audição*” (BRASIL, 1997, p. 145, grifo nosso). Além disso, no Brasil chama a atenção o fato de o rádio ter apelo histórico e emocional. Antes de qualquer mídia, foi através dele que gerações de brasileiros experimentaram programação de entretenimento (radionovelas, por exemplo) e políticas educacionais especialmente desenhadas para o meio. Dada as dimensões do país, o alcance de tais programas superou enormemente as experiências pioneiras de nações europeias como Itália, Inglaterra e Alemanha (SILVA, 1999). E mesmo depois do aparecimento e popularização de outros veículos de comunicação (como a televisão, especialmente), o rádio segue informando, divertindo e educando.

⁸⁵ IBOPE, 2003 (neste campo, últimos dados divulgados até este 2016).

⁸⁶ Em 1997, o MEC publica os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (1º e 2º ciclos).

Por tudo isso, pode-se afirmar que o veículo constitui valioso recurso, cujo uso deve ser cada vez mais generalizado nas escolas e fora delas (SILVA, 1999). Não é outro o propósito deste projeto de pesquisa quando opta pelo *know-how* da radiodifusão para desenvolver seu Objeto de Aprendizagem. No caso, trata-se de um *spot* de rádio teatro, no formato entrevista, produzido a partir de conteúdo presente no livro *Peregrinação*, do cronista português Fernão Mendes Pinto.

A inspiração para a produção do Objeto de Aprendizagem é uma série de entrevistas fictícias produzidas pela marca Flávio Cavalcante (1923-1986), nos anos 70, nos estúdios da rádio e *TV Excelsior* do Rio de Janeiro – RJ (Grupo Rádio Mayrink Veiga). A partir de técnicas da radiodifusão, em especial das radionovelas, o conhecido jornalista e apresentador de rádio e TV entrevistava diversas “personagens de nossa História” com depoimentos “reais” de suas vidas. Isso tudo “embalado” com efeitos sonoros (contrarregra) e trilhas incidentais utilizadas uma década antes nas famosas radionovelas brasileiras⁸⁷.

Assim, o Objeto de Aprendizagem tem a duração aproximada de seis minutos e está disponibilizado em “sistema digital fechado”⁸⁸. Uma vez “acomodado” em plataformas digitais, *web* rádios, portais de universidades e *sites* com temática educacional, professores e interessados em geral poderão ouvi-lo direto da *internet* ou “baixar” o conteúdo para usos diversos. Fica evidente, portanto, que o público-alvo deste Objeto de Aprendizagem é mais amplo que apenas o escolar. Nisso o processo de desenvolvimento do objeto tem característica de “educação não-formal”, uma vez que não há pretensão avaliativa ou, dito de outra forma, inexistente, a priori, intenção de mensurar aproveitamento intelectual escolar (GOHN, 2006). Se for do interesse, qualquer pessoa poderá acessá-lo e fazer uso educacional ou de entretenimento.

Com relação à produção do material (adaptação, gravação e edição), aspectos relacionados à “educação não-formal” comparecem mais uma vez, ou seja, há aqui “processos de compartilhamento de experiências” que de certa forma “ocorrem em ambientes construídos coletivamente com intencionalidade no ato positivo de participar, de aprender e de transmitir ou trocar saberes” (GOHN, 2006, p. 36). Nesse escopo, a dimensão do social é levada em conta pelas pessoas, pelos grupos, pelas instituições públicas ou privadas, configurando o que

87 Acessar o link <https://www.youtube.com/watch?v=-Yr2MGkw8I4> para conferir umas das entrevistas fictícias de Flávio Cavalcante com uma “personagem de nossa História”: Alberto Santos Dumont (1873-1932), TV e Rádio Excelsior, 1973.

88 Com acompanhamento e orientação do autor deste trabalho, o “sistema fechado” foi construído pelo *designer* gráfico Paulo Gustavo Sarges.

comumente é chamado de Educação Cidadã⁸⁹. Nessa direção, os agentes envolvidos se inclinam à troca de experiências “que se quer solidária” e ao intuírem os contextos “exercitam a partilha e também a cidade fraterna e educada” (PENIN, 2001, p. 51).

Ainda com base nesse conceito, podemos dizer que projetos com fins educacionais não precisam necessariamente estar restritos aos espaços escolares e/ou universitários. A soma de esforços na produção e disponibilização de uma ferramenta educacional pode e deve ser incentivada. Empresas, organizações não governamentais, instituições de natureza diversa e até mesmo profissionais autônomos são chamados a se voluntariarem em projetos “que podem ser classificados como educacionais, em função do foco que mantêm em suas ações educativas e de seus objetivos de formação e desenvolvimento humano e social” (SABARIZ, 2009, p. 13). Assim, temos como voluntários⁹⁰ um ator da cidade de Poços de Caldas – MG (intérprete da personagem entrevistada, no caso, Fernão Mendes Pinto), um profissional autônomo de *design* digital e dois outros de gravação e edição de vídeos de Poços de Caldas - MG⁹¹.

A título de encerramento, segue, abaixo, entrevista fictícia de “nosso repórter da História” com Fernão Mendes Pinto (parte integrante do OA): “Fernão Mendes Pinto, um peregrino na sala de aula: O ‘Repórter da História’ entrevista Fernão Mendes Pinto”.

[Repórter da História] **Sr. Fernão Mendes Pinto, onde nasceu e em que data?**

[**Fernão Mendes Pinto**] Nasci nos arredores de Lisboa, na primeira década do século 16. Como deixo saber, sou um português orgulhoso de meu Reino e de minha Igreja. Mas como muitos de vocês registram em seus livros, não tapei os olhos às injustiças de El Rei e da Santa Madre nas terras onde passei longos vinte anos de minha vida...

[RH] **Mas poderia falar sobre sua infância e juventude nos arredores de Lisboa? Sabemos de suas privações e de sua família... Aqueles anos, de certa forma, explicam suas viagens para o Oriente?**

⁸⁹ Em acordo à Declaração sobre o Desenvolvimento das Nações Unidas, 1986, Educação Cidadã é o paradigma que sustenta a concepção dos Direitos Humanos na educação. Segundo o documento, a educação se faz com a participação da escola, mas vai além, está nos movimentos sociais, nas ações culturais, nos meios de comunicação, nos espaços públicos e privados, nas relações de trabalho, entre pessoas etc.

⁹⁰ Nossos “parceiros” são: o *videomaker* autônomo Humberto Luiz Trindade, o jornalista e bibliotecário Daniel Amoedo, o *designer* gráfico Paulo Gustavo Sarges (Secretaria de Comunicação de Poços de Caldas – MG, SECOM) e o português Francisco José Dias Ferreira (o intérprete de Fernão Mendes Pinto, neste AO).

⁹¹ Uma vez que se trata da produção de material didático sem fins lucrativos, os convidados aceitaram participar em esquema de parceria voluntariada (conforme definimos no texto acima) junto ao Programa de Pós-Graduação em História Ibérica da Universidade Federal de Alfenas – Unifal - MG.

[FMP] Em nosso tempo, viver na Europa, em Portugal, nunca foi coisa fácil. De uma ponta à outra do continente, sabem os historiadores, as enormes dificuldades dos reinados em manter toda a gente em boa situação. Mais uma vez, sabem vocês dos poucos recursos e das carências dessas terras quando comparadas com outras, como as do Oriente... Sair foi sempre uma possibilidade, principalmente naqueles tempos de intensa movimentação marítima. Mas, apesar dos recursos de minha família, a vida não foi fácil. E logo pude exercer um ofício, o fiz em Lisboa. Fui levado pelo meu tio ainda muito jovem para trabalhar em casa de boa família, como administrador de propriedade. Não à-toa, prestei serviços na casa do filho de D. João II, o Duque de Aveiro, Jorge de Lencastre.

[RH] **Sabemos que deixou Lisboa subitamente, à época destes teus trabalhos... Os pesquisadores da *Peregrinação* não sabem o porquê desta tua decisão, tida como o motivo que o levou, afinal, para outras terras...**

[FMP] Mais uma vez a velha mania de meterem-se em nossas vidas. Se não o disse na minha *Peregrinação*, não será agora que o direi. Não se contentam com a ideia de que se lá não o disse é porque nada há de especial a ser dito? Mas se mesmo assim não se contentam com o que agora estou a dizer, ressuscitem aqueles que comigo viveram... Talvez lhes inventem alguns bons motivos que satisfaçam suas curiosidades!

[RH] **Conte-nos, então, desta tua chegada...**

[FMP] Nada de muito especial, afinal. Se bem que vi em vocês, pesquisadores, certo exagero em “colar” em mim a figura do “aventureiro ibérico”. Mas é fato que em minha primeira viagem, sendo a embarcação em que me encontrava sequestrada por piratas otomanos, como gostam vocês de a eles se referirem, eu e muitos de nós fomos feitos prisioneiros e vendidos como escravos para um alto comerciante grego. Um começo e tanto, não? Tempos depois, fui resgatado por compatriotas e, depois disto, de fato, começo minhas “desventuras” no Oriente.

[RH] **Diga mais sobre estes primeiros anos, Sr. Mendes Pinto...**

[FMP] Pois, sim! A bem da verdade, fiz uso de diversas viagens e não apenas uma. Aproveitei-me da intensa movimentação de cabotagem com destino às Índias Orientais. Pude lá chegar de forma clandestina, bom que se diga. Não estava a serviço de meu reino ou de qualquer mercador ou pessoa com interesses particulares em Ásia. Fiz o que fiz e não me arrependo. Pelo contrário, pois essa condição de autônomo, de estar por aquelas terras por conta própria, deu-me qualidades de dizer coisas que de outra forma não teria como dizê-las...

[RH] Este é o ponto, Sr. Mendes Pinto! Então concorda com certa interpretação atual de suas ações na Ásia? De que foi um crítico mordaz de sua realeza e de sua Igreja?

[FMP] Não está de todo errado o que dizem de mim. Sou uma voz que denuncia os abusos de meus irmãos portugueses em Ásia. Já é uma coisa que não se descola de mim, essa minha voz denunciadora, não é? Mas devo dizer, com humildade, que também cometi os meus pecados...

Afinal, foram mais de vinte anos por aquelas terras. Dito de outra forma, também tinha minhas ambições. Também desejava dinheiro. Um dia voltaria para Portugal. Que não fosse, então, de mãos abanando. Alguma coisa haveria de trazer de Ásia, não?

[RH] Mudemos de foco, então, senhor Mendes Pinto. Tenho ainda uma ou duas questões que são de importância para nossos alunos no Brasil. Saiba que a partir daqui o senhor peregrinará pelas nossas salas de aula, não?

[FMP] Ora, pois! E não foi por este motivo que aceitei sair de meu descanso eterno e vir a ter com vocês?

[RH] Justamente, Sr. Mendes Pinto! E estamos contentes com o aceite de vossa senhoria... Mas, a propósito, nestas tuas peregrinações está escrito e afirmado que o senhor foi um dos primeiros ou o primeiro homem ocidental a pisar nas terras do Japão...

[FMP] Justamente, meu caro! Sob meu comando, eu e alguns de meus irmãos da Companhia de Jesus adentramos a terra dos japões. E levamos conosco armas de fogo que aqueles de lá ignoravam. Ficaram tão encantados com a novidade que a adotaram com rapidez surpreendente. Quando chegamos, logo se viu que estavam em guerra civil. A ilha estava dividida entre facções de um único núcleo ancestral. As armas que trouxemos, “as pombas mundanas”, como as chamavam, desestabilizaram de vez qualquer possibilidade de acordo que pudesse existir entre as partes. A ilha virou um caos de violência à queima roupa! Demorou, como saberíamos depois, para tudo se ajustar por aquelas terras de fim de mundo.

[RH] Obrigado Fernão Mendes Pinto, o homem da *Peregrinação*! Nosso muito obrigado pelas suas palavras. O senhor fez enorme falta em nossas aulas de História. Mas agora afirmamos que “o peregrino” segue sua peregrinação em nossas salas de aula...

[FMP] Agradeço eu a vossa intenção para comigo e meu livro. Adeus!

REFERÊNCIAS

BRASIL. Planalto. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/ SEF, 1998a.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. *Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ.*, Mar 2006, vol.14, no. 50, p.27-38. ISSN 0104-4036.

LIMA, Nonato; PINHEIRO, Andréia. **Rádio e desenvolvimento infantil: Análise de estratégias de comunicação e educação para a cidadania**. Trabalho apresentado no Núcleo de Mídia Sonora, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte - MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. Didática e cultura: o ensino comprometido com o social e a contemporaneidade. **In: Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. Amélia D. Castro e Anna M. P. Carvalho (orgs.). São Paulo: Ed. Thomson, 2001.

SABARIZ, Antônio Luis Ribeiro. **Gestão de Projetos**. São João del-Rei – MG: UFSJ, 2009.
SILVA, Júlia L. O. A. **Rádio: oralidade mediatizada: o Spot e os elementos da linguagem radiofônica**. 2ª Edição, São Paulo: Annablume, 1999.

SILVEIRA, Cyro. **Rádio: Upgrade - O Help do Locutor – Rádio oficina**. São Paulo: Ed. Ibrasa, 1999.
